



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO  
CENTRO ACADÊMICO DO AGRESTE  
NÚCLEO DE GESTÃO  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

KÁTIA MARIA DA CRUZ SILVA

**ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS PAÍSES DA  
AMÉRICA LATINA SOB A PERSPECTIVA DA OCDE**

Caruaru

2025

KÁTIA MARIA DA CRUZ SILVA

**ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS PAÍSES DA  
AMÉRICA LATINA SOB A PERSPECTIVA DA OCDE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à Coordenação do Curso de Administração do Campus Agreste da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, na modalidade de monografia, como requisito parcial para a obtenção do grau de bacharel em Administração.

**Área de concentração:** Finanças.

**Orientador (a):** Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabella Leitão Neves Frota

Caruaru

2025

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,  
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Silva, Kátia Maria da Cruz.

Estratégias nacionais de educação financeira dos países da América Latina  
sob a perspectiva da OCDE / Kátia Maria da Cruz Silva. - Caruaru, 2025.  
94 p. : il.

Orientador(a): Isabella Leitão Neves Frota

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de  
Pernambuco, Centro Acadêmico do Agreste, Administração, 2025.

Inclui referências.

1. Estratégia nacional. 2. Educação financeira. 3. Bem-estar financeiro. 4.  
América Latina. 5. OCDE. I. Frota, Isabella Leitão Neves. (Orientação). II.  
Título.

650 CDD (22.ed.)

KÁTIA MARIA DA CRUZ SILVA

**ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DOS PAÍSES DA  
AMÉRICA LATINA SOB A PERSPECTIVA DA OCDE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado à  
Coordenação do Curso de Administração do  
Campus Agreste da Universidade Federal de  
Pernambuco – UFPE, na modalidade de  
monografia, como requisito parcial para a  
obtenção do grau de bacharel em  
Administração.

Aprovado em: 21/08/2025.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Isabella Leitão Neves Frota (Orientadora)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Karina da Silva Carvalho Mikosz (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

---

Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Lucilena Ferraz Castanheira Corrêa (Examinadora Interna)  
Universidade Federal de Pernambuco

## AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, por me conceder saúde e por ter me guiado em cada momento desta caminhada, me dando força para superar os desafios.

Aos meus pais, que, embora não tenham conseguido concluir seus estudos, fizeram o possível para que eu alcançasse essa conquista. Ao meu pai, José Aprígio, que desde cedo me ensinou o valor do esforço, da disciplina e da perseverança, sempre me incentivando a buscar meus objetivos com seriedade e dedicação. E à minha mãe, Terezinha Maria, que me ensinou sobre empatia, respeito ao próximo e a importância de manter a fé e a esperança, mesmo diante das dificuldades.

Ao meu namorado, Irineu Neto, que esteve ao meu lado durante grande parte da minha jornada acadêmica, me incentivando incessantemente a concluir este ciclo. Obrigada por ser calmaria em meio às tempestades e por sempre me apoiar com tanto carinho e paciência.

Agradeço à minha professora orientadora, Isabella Frota, pelos ensinamentos ao longo da minha trajetória acadêmica e pela orientação no desenvolvimento deste trabalho. Sou grata pela prontidão com que sempre ofereceu sugestões e *feedbacks* construtivos, além da paciência e dedicação com que acompanhou cada etapa do processo. Sua colaboração foi essencial para a conclusão deste TCC.

Agradeço também aos amigos que fiz ao longo dessa jornada, em especial à Ingrid Nascimento, Eduardo Francisco e Josivan Jefferson, por todo o apoio, incentivos e pelas conversas que sempre me ajudaram a refletir e a crescer. A amizade de vocês foi um pilar importante para superar os desafios e comemorar as conquistas que surgiram ao longo do caminho.

Agradeço à Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e a todo corpo docente, que me acolheram, me desafiaram e contribuíram para minha transformação, não só como profissional, mas também como pessoa, preparando-me para os desafios que virão.

Por fim, agradeço a todos que, de alguma forma, contribuíram para que eu chegasse até aqui. Sou grata por cada apoio, ajuda e incentivo que recebi durante essa jornada.

“Sua maior riqueza é o que você sabe. O seu maior risco é o que desconhece.”

(Kiyosaki, 2018)

## RESUMO

O presente estudo analisou as estratégias nacionais de educação financeira em países latino-americanos, a luz de diretrizes e recomendações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). A partir de uma análise comparativa, foi possível avaliar se as estratégias nacionais estão de acordo com os padrões internacionais, verificar como são adaptadas a sua realidade e como podem ser melhoradas para atender às necessidades da população, levando em consideração iniciativas de países vinculados à OCDE. Tais países possuem, em sua maioria, alto nível de desenvolvimento socioeconômico e políticas consolidadas e amplamente reconhecidas. Por meio de uma abordagem qualitativa, de caráter exploratório, foi realizada uma revisão bibliográfica a partir de dados secundários extraídos de documentos, relatórios e artigos nacionais e internacionais. A pesquisa demonstrou que grande parte dos países, em consonância com as recomendações da OCDE, possuem uma Estratégia Nacional de Educação Financeira. Diante disso, foi identificado fatores convergentes em sua estrutura, tais como cooperação entre *stakeholders*, educação financeira na escola e ações voltadas a grupos específicos. Ficou claro que, apesar dos avanços, ainda há um longo caminho a percorrer para que os países latino-americanos atinjam a média da OCDE em termos de educação financeira e bem-estar financeiro, sendo necessárias adaptações e melhorias nas estratégias existentes.

**Palavras-chave:** Estratégia Nacional; Educação Financeira; Bem-estar Financeiro; América Latina; OCDE.

## **ABSTRACT**

This study analyzed national financial education strategies in Latin American countries, based on guidelines and recommendations from the Organisation for Economic Co-operation and Development (OECD). Through a comparative analysis, it was possible to assess whether national strategies are aligned with international standards, how they are adapted to their reality, and how they can be improved to meet the needs of the population, taking into account initiatives from OECD countries. These countries, for the most part, have a high level of socioeconomic development and consolidated, widely recognized policies. Using a qualitative, exploratory approach, a literature review was conducted based on secondary data extracted from national and international documents, reports, and articles. The research demonstrates that a significant number of countries, in accordance with OECD recommendations, have implemented a National Financial Education Strategy. Therefore, converging factors in their structure were identified, such as cooperation among stakeholders, financial education in schools, and actions targeted at specific groups. While progress is evident, it is clear that Latin American countries still have a long way to go to reach the OECD average in financial education and financial well-being, necessitating adaptations and improvements to existing strategies.

**Keywords:** National Strategy; Financial Education; Financial Well-Being; Latin America; OECD.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Hierarquia das Necessidades de Maslow	21
Quadro 1 –	Definições de Bem-Estar Financeiro/Saúde Financeira	21
Quadro 2 –	Bem-estar Financeiro e seus elementos	23
Figura 2 –	Contexto da Cidadania Financeira	24
Quadro 3 –	ODS relacionados à educação financeira	26
Quadro 4 –	Países Membros e Parceiros-Chave da OCDE	29
Quadro 5 –	Recomendações para elaborar e implementar Estratégias Nacionais	31
Quadro 6 –	Setores do Panorama Financeiro	32
Quadro 7 –	Estratégias Nacionais para Educação Financeira em Países Membros da OCDE	50
Quadro 8 –	Estratégias Nacionais para Educação Financeira em Países Parceiros da OCDE	53
Figura 3 –	Países da América Latina	54
Quadro 9 –	Estratégias Nacionais para Educação Financeira em Países da América Latina	73
Quadro 10 –	Nível de cooperação dos stakeholders nos países pesquisados	74
Gráfico 1 –	Participação de organizações em iniciativas de educação financeira	76
Quadro 11 –	Abordagem da Educação financeira na escola em países que possuem EN	76
Gráfico 2 –	Público-alvo das Estratégias Nacionais	78
Gráfico 3 –	Nível de Literacia Financeira x Bem-Estar Financeiro da População Adulta (%)	80
Quadro 12 –	Sugestões de boas práticas de países da OCDE aplicadas à países da América Latina	81

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

<b>ABA</b>	<i>Australian Banking Association's</i>
<b>AED</b>	<i>Alianza Empresarial Para El Desarrollo</i>
<b>AEF-Brasil</b>	Associação de Educação Financeira do Brasil
<b>AFI</b>	<i>Alliance for Financial Inclusion</i>
<b>ANBIMA</b>	Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro
<b>APB</b>	Associação Portuguesa de Bancos
<b>APEC</b>	<i>Asia-Pacific Economic Cooperation</i>
<b>ASEAN</b>	<i>Association of Southeast Asian Nations</i>
<b>ASFI</b>	<i>Autoridad De Supervisión Del Sistema Financiero</i>
<b>ASIC</b>	<i>Australian Securities and Investments Commission</i>
<b>B3</b>	(Brasil, Bolsa, Balcão) Bolsa de Valores Brasileira
<b>BCB</b>	Banco Central do Brasil
<b>BCC</b>	Banco Central de Cuba
<b>BCR</b>	<i>Banco Central de Reserva de El Salvador</i>
<b>BCU</b>	Banco Central do Uruguai
<b>BNCC</b>	Base Nacional Comum Curricular
<b>BRH</b>	<i>Banque de la République d'Haïti</i>
<b>CAEF</b>	<i>Comisión Asesora de Educación Financiera</i>
<b>CAF</b>	<i>Banco de Desarrollo de América Latina y El Caribe</i>
<b>CAPIF</b>	<i>Comisión Asesora para la Inclusión Financiera</i>
<b>CCFSI</b>	<i>Central Council for Financial Services Information</i>
<b>CCIF</b>	<i>Consejo de Coordinación de la Inclusión Financiera</i>
<b>CIEEF</b>	<i>Comisión Intersectorial para la Educación Económica y Financiera</i>
<b>CMIF</b>	<i>Comisión Multisectorial de Inclusión Financiera</i>
<b>CNBS</b>	<i>Comisión Nacional de Bancos y Seguros</i>
<b>CNIEF</b>	<i>Consejo Nacional de Inclusión y Educación Financiera</i>
<b>CNSeg</b>	Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização
<b>EF</b>	Educação Financeira
<b>EN</b>	Estratégia Nacional
<b>ENEFF</b>	<i>Estrategia Nacional De Educación Económica Y Financiera</i>

<b>ENEF</b>	Estratégia Nacional de Educação Financeira
<b>ENIF</b>	Estratégia Nacional de Inclusão Financeira
<b>Febelfin</b>	<i>Fédération Belge du Secteur Financier</i>
<b>FEBRABAN</b>	Federação Brasileira de Bancos
<b>FMI</b>	Fundo Monetário Internacional
<b>FSB</b>	<i>Financial Services Board</i>
<b>G20</b>	Grupo dos Vinte
<b>GPII</b>	<i>Global Partnership for Financial Inclusion</i>
<b>GTT</b>	Grupo Técnico Temático
<b>INFE</b>	<i>International Network on Financial Education</i>
<b>JFSA</b>	Financial Services Agency of Japan
<b>LGBTI+</b>	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Intersexo e outros
<b>MEF</b>	Ministério da Economia e Finanças
<b>MEP</b>	<i>Ministerio de Educación Pública</i>
<b>Minedu</b>	<i>Ministerio de Educación</i>
<b>MPMEs</b>	Micro, Pequenas e Médias Empresas
<b>NCFEC</b>	<i>National Consumer Financial Education Committee</i>
<b>OCDE</b>	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico
<b>ODSs</b>	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
<b>OEEC</b>	<i>Organisation for European Economic Co-operation</i>
<b>ONGs</b>	Organizações Não Governamentais
<b>ONU</b>	Organização das Nações Unidas
<b>Oscip</b>	Organização da Sociedade Civil de Interesse Público
<b>PCDs</b>	Pessoas com Deficiência
<b>PEF</b>	<i>Programa de Educación Financiera</i>
<b>PLANEF</b>	<i>Plan Nacional de Educación Financiera</i>
<b>PNEF</b>	<i>Plan Nacional de Educación Financiera</i>
<b>SANEEF</b>	<i>Sistema Administrativo Nacional de Educación Económica y Financiera</i>
<b>SBP</b>	<i>Superintendencia de Bancos de Panama</i>
<b>SBS</b>	<i>Superintendencia de Banca, Seguros y AFP</i>

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>13</b>
1.1	OBJETIVOS.....	15
1.2	JUSTIFICATIVA DA PESQUISA.....	15
<b>2</b>	<b>FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>17</b>
2.1	EDUCAÇÃO FINANCEIRA: CONCEITOS E IMPORTÂNCIA.....	17
<b>2.1.1</b>	<b>Educação Financeira e Literacia Financeira.....</b>	<b>17</b>
<b>2.1.2</b>	<b>Inclusão Financeira.....</b>	<b>19</b>
<b>2.1.3</b>	<b>Proteção ao Consumidor Financeiro.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1.4</b>	<b>Bem-Estar Financeiro.....</b>	<b>20</b>
<b>2.1.5</b>	<b>Cidadania Financeira.....</b>	<b>24</b>
2.2	EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA.....	25
2.3	PERSPECTIVA DA OCDE SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA.....	28
<b>2.3.1</b>	<b>Diretrizes e Recomendações da OCDE para Estratégias Nacionais de Educação Financeira.....</b>	<b>29</b>
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA.....</b>	<b>33</b>
3.1	DELINEAMENTO DA PESQUISA.....	33
3.2	COLETA DE DADOS.....	33
3.3	LIMITAÇÕES DA PESQUISA.....	35
<b>4</b>	<b>ANÁLISE DE RESULTADOS.....</b>	<b>36</b>
4.1	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM PAÍSES MEMBROS DA OCDE.....	36
4.2	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM PAÍSES PARCEIROS DA OCDE.....	51
4.3	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA.....	53
<b>4.3.1</b>	<b>Argentina: <i>Plan Nacional de Educación Financiera</i> (PNEF).....</b>	<b>55</b>
<b>4.3.2</b>	<b>Bolívia.....</b>	<b>56</b>
<b>4.3.3</b>	<b>Brasil: Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).....</b>	<b>57</b>
<b>4.3.4</b>	<b>Chile: <i>Estrategia Nacional de Educación Financiera</i> (ENEF).....</b>	<b>59</b>

4.3.5	<i>Colômbia: Estrategia Nacional De Educación Económica Y Financiera (ENEEF)</i> .....	60
4.3.6	<i>Costa Rica: Estrategia Nacional de Educación Financiera (ENEF)</i> .....	61
4.3.7	<i>Cuba: Estrategia Nacional de Educación Financiera (ENEF)</i> .....	62
4.3.8	<b>República Dominicana: Plan Estratégico de Educación Económica y Financiera (ENEEF)</b> .....	63
4.3.9	<i>Equador: Estrategia Nacional de Educación Financiera (ENEF)</i> .....	63
4.3.10	<i>El Salvador: Estrategia Nacional de Educación Financiera (ENEF)</i> .....	65
4.3.11	<b>Guatemala</b> .....	66
4.3.12	<i>Haiti: Plan National d'Éducation Financière (PNEF)</i> .....	66
4.3.13	<i>Honduras: Programa de Educación Financiera (PEF)</i> .....	67
4.3.14	<i>México: Estrategia Nacional de Educación Financiera (ENEF)</i> .....	68
4.3.15	<b>Nicarágua</b> .....	69
4.3.16	<i>Panamá: Estrategia Nacional de Educación Financiera (ENEF)</i> .....	69
4.3.17	<b>Paraguai</b> .....	70
4.3.18	<b>Peru: Plan Nacional de Educación Financiera (PLANEF)</b> .....	70
4.3.19	<b>Uruguai</b> .....	72
4.3.20	<b>Venezuela</b> .....	72
4.4	COMPARATIVO ENTRE ESTRATÉGIAS E ADERÊNCIA ÀS DIRETRIZES DA OCDE.....	74
4.4.1	<b>Cooperação entre stakeholders</b> .....	74
4.4.2	<b>Educação Financeira na escola</b> .....	76
4.4.3	<b>Ações voltadas a grupos específicos</b> .....	77
4.5	COMPARATIVO ENTRE ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE PAÍSES DA OCDE E PAÍSES DA AMÉRICA LATINA.....	79
5	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	83
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	85

## 1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a crescente importância da educação financeira tem sido impulsionada pelos avanços do mercado financeiro e pelas mudanças nas áreas demográficas, econômicas e políticas (OCDE, 2005). A globalização trouxe consigo o aumento da oferta de diversos produtos e serviços financeiros, revelando a necessidade das pessoas serem capazes de tomar decisões financeiras responsáveis, a fim de garantir sua estabilidade financeira.

Em outras palavras, a educação financeira é um processo no qual os indivíduos melhoram seu entendimento sobre conceitos, produtos e riscos associados, no intuito de fazer escolhas financeiras baseadas em informações que melhorem seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005). Compreender conceitos básicos como poupança, crédito, investimentos, endividamento e planejamento financeiro é crucial para que indivíduos e famílias possam fazer escolhas inteligentes e estratégicas ao longo de suas vidas. Sem essa base, muitas pessoas acabam enfrentando sérios problemas financeiros, como o endividamento excessivo e a exclusão dos sistemas financeiros.

Nos países em desenvolvimento, como os da América Latina, a situação é ainda mais crítica. A falta de educação financeira contribui para a baixa inclusão financeira, pois muitas pessoas não conseguem acessar produtos e serviços financeiros adequados, como contas bancárias, crédito ou investimentos. Em 2021, cerca de metade da população latino-americana possuía uma conta bancária, permanecendo abaixo da média da OCDE de 93,7%. Os principais motivos apontados são o alto custo de transação e a desconfiança no sistema financeiro. Além disso, trabalhadores informais também enfrentam barreiras de acesso a produtos financeiros, principalmente devido à falta de registros formais de emprego. É importante mencionar que em 2022, 55,7% dos trabalhadores estavam em empregos informais (OCDE *et al.*, 2024a).

Tais fatores contribuem para que uma grande parte da população esteja vivendo à margem do sistema econômico, o que perpetua a desigualdade social. A América Latina foi considerada a região mais desigual do mundo durante as três últimas décadas (CEPAL, 2024a). Nesse contexto, atrelada às altas taxas de informalidade nos mercados de trabalho, a educação financeira precisa estar presente nas políticas públicas, promovendo o conhecimento e a capacitação da população para que ela possa participar efetivamente da economia e melhorar sua qualidade de vida.

Para Manuel (2025), a educação financeira contribui para a redução das vulnerabilidades econômicas, aumentando a capacidade das pessoas de planejar seus gastos, poupar para o futuro e tomar decisões de crédito responsáveis. Para isso, é necessário a elaboração de estratégias que criem condições estruturais para que os indivíduos possam moldar suas realidades. Ao promover a educação financeira desde a infância, principalmente nas escolas, os países podem capacitar suas populações para enfrentar as incertezas econômicas e alcançar um desenvolvimento sustentável. Vale salientar que o desenvolvimento não se reduz ao crescimento econômico, abrangendo também o aumento da capacidade das pessoas, sendo este alcançado por meio do fortalecimento de sistemas educacionais (Sachs, 2005; Sen, 1999 *apud* Manuel, 2025).

Vários órgãos internacionais influenciam as estratégias nacionais de educação financeira. O Banco Mundial (2023) defende a educação financeira como uma ferramenta crucial para a inclusão financeira. A Parceria Global para Inclusão Financeira (GPFI, 2022), do G20, recomenda a inclusão da educação financeira digital em políticas públicas para alcançar a população excluída financeiramente. A Comissão Europeia incentiva a educação financeira nos países da União Europeia, enquanto a Organização Internacional do Trabalho destaca sua importância para trabalhadores em mercados informais e outros grupos vulneráveis (EC, 2025; OIT, 2025). Esses organismos, junto à OCDE, contribuem para redução das desigualdades sociais e a promoção da educação e inclusão financeira globalmente.

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), uma das principais entidades globais voltadas para a análise e desenvolvimento de políticas públicas, tem reconhecido a importância de orientar os países na criação de políticas públicas eficazes para a promoção da educação financeira. Nos últimos anos, a OCDE tem proposto diretrizes claras para que as estratégias nacionais de educação financeira se tornem uma prioridade nos países, visando melhorar o bem-estar financeiro da população, combater o endividamento excessivo e estimular práticas financeiras responsáveis.

Embora o foco principal deste trabalho seja a análise das estratégias nacionais de educação financeira nos países da América Latina, é relevante trazer informações sobre os países da OCDE, especialmente porque alguns membros e parceiros dessa organização, como o Brasil, fazem parte da região. A troca de experiências e diretrizes desses países pode oferecer *insights* valiosos para o contexto latino-americano. Contudo, a implementação dessas diretrizes nos países latino-americanos ainda carece de avaliação crítica, o que levanta o problema central

desta pesquisa: **Como os países latino-americanos estruturam suas estratégias nacionais de educação financeira à luz das diretrizes da OCDE e nas experiências dos seus membros?**

## 1.1 OBJETIVOS

O objetivo geral deste trabalho é analisar as estratégias nacionais de educação financeira dos países latino-americanos à luz das diretrizes da OCDE e nas experiências dos seus membros.

Para atingir o objetivo geral deste trabalho, foram elaborados quatro objetivos específicos, a seguir:

- Identificar as diretrizes e recomendações da OCDE para estratégias nacionais de educação financeira;
- Mapear as estratégias nacionais de educação financeira implementadas em países da América Latina e em países membros da OCDE;
- Verificar se as estratégias nacionais dos países latino-americanos e da OCDE estão em conformidade com as diretrizes e recomendações internacionais; e
- Comparar as estratégias nacionais dos países pesquisados.

## 1.2 JUSTIFICATIVA DA PESQUISA

A educação financeira tem se tornado cada vez mais relevante nas agendas políticas da América Latina, especialmente diante dos desafios econômicos enfrentados pela população. Dados do *Global Findex* (2025) mostram que as despesas mensais são a principal preocupação financeira na América Latina, seguida por custos médicos e dinheiro para velhice, respectivamente. Quanto a poupar para a velhice, menos de 10% dos adultos o fazem na região. Ademais, cerca de 60% dos adultos afirmaram que se perdessem sua fonte principal de renda poderiam arcar com suas despesas por menos de 2 meses (Klapper *et al.*, 2025).

Além disso, cerca de 43% da população latino-americana, com 15 anos ou mais, continuam desbancarizados (OCDE *et al.*, 2024a). A consequente limitação no acesso a serviços financeiros formais, agrava o risco de exclusão econômica e dificulta a concepção de uma cultura de planejamento financeiro. A nível global, aproximadamente dois terços dos adultos, em economias de baixa e média renda, que não possuem conta bancária, precisariam de assistência para aprender a utilizá-la (Klapper *et al.*, 2025). Tais fatos evidenciam que a educação financeira é essencial para dotar as famílias com conhecimento necessário para

utilizar produtos e serviços financeiros, além de planejar, poupar e tomar decisões, especialmente em momentos de dificuldades financeiras.

Do ponto de vista acadêmico, o enfoque comparativo revela boas práticas, lacunas e oportunidades, oferecendo subsídios valiosos para gestores e formuladores de políticas. Dessa forma, é possível fortalecer a base teórica da administração e abrir caminho para soluções práticas e novas investigações, evidenciando a importância do tema. A escolha dos países a serem estudados, que abrange tanto países membros da OCDE quanto países latino-americanos, se justifica pela necessidade de comparar as abordagens de educação financeira em contextos econômicos e sociais distintos. Muitos dos países da OCDE possuem um alto nível de desenvolvimento socioeconômico e já implementam políticas mais consolidadas e amplamente reconhecidas de educação financeira.

Em contrapartida, a América Latina é composta por países de economia emergentes que enfrentam desafios específicos como a elevada desigualdade social, a alta informalidade no mercado de trabalho e a baixa inclusão financeira, o que torna ainda mais urgente a implementação de estratégias eficazes nesse campo (OCDE *et al.*, 2024a). Até então, não há nenhum relatório detalhado com foco nas práticas adotadas pelos países da América Latina na área da educação financeira (Grifoni *et al.*, 2020).

Portanto, este trabalho se destaca por sua análise comparativa entre as políticas de educação financeira adotadas por países membros da OCDE e os países latino-americanos, oferecendo uma nova abordagem sobre as diferenças e semelhanças entre as estratégias em contextos econômicos e sociais distintos. A pesquisa preenche uma lacuna importante ao não existir um relatório detalhado sobre as práticas de educação financeira nos países latino-americanos, fornecendo uma análise mais aprofundada das estratégias da região com base nas diretrizes da OCDE.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Neste capítulo, serão abordados a importância da educação financeira e suas diversas dimensões, estruturado em três subcapítulos interligados. O primeiro subcapítulo explora os conceitos fundamentais da educação financeira, o segundo discute a educação financeira no contexto das políticas públicas, ressaltando seu papel na estabilidade econômica e no desenvolvimento sustentável global. Por fim, o terceiro subcapítulo apresenta a perspectiva da OCDE sobre a educação financeira, destacando seu papel na governança econômica internacional. Serão discutidas as diretrizes e recomendações da organização para o desenvolvimento de estratégias nacionais de educação financeira, com foco na melhoria do bem-estar econômico global.

### **2.1 EDUCAÇÃO FINANCEIRA: CONCEITOS E IMPORTÂNCIA**

A educação financeira está intrinsecamente ligada a diversos aspectos importantes. Ela se relaciona com a literacia financeira, pois fornece o conhecimento necessário para entender e gerenciar recursos financeiros. Esse conhecimento também favorece a inclusão financeira, garantindo acesso a serviços financeiros para todos. Além disso, ajuda na proteção ao consumidor, ensinando as pessoas a reconhecerem seus direitos e evitarem prejuízos. A educação financeira também promove o bem-estar financeiro, ajudando a equilibrar as finanças pessoais, e fortalece a cidadania financeira, incentivando a participação ativa na economia e a responsabilidade social. Juntos, esses elementos formam uma base para uma sociedade mais consciente e preparada financeiramente.

#### **2.1.1 Educação Financeira e Literacia Financeira**

A Educação Financeira é frequentemente associada a capacidade dos indivíduos de gerir seus recursos financeiros de forma eficiente. A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2005) define a educação financeira como:

[...] o processo mediante o qual consumidores e investidores financeiros melhoram a sua compreensão sobre produtos, conceitos e riscos financeiros e, por meio de informação, instrução ou aconselhamento objetivo, desenvolvam as habilidades e a confiança necessárias para se tornarem mais cientes dos riscos e oportunidades financeiras, para fazerem escolhas baseadas em informação, para saberem onde procurar ajuda e para realizarem outras ações efetivas que melhorem o seu bem-estar financeiro (OCDE, 2005, p. 26). Tradução livre.

Nesse sentido, Negri (2010) conceitua a educação financeira como um processo educativo que, por meio de métodos específicos, possibilita às pessoas de diferentes idades,

níveis sociais e etnias o desenvolvimento de habilidades para gerenciar seus recursos financeiros. Sendo assim, aqueles que possuem um maior conhecimento sobre finanças estão mais capacitados a realizar um planejamento financeiro adequado, além de adotarem práticas de poupança e investirem de maneira consciente ao longo da vida. (Strömbäck *et al.*, 2017).

Diante disso, a educação financeira desempenha um papel preventivo, ajudando os indivíduos a identificar e lidar com seus problemas financeiros de maneira eficaz. Esse processo de aprendizado contribui para evitar o endividamento e promove um aumento no bem-estar financeiro das pessoas (Mesquita *et al.*, 2020).

Além disso, a educação financeira é um instrumento importante para aumentar o nível de literacia financeira dos indivíduos. De acordo com o Banco Mundial (2014), a Literacia Financeira representa o nível de aptidão para compreender e aplicar as finanças pessoais. Ela é composta por “uma combinação de consciência financeira, conhecimento, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões financeiras acertadas e, por fim, alcançar o bem-estar financeiro individual” (OCDE, 2020, p. 7).

Por sua vez, a Literacia Financeira Digital tem ganhado destaque nos últimos anos, sendo definida como “uma combinação de conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para que os indivíduos não apenas estejam cientes, mas também utilizem com segurança os serviços financeiros digitais e as tecnologias digitais, visando contribuir para seu bem-estar financeiro” (OCDE, 2024e, p. 3). Esse conceito é considerado uma área da literacia financeira tradicional, essencial para garantir que os indivíduos sejam financeiramente alfabetizados no século XXI, adaptando-se às novas demandas e inovações tecnológicas no setor financeiro.

A combinação entre conhecimentos, habilidades, atitudes e comportamentos necessários para tomar decisões financeiras pode ser definido como capacidade financeira (Banco Mundial, 2014). A melhoria da capacidade financeira não apenas facilita a adoção de melhores comportamentos financeiros, como poupar e administrar dinheiro, mas também contribui para a estabilidade econômica. Consumidores financeiramente capacitados tomam decisões mais informadas, exigem serviços de qualidade e são mais propensos a gerenciar riscos adequadamente. Isso resulta em um setor financeiro mais eficiente e em uma regulação menos rígida. (OCDE/CAF, 2013 apud ARGENTINA, 2022).

### 2.1.2 Inclusão Financeira

Os baixos níveis de inclusão financeira estão correlacionados com os baixos níveis de educação financeira, indicando que, quando a população possui baixo conhecimento sobre gestão financeira, há uma maior tendência a enfrentar dificuldades no acesso e no uso adequado de serviços financeiros (Atkinson; Messy, 2013). As contas bancárias são fundamentais para o acesso financeiro e a gestão das finanças pessoais, permitindo poupanças, pagamentos e empréstimos. Sua posse está ligada a benefícios como aumento do consumo, redução da pobreza, maior produtividade e poupança (Klapper *et al.*, 2025).

Globalmente, 21% da população adulta ainda não possuem contas bancárias, totalizando 1,3 bilhões de pessoas desbancarizadas, sendo persistente entre grupos vulneráveis, tais como mulheres e os desfavorecidos economicamente. A pobreza continua sendo a maior barreira ao acesso financeiro (Klapper *et al.*, 2025).

A Parceria Global para Inclusão Financeira (GPFI) (2016,), plataforma do G20, define a inclusão financeira como um estado em que todos os adultos economicamente ativos têm acesso efetivo a serviços financeiros providos por instituições formais, tais como crédito, poupança, pagamentos, seguros e investimentos. Atkinson e Messy (2013, p. 11) aprofunda o entendimento do termo ao afirmar que:

A Inclusão Financeira refere-se ao processo de promover acesso acessível, oportuno e adequado a uma ampla gama de produtos e serviços financeiros regulamentados e ampliar seu uso por todos os segmentos da sociedade por meio da implementação de abordagens existentes e inovadoras personalizadas, incluindo conscientização e educação financeira, com o objetivo de promover o bem-estar financeiro, bem como a inclusão econômica e social. (Tradução livre).

Por outro lado, a inclusão financeira digital engloba o uso de ferramentas e serviços financeiros digitais com o objetivo de promover o acesso de populações excluídas financeiramente aos serviços formais. Isso envolve a implementação de soluções digitais para oferecer uma gama de produtos financeiros adequados às necessidades dessas pessoas, garantindo que sejam fornecidos de maneira responsável, a um custo acessível para os clientes e de forma sustentável para os prestadores de serviços (OCDE, 2024e).

Portanto, enquanto a inclusão financeira garante o acesso a serviços e produtos financeiros, a educação financeira orienta sobre sua utilidade, seus riscos e a como utilizá-los adequadamente.

### **2.1.3 Proteção ao Consumidor Financeiro**

A proteção ao consumidor e a educação financeira têm objetivos semelhantes, ambos focados no bem-estar do consumidor e na prevenção de danos. Ambas fornecem informações sobre questões financeiras, mas a educação financeira vai além, oferecendo orientação e aconselhamento, enquanto a proteção ao consumidor se concentra em legislações e regulamentações, impondo padrões mínimos e garantindo que as instituições financeiras forneçam informações adequadas e proteção legal (OCDE, 2005). A OCDE recomenda que os órgãos de supervisão garantam a proteção contra fraudes e erros, com mecanismos de punição para más práticas (OCDE, 2022).

Atualmente é essencial que todos os consumidores tenham acesso a essas duas abordagens para tomar decisões informadas e seguras. A educação financeira capacita os consumidores a compreenderem os produtos financeiros disponíveis, os riscos atrelados, além de tomarem conhecimento de seus direitos e deveres. No entanto, para aqueles que não conseguem ou não desejam aprender, a proteção ao consumidor garante que os produtos oferecidos sejam adequados às suas necessidades e que os consumidores sejam protegidos caso algo dê errado (OCDE, 2005). Nesses casos, é disponibilizado ao consumidor canais para reclamações/solicitações (OCDE, 2022).

Ademais, a proteção ao consumidor financeiro também busca promover a inclusão financeira, eliminando barreiras para o acesso e utilização de serviços financeiros e garantindo que ninguém seja excluído do sistema financeiro, principalmente aqueles em situação de vulnerabilidade (OCDE, 2022).

### **2.1.4 Bem-estar Financeiro**

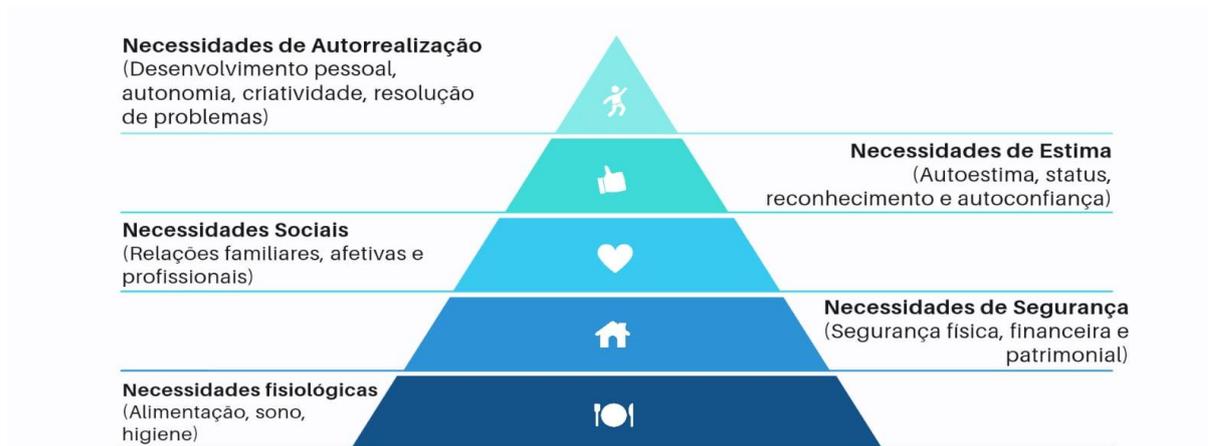
O bem-estar financeiro, ou saúde financeira, tornou-se um objetivo central nas políticas públicas, tanto em nível nacional quanto global, especialmente nas áreas de inclusão financeira, educação financeira e proteção do consumidor. A discussão sobre a temática se estende ao bem-estar geral do indivíduo, pois engloba a gestão de recursos, o que afeta diretamente em outros aspectos, tais como moradia, educação, saúde e lazer (BCB, 2018). Pode-se dizer que o bem-estar está associado a qualidade de vida.

Nesta perspectiva, se remetendo a Teoria da Motivação Humana do psicólogo Abraham Maslow (1943), uma vez que as necessidades fisiológicas são atendidas (respirar, comer, beber,

dormir etc.), surge a necessidade por segurança. Segundo Maslow (1943), esta necessidade é mais visível entre aqueles desfavorecidos socioeconomicamente, pois existe a procura por estabilidade financeira e no trabalho, assim como desejo por poupar e por seguros diversos (desemprego, médico, invalidez etc.).

Esta teoria, ilustrada na figura 1, explica como a motivação guia o comportamento dos indivíduos baseada numa hierarquia de necessidades, onde o objetivo é atingir a autorrealização. As necessidades de autorrealização estão relacionadas com “autonomia, independência, autocontrole, competência e plena realização daquilo que cada pessoa tem de potencial e de virtual, da utilização plena dos talentos individuais” (Chiavenato, 2009, p. 54). Sendo assim, o bem-estar está presente na busca por qualidade de vida em diferentes áreas, incluindo a financeira.

**Figura 1 – Hierarquia das Necessidades de Maslow**



Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Entretanto, devido à diversidade e complexidade do tema em diversos contextos, o bem-estar financeiro não possui uma definição que seja amplamente conhecida. O quadro a seguir reúne alguns conceitos:

**Quadro 1 - Definições de Bem-Estar Financeiro/Saúde Financeira**

Exemplos de definições usadas em pesquisas primárias e/ou desenvolvidas por organizações internacionais (em ordem cronológica de publicação)	Fonte
Bem-estar financeiro refere-se a um estado em que uma pessoa pode cumprir integralmente com as obrigações financeiras atuais e em curso, pode se sentir segura em seu futuro financeiro e é capaz de fazer escolhas que lhe permitam aproveitar a vida.	CFPB, 2015

A saúde financeira acontece quando seus sistemas financeiros diários permitem que você seja resiliente e busque oportunidades ao longo do tempo.	Parker <i>et al.</i> , 2016
Bem-estar financeiro refere-se à medida em que alguém é capaz de cumprir todos os seus compromissos e necessidades atuais confortavelmente e tem resiliência financeira para manter isso no futuro.	Kempson, Finney e Poppe, 2017
Bem-estar financeiro é a percepção de ser capaz de manter os padrões de vida atuais e desejados, além da liberdade financeira.	Brüggen <i>et al.</i> , 2017
Bem-estar financeiro é quando uma pessoa consegue arcar com as despesas e tem algum dinheiro sobrando, está no controle de suas finanças e se sente financeiramente segura, agora e no futuro.	Muir <i>et al.</i> , 2017
A saúde financeira é alcançada quando os sistemas diários de um indivíduo ajudam a desenvolver a resiliência financeira para enfrentar choques e a capacidade de perseguir objetivos financeiros.	Ladha <i>et al.</i> , 2017
Bem-estar financeiro é a medida em que as pessoas percebem e têm: 1. resultados financeiros nos quais cumprem com suas obrigações financeiras, 2. liberdade financeira para fazer escolhas que lhes permitam aproveitar a vida, 3. controle de suas finanças e 4. segurança financeira, agora, no futuro e em possíveis circunstâncias adversas.	Comerton-Forde <i>et al.</i> , 2018
O bem-estar financeiro é um estado psicológico positivo caracterizado por uma sensação de contentamento em relação à situação financeira pessoal e por uma percepção positiva da situação financeira como capaz de atender ativamente às necessidades atuais e às aspirações futuras.	Aubrey <i>et al.</i> , 2022
Saúde ou bem-estar financeiro refere-se à medida em que uma pessoa ou família consegue administrar tranquilamente suas obrigações financeiras atuais e ter confiança em seu futuro financeiro.	UNSGSA, 2021
Saúde financeira é um estado em que um indivíduo consegue atender às necessidades atuais, absorver choques financeiros e perseguir objetivos financeiros. Indivíduos financeiramente saudáveis também se sentem seguros em relação às suas finanças.	UNCDF, 2022
O Bem-Estar Financeiro com uma perspectiva de gênero deve abordar quatro componentes-chave da autonomia das mulheres: capacidade, confiança, escolha e controle. 1. Capacidade de tomar decisões financeiras informadas; 2. Confiança em sua capacidade de administrar a renda e os bens da família; 3. Escolha de serviços financeiros e como ela participa das decisões financeiras da família; e 4. Controle sobre a renda e os bens e sobre seus objetivos financeiros e futuro.	WWB, 2024

Fonte: G20/OCDE (2024). Tradução livre.

O G20, juntamente com a OCDE, reuniu os elementos geralmente associados ao conceito de bem-estar financeiro, a fim de criar um conceito que seja flexível e adaptável a vários contextos e países. O Quadro 2 contém os aspectos objetivos (concretos/quantificáveis,

tais como renda e patrimônio) e os aspectos subjetivos (sentimentos e percepções pessoais) identificados.

**Quadro 2 – Bem-estar Financeiro e seus elementos**

<b>Fatores</b>	<b>Aspectos Objetivos</b>	<b>Aspectos Subjetivos</b>
São capazes de gerenciar suas necessidades e obrigações financeiras de forma tranquila	Renda que cobre as despesas mais essenciais (necessidades e obrigações)	Sentir-se confiante sobre a capacidade de pagar as despesas essenciais; sofrimento/preocupação com as contas do dia a dia; julgamento sobre a situação financeira diária
São capazes de lidar com choques financeiros negativos	Economias, acesso ao crédito, apoio comunitário, acesso a redes de segurança social	Sentir-se confiante sobre a capacidade de lidar com choques financeiros; sofrimento/preocupação sobre a capacidade de resistir a choques; julgamento sobre a capacidade de lidar com choques
Podem perseguir aspirações, objetivos e aproveitar oportunidades	Renda que excede as despesas essenciais e permite fazer escolhas, gastos extras e poupar para o futuro	Sentir-se confiante sobre a capacidade de alcançar aspirações e objetivos financeiros; sentir-se confiante sobre o próprio futuro financeiro; aproveitar a vida do ponto de vista financeiro
Sentem-se satisfeitos e confiantes com suas vidas financeiras	-	Sentir-se satisfeito com a situação financeira; níveis de estresse e preocupações sobre a situação financeira em geral

Fonte: Adaptado de G20/OCDE (2024). Tradução livre.

Diante disso, o G20/OCDE (2024), em conjunto com a Presidência Brasileira, define bem-estar financeiro como:

[...] um estado em que os indivíduos são capazes de administrar sem problemas suas necessidades e obrigações financeiras, podem lidar com choques negativos, podem perseguir aspirações, objetivos e aproveitar oportunidades, e se sentem satisfeitos e confiantes sobre suas vidas financeiras, tendo em mente as circunstâncias específicas do país. (G20/OCDE, 2024, p. 23). Tradução livre.

Este conceito é um modelo que pode ser modificado de acordo com as necessidades, prioridades de desenvolvimento, circunstâncias individuais, familiares, da sociedade e do país.

Diante do exposto, pode-se dizer que o bem-estar financeiro é alcançado quando um indivíduo se sente financeiramente seguro, tem liberdade financeira para tomar decisões no presente e no futuro, e demonstra resiliência financeira, mantendo seu padrão de vida mesmo diante de situações adversas.

### 2.1.5 Cidadania Financeira

Cidadania refere-se ao conjunto de direitos e deveres que um indivíduo possui dentro da sociedade em que está inserido. Para Marshall (1967 *apud* Carvalho 2013) a cidadania está dividida em três áreas: 1) a civil, que garante direitos básicos como a liberdade e a igualdade perante a lei, independente de etnia, sexo, identidade de gênero, crenças religiosas ou qualquer outra característica pessoal; 2) a política, que garante a participação ativa na sociedade, influenciando diretamente ou indiretamente em decisões políticas; e 3) a social, direitos relativos a dignidade humana que preza pelo bem-estar do indivíduo, garantindo, por exemplo, acesso à educação e a saúde.

Logo, Cidadania Financeira “é um conceito relativo aos direitos e deveres do cidadão quando o assunto é sua vida financeira” (BCB, 2013 *apud* BCB, 2018). Nesse sentido, a participação é essencial para gerar mudanças no sistema financeiro. O cidadão precisa entender como esse sistema funciona e participar de sua criação ou modificação. Além disso, precisam conhecer seus direitos e usá-los com responsabilidade. Para isso, é preciso passar por um extenso processo de educação financeira (BCB, 2018).

**Figura 2 – Contexto da Cidadania Financeira**



Fonte: Banco Central do Brasil (2018).

A Cidadania Financeira não se limita a inclusão dos cidadãos nas decisões do sistema financeiro, mas também promove a contribuição para o bem-estar individual e coletivo, responsabilizando-os por suas ações ou omissões em relação aos acontecimentos que concernem o sistema financeiro (BCB, 2018).

## 2.2 EDUCAÇÃO FINANCEIRA COMO POLÍTICA PÚBLICA

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (2005), *apud* Bufalo e Pinto (2023), cabe ao Estado e às instituições capacitar os indivíduos a gerirem suas finanças de forma independente, conscientes de sua responsabilidade pelo próprio bem-estar financeiro e social e de como suas escolhas financeiras impactam tanto a economia local quanto a global.

O poder do Estado é legitimado por meio das políticas públicas, que são elaboradas para enfrentar um problema público. Segundo Pinto *et al.* (2018, p. 357), “as políticas públicas podem ser entendidas como uma resposta dos governantes a uma demanda ou problema que apresenta um impacto público. São soluções de problemas de interesse coletivo que atingem a sociedade ou parte dela”. Por sua vez, Dye (1984), citado por Souza (2006, p. 24), defende que política pública nada mais é do que “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”.

A criação de políticas públicas é essencial para resolver problemas públicos de maneira eficaz. Segundo Secchi (2017), citado por Mariano (2022), o ciclo das políticas públicas é composto por sete etapas: 1) identificação do problema, verificando as necessidades da sociedade; 2) formação da agenda, que prioriza os problemas relevantes; 3) formulação de alternativas, onde se discutem métodos e ações; 4) tomada de decisão, que define as soluções a serem implementadas; 5) implementação, onde as políticas são colocadas em prática; 6) avaliação, fundamental para medir os resultados e ajustar as ações; e 7) extinção, quando o problema é resolvido ou perde relevância. A avaliação contínua é crucial para o sucesso das políticas, permitindo ajustes e aprimoramentos necessários.

Atualmente, fatores como as mudanças demográficas e a maior sofisticação dos serviços e produtos financeiros fazem com que os consumidores estejam mais propensos a serem alvos de golpes e fraudes financeiras. Por esta razão, a educação financeira é reconhecida como uma habilidade essencial para a vida no século XXI (OCDE, 2024d).

Lusardi e Mitchell (2011) apontam que o analfabetismo financeiro é um problema social que pode afetar não apenas os indivíduos menos capacitados financeiramente, mas a

sociedade como um todo. Para mitigar os efeitos do baixo nível de literacia financeira da população, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) tem fortalecido o campo das políticas públicas, fornecendo recomendações e diretrizes que auxiliam os países a desenvolver estratégias nacionais de educação financeira.

Outrossim, a Agenda 2030, plano de ação global adotado pela Organização das Nações Unidas (ONU), representa um instrumento para o desenvolvimento de ações e políticas públicas, com o objetivo de alcançar o desenvolvimento sustentável global a longo prazo. Seu foco principal é encontrar um equilíbrio entre o progresso humano e a preservação ambiental, com metas para erradicar a pobreza e a fome, combater desigualdades e enfrentar as mudanças climáticas. Nesse contexto,

[...] a educação financeira das populações tem papel muito relevante na construção e na consolidação das políticas e ações desenvolvidas, pois, ao moldar o comportamento e as escolhas de consumo pelos indivíduos, cria um ambiente que favorece o equilíbrio em todos os aspectos, característica essencial para a sustentabilidade dos impactos perseguidos em cada um dos ODSs. (Forte *et al.*, 2020, p. 19)

A educação financeira está diretamente e indiretamente relacionada ao alcance de vários Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, ilustrado no quadro 3.

**Quadro 3 – ODSs relacionados à educação financeira**

<b>Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODSs)</b>	<b>Objetivos Específicos<sup>1</sup></b>
<b>ODS 1 - Erradicação da Pobreza</b>	<b>1.4</b> Até 2030, garantir que todos os homens e mulheres, particularmente os pobres e vulneráveis, tenham direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a serviços básicos, propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, herança, recursos naturais, novas tecnologias apropriadas e serviços financeiros, incluindo microfinanças.
<b>ODS 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável</b>	<b>2.3</b> Até 2030, dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, particularmente das mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores, inclusive por meio de acesso seguro e igual à terra, outros recursos produtivos e insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados e oportunidades de agregação de valor e de emprego não agrícola.
<b>ODS 3 - Saúde e Bem-Estar</b>	<b>3.8</b> Atingir a cobertura universal de saúde, incluindo a proteção do risco financeiro, o acesso a serviços de saúde essenciais de qualidade e o acesso a medicamentos e vacinas essenciais seguros, eficazes, de qualidade e a preços acessíveis para todos.

<sup>1</sup> Os Objetivos Específicos apresentados neste quadro foram selecionados com foco na relação com a educação financeira. A numeração dos objetivos não segue uma ordem sequencial, pois abrange apenas aqueles objetivos da ONU que são mais relevantes para a análise do trabalho, não representando a totalidade dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS).

<b>ODS 4 - Educação de Qualidade</b>	<b>4.4</b> Até 2030, aumentar substancialmente o número de jovens e adultos que tenham habilidades relevantes, inclusive competências técnicas e profissionais, para emprego, trabalho decente e empreendedorismo;
	<b>4.6</b> Até 2030, garantir que todos os jovens e uma substancial proporção dos adultos, homens e mulheres estejam alfabetizados e tenham adquirido o conhecimento básico de matemática.
<b>ODS 5 - Igualdade de Gênero</b>	<b>5.5</b> Garantir a participação plena e efetiva das mulheres e a igualdade de oportunidades para a liderança em todos os níveis de tomada de decisão na vida política, econômica e pública;
	<b>5.a</b> Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso a propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, de acordo com as leis nacionais.
<b>ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico</b>	<b>8.3</b> Promover políticas orientadas para o desenvolvimento que apoiem as atividades produtivas, geração de emprego decente, empreendedorismo, criatividade e inovação, e incentivar a formalização e o crescimento das micro, pequenas e médias empresas, inclusive por meio do acesso a serviços financeiros;
	<b>8.6</b> Até 2020, reduzir substancialmente a proporção de jovens sem emprego, educação ou formação;
	<b>8.10</b> Fortalecer a capacidade das instituições financeiras nacionais para incentivar a expansão do acesso aos serviços bancários, de seguros e financeiros para todos.
<b>ODS 9 - Indústria, Inovação e Infraestrutura</b>	<b>9.3</b> Aumentar o acesso das pequenas indústrias e outras empresas, particularmente em países em desenvolvimento, aos serviços financeiros, incluindo crédito acessível e sua integração em cadeias de valor e mercados.
<b>ODS 10 - Redução das Desigualdades</b>	<b>10.2</b> Até 2030, empoderar e promover a inclusão social, econômica e política de todos, independentemente da idade, gênero, deficiência, raça, etnia, origem, religião, condição econômica ou outra;
	<b>10.5</b> Melhorar a regulamentação e monitoramento dos mercados e instituições financeiras globais e fortalecer a implementação de tais regulamentações;
	<b>10.c</b> Até 2030, reduzir para menos de 3% os custos de transação de remessas dos migrantes e eliminar os corredores de remessas com custos superiores a 5%.
<b>ODS 16 - Paz, Justiça e Instituições Eficazes</b>	<b>16.6</b> Desenvolver instituições eficazes, responsáveis e transparentes em todos os níveis.

Fonte: Adaptado de ONU Brasil (2025).

Diante disso, percebe-se que uma política pública se origina a partir do surgimento de um problema. No âmbito da educação financeira, organizações tais como a OCDE e a ONU, através de pesquisas e relatórios, conseguem identificar questões que precisam ser resolvidas e, a partir disso, criar objetivos e metas. Quando esses objetivos são definidos a nível nacional, de maneira coordenada e sustentável a longo prazo são chamadas de Estratégias Nacionais (OCDE, 2020).

Sendo assim, uma estratégia nacional pode ser estabelecida como um instrumento eficaz para traçar um caminho claro e coordenado para melhorar a inclusão e/ou educação financeira nos contextos nacionais, pois permite que os *stakeholders* definam objetivos comuns, identifiquem desafios e oportunidades relevantes para sua execução, e elaborem um conjunto prioritários de ações a serem realizadas (Grifoni *et al.*, 2020). Uma vez que são implementadas, deve ser feito a mensuração de seu progresso por meio de monitoramento e avaliações contínuas, para assim ser possível propor melhorias adequadas a realidade do país.

### 2.3 PERSPECTIVA DA OCDE SOBRE EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), com sede em Paris, foi fundada em 1961 com o objetivo de promover políticas que melhorem o bem-estar econômico e social da população à nível nacional e global. Inicialmente, a OCDE surgiu a partir da Organização Europeia para a Cooperação Econômica (OEEC), que foi criada em 1948 para ajudar na reconstrução da Europa, através do Plano Marshall, após a Segunda Guerra Mundial (OCDE, 2025a).

A OCDE reúne um conjunto de países-membros que trabalham juntos em questões globais cruciais, atuando em diferentes níveis – nacional, regional e local. No total são 38 países membros que abrangem todo o mundo, desde a América do Norte e América do Sul até a Europa e a Ásia-Pacífico. Os países membros da OCDE são compostos por economias desenvolvidas, mas também incluem países emergentes e em desenvolvimento, que se beneficiam da expertise técnica e das melhores práticas compartilhadas dentro da organização. Ao longo das décadas, a OCDE tornou-se uma das principais plataformas de governança econômica internacional, atuando como um fórum no qual governos podem discutir e coordenar políticas econômicas, sociais e ambientais (OCDE, 2025a).

Além de seus membros, a OCDE colabora com países parceiros como Brasil, Índia, China, Indonésia e África do Sul. Esses países, conhecidos como Parceiros-Chave da OCDE, participam ativamente das discussões políticas da organização e contribuem com perspectivas valiosas. Eles também estão envolvidos em pesquisas regulares da OCDE, o que fortalece a cooperação internacional e aproxima os Parceiros-Chave dos padrões da organização (OCDE, 2025a). Isso amplia o impacto da OCDE e garante a aplicação global de seus princípios em economias de diferentes estágios de desenvolvimento.

**Quadro 4 – Países Membros e Parceiros-Chave da OCDE**

PAÍSES MEMBROS DA OCDE		PARCEIROS-CHAVE DA OCDE
1. Austrália	20. Japão	1. Brasil
2. Áustria	21. Coréia do Sul	2. China
3. Bélgica	22. Letônia	3. Índia
4. Canadá	23. Lituânia	4. Indonésia
5. Chile	24. Luxemburgo	5. África do Sul
6. Colômbia	25. México	
7. Costa Rica	26. Holanda	
8. República Tcheca	27. Nova Zelândia	
9. Dinamarca	28. Noruega	
10. Estônia	29. Polônia	
11. Finlândia	30. Portugal	
12. França	31. República Eslovaca	
13. Alemanha	32. Eslovênia	
14. Grécia	33. Espanha	
15. Hungria	34. Suécia	
16. Islândia	35. Suíça	
17. Irlanda	36. Turquia	
18. Israel	37. Reino Unido	
19. Itália	38. Estados Unidos	

Fonte: Adaptado de OCDE (2025c).

Em 2002, os governos da OCDE reconheceram a importância da educação financeira, lançando um projeto global para apoiar sua promoção. Em 2008, a criação da Rede Internacional de Educação Financeira (INFE) representou uma expansão significativa desse projeto, posicionando a INFE como líder global no desenvolvimento de pesquisas e diretrizes políticas sobre o tema. A INFE facilita a cooperação internacional entre formuladores de políticas, autoridades públicas e outras partes interessadas. Atualmente, conta com cerca de 300 instituições públicas de mais de 130 países. Seu trabalho é reconhecido pelo G20, União Europeia, APEC e ASEAN. Além disso, supervisiona a Recomendação da OCDE sobre Literacia Financeira, um padrão internacional que ajuda os governos a desenvolverem políticas eficazes de literacia financeira (OCDE, 2025b).

### **2.3.1 Diretrizes e Recomendações da OCDE para Estratégias Nacionais de Educação Financeira**

Em resposta aos efeitos da crise financeira global de 2008, a educação financeira tornou-se uma prioridade política de longo prazo em muitos países e economias e sua importância é reconhecida para a conduta de mercado, regulamentação prudencial e inclusão financeira. Em 2020, mais de 70 países e economias em todo o mundo estavam elaborando ou implementando estratégias nacionais de educação financeira (OCDE, 2020). Dessa forma, com o aumento da

atenção e recursos voltados à educação financeira, também aumentou a importância de garantir a eficácia e o impacto desses programas a longo prazo.

Diante disso, a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) juntamente com a Rede Internacional de Educação Financeira (INFE), desenvolveu os Princípios de Alto Nível Sobre Estratégias Nacionais para Educação Financeira. Este instrumento estabelece as diretrizes essenciais para que os países desenvolvam políticas públicas eficazes nessa área. É importante salientar que não existe um modelo único para o desenvolvimento de estratégias nacionais e sim orientações gerais a serem consideradas dentro do contexto socioeconômico de cada país (OCDE, 2012).

Segundo a OCDE (2012), uma estratégia nacional para educação financeira pode ser definida como um conjunto de ações coordenadas nacionalmente para promover a educação financeira, resultando em um programa que:

- Reconheça a importância da educação financeira a nível nacional, levando em consideração as necessidades e lacunas identificadas;
- Envolver a cooperação com as partes interessadas relevantes, bem como a identificação de um líder nacional ou órgão/conselho de coordenação;
- Forneça orientações para aplicar, monitorar e avaliar as ações propostas nas estratégias nacionais de forma eficiente em determinada janela de tempo.

Com o aumento da complexidade do cenário financeiro e dos riscos associados a facilidade de acesso a serviços financeiros, a OCDE (2020) recomenda que as estratégias nacionais implementadas sejam coerentes com outras políticas públicas, como as focadas na inclusão financeira e na proteção ao consumidor financeiro. O quadro a seguir reúne as demais orientações para elaboração de uma estratégia nacional.

**Quadro 5 - Recomendações para elaborar e implementar Estratégias Nacionais**

<b>Recomendação Principal</b>	<b>Elementos Chave</b>
<b>1. Basear estratégias em evidências e análises relevantes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Evidências sobre níveis de literacia financeira da população;</li> <li>• Uso de dados quantitativos e qualitativos;</li> <li>• Análise de comportamentos financeiros;</li> <li>• Análise de práticas de mercado;</li> <li>• Identificar canais eficazes;</li> <li>• Mapeamento de programas existentes.</li> </ul>
<b>2. Executar etapas preparatórias adicionais</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Pesquisa de boas práticas nacionais e internacionais;</li> <li>• Criação de mecanismos de consulta e coordenação;</li> <li>• Relato e divulgação dos resultados preparatórios.</li> </ul>
<b>3. Estabelecer mecanismos transparentes de coordenação e governança</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Autoridade líder com legitimidade e capacidade;</li> <li>• Definir funções e responsabilidades claras;</li> <li>• Envolver autoridades públicas (ex: Ministérios, Bancos Centrais);</li> <li>• Envolver partes privadas e sem fins lucrativos;</li> <li>• Evitar duplicação de esforços e conflitos de interesse.</li> </ul>
<b>4. Desenvolver e revisar roteiro estratégico nacional</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Definir visão geral e objetivos mensuráveis;</li> <li>• Plano de implementação com envolvimento das partes;</li> <li>• Plano de monitoramento e avaliação;</li> <li>• Identificação de recursos sustentáveis.</li> </ul>
<b>5. Identificar e priorizar questões relevantes de educação financeira</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Conscientização sobre produtos e riscos financeiros;</li> <li>• Capacitar para decisões informadas;</li> <li>• Conscientização dos direitos e responsabilidades;</li> <li>• Estimular comportamentos financeiros positivos;</li> <li>• Fornecer aconselhamento objetivo e imparcial.</li> </ul>
<b>6. Abordar públicos-alvo com iniciativas eficazes</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Coordenar com políticas públicas relacionadas;</li> <li>• Projetar programas com partes confiáveis;</li> <li>• Considerar subgrupos específicos;</li> <li>• Combinar com outras intervenções orientadas.</li> </ul>
<b>7. Promover a educação financeira para os jovens</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desenvolver desde a infância;</li> <li>• Conteúdo baseado em evidência;</li> <li>• Treinamento apropriado por faixa etária;</li> <li>• Baseado em competências essenciais;</li> <li>• Apoio contínuo, não pontual;</li> <li>• Envolver adultos (pais, professores);</li> <li>• Oferecer eventos e atividades especiais.</li> </ul>
<b>8. Atender necessidades de grupos específicos</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Mulheres (acesso, aconselhamento);</li> <li>• Micro e pequenos empresários (acesso, mentoria, financiamento);</li> <li>• Migrantes e refugiados (educação transnacional);</li> <li>• Idosos (fraudes, baixa digitalização, proteção);</li> <li>• Outros grupos vulneráveis (baixa renda, indígenas, PCD etc.)</li> </ul>

Fonte: Adaptado de OCDE (2020). Tradução livre.

A OCDE destaca a importância de desenvolver programas que abordem de forma abrangente os diversos setores do panorama financeiro, como poupança, investimento,

aposentadoria, crédito e seguros. Para isso, recomenda-se que os países adotem uma abordagem adaptada às suas realidades nacionais, levando em consideração fatores como taxas de juros, sistemas previdenciários, estruturas de investimento e o ambiente financeiro como um todo. O quadro a seguir organiza os principais pontos.

**Quadro 6 – Setores do Panorama Financeiro**

<b>Setor</b>	<b>Recomendações Principais</b>
<b>Poupança, Investimento, Aposentadoria e Pensões</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Considerar as realidades nacionais (ex.: taxas de juros, sistema previdenciário);</li> <li>• Promover a compreensão de mudanças demográficas, sociais e econômicas (ex.: envelhecimento populacional);</li> <li>• Fornecer informações claras e ferramentas para o uso adequado de produtos financeiros;</li> <li>• Conscientizar sobre riscos financeiros e importância da diversificação;</li> <li>• Estimular decisões sustentáveis de longo prazo (financeira, social e ambientalmente);</li> <li>• Garantir acesso a informações sobre projeções de pensões e impactos de situações como desemprego ou múltiplos empregos;</li> <li>• Abordar vieses comportamentais que afetam o planejamento financeiro (ex.: excesso de confiança).</li> </ul>
<b>Crédito e Superendividamento</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Estimular o uso de orçamento e da poupança para reduzir dependência do crédito;</li> <li>• Fornecer ferramentas para comparar produtos de crédito e escolher o mais adequado;</li> <li>• Alertar sobre riscos do crédito de curto prazo (especialmente digital), como juros altos e encargos ocultos;</li> <li>• Oferecer orientações sobre gestão de dívidas e prevenção da inadimplência;</li> <li>• Informar sobre histórico de crédito e como ele é usado por instituições financeiras.</li> </ul>
<b>Seguros</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Promover cultura de prevenção e responsabilidade pessoal;</li> <li>• Incentivar o entendimento sobre risco, mitigação e compensação;</li> <li>• Oferecer informações para uso adequado dos seguros conforme o perfil individual;</li> <li>• Desenvolver campanhas sobre riscos e produtos complexos, especialmente digitais, e tipos de cobertura (básica, completa, adicional).</li> </ul>

Fonte: Adaptado de OCDE (2020). Tradução livre.

Sendo assim, a literacia financeira deve abranger múltiplas dimensões do comportamento financeiro, promovendo uma compreensão mais ampla e estratégica das decisões econômicas ao longo da vida. Essas diretrizes, juntamente com os 12 Princípios de Alto Nível sobre Proteção dos Consumidores Financeiros são fundamentais para orientar políticas públicas que visem à autonomia financeira e à proteção do consumidor nos mercados contemporâneos (OCDE, 2022). Temas tais como bem-estar financeiro, digitalização, avanços tecnológicos e finanças sustentáveis permeiam estes princípios e devem ser considerados na elaboração e implementação de políticas públicas.

### 3 METODOLOGIA

Minayo (2007, p. 14) define metodologia como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, considerando os métodos, técnicas e a criatividade do pesquisador na elaboração de uma pesquisa. Por sua vez, de acordo com o dicionário *online* de língua portuguesa Michaelis (2025), método se refere a um conjunto de regras utilizadas para se chegar a um fim. Sendo assim, a metodologia diz respeito a estruturação da pesquisa, orientando o caminho a se seguir para atingir os objetivos estabelecidos. Nesse sentido, Gil (2002, p.17) define pesquisa como:

[...] o procedimento racional e sistemático que tem como objetivo proporcionar respostas aos problemas que são propostos. A pesquisa é requerida quando não se dispõe de informação suficiente para responder ao problema, ou então quando a informação disponível se encontra em tal estado de desordem que não possa ser adequadamente relacionada ao problema.

#### 3.1 DELINEAMENTO DA PESQUISA

Segundo Gil (2025), a pesquisa qualitativa se caracteriza pela busca de aprofundamento nos fenômenos estudados. Portanto, esta pesquisa adotará uma abordagem qualitativa, uma vez que seu objetivo é compreender, de maneira detalhada e interpretativa, as estratégias nacionais de educação financeira implementadas nos países latino-americanos, à luz de diretrizes e recomendações internacionais. Esse tipo de pesquisa também aborda questões específicas, focando em aspectos que dificilmente são quantificados, trabalhando com “o universo dos significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes” (Minayo, 2007, p. 21).

Quanto a seus objetivos, a pesquisa tem caráter exploratório, pois visa proporcionar maior familiaridade com o problema, tornando-o mais claro ou gerando hipóteses para futuras investigações. Para isso, será feita uma pesquisa bibliográfica, desenvolvida com base em material já elaborado, como livros e artigos científicos. Diante disso, Gil (2002, p. 44) aponta que “embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho dessa natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Boa parte dos estudos exploratórios pode ser definida como pesquisas bibliográficas.”

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica está na possibilidade de o pesquisador acessar uma variedade muito maior de fenômenos do que seria viável investigar diretamente, especialmente quando o estudo exige informações dispersas em diferentes locais (Gil, 2002).

#### 3.2 COLETA DE DADOS

A pesquisa utilizará fontes secundárias para a coleta de dados. As fontes secundárias são constituídas por informações já previamente coletadas e publicadas, como documentos institucionais, relatórios e artigos acadêmicos. Nesse contexto, os dados serão extraídos de:

- **Relatórios e Instrumentos Legais da OCDE** relacionados à educação e inclusão financeira, os quais apresentam diretrizes e recomendações globais para os países membros e não membros, além de fornecerem diagnósticos sobre a situação dos países antes, durante e após a implementação de políticas públicas voltadas a essas áreas;
- **Relatórios nacionais de estratégias de educação financeira** de países membros e parceiros da OCDE, e dos países da América Latina, obtidos por meio de publicações dos Bancos Centrais, Ministérios de Economia e Finanças, Ministério da Educação e outras instituições governamentais;
- **Artigos acadêmicos, livros e estudos** que abordam as políticas públicas de educação financeira e seu impacto social, econômico e educacional nos países estudados;
- **Publicações de organizações internacionais**, como o Banco Mundial, o Banco de Desenvolvimento da América Latina e do Caribe (CAF) e a Aliança para a Inclusão Financeira (AFI), que frequentemente fornecem análises detalhadas sobre o estado da educação financeira, sendo selecionados aqueles que continham maior ênfase na América Latina.

Adicionalmente, para traduzir os relatórios que estavam em idiomas que a autora não domina, foi utilizado a ferramenta Google Tradutor, juntamente com sua interpretação pessoal, a fim de garantir a coerência e a adequação dos termos e conceitos presentes nesses documentos.

A pesquisa se concentrará em comparar as informações coletadas. A ideia é analisar como as estratégias de educação financeira são adaptados aos países latino-americanos, de acordo com as diretrizes da OCDE, permitindo verificar como podem ser melhoradas para atender às necessidades da população. No total, foram pesquisados 58 países, distribuídos entre países membros e parceiros da OCDE e países pertencentes à América Latina. Destes, 44 países possuem uma Estratégia Nacional para Educação Financeira, sendo 14 na América Latina.

O recorte temporal desta pesquisa abrange os anos de 2008 a 2025, um intervalo iniciado pela crise financeira global de 2008, que acelerou a implementação de políticas de educação financeira em diversos países. A crise revelou a necessidade urgente de capacitar os cidadãos para lidar com questões financeiras de maneira mais consciente e responsável. A pesquisa foca

nesse período, permitindo uma análise das estratégias nacionais de educação financeira desenvolvidas em resposta ao impacto econômico global e à crescente ênfase em promover a inclusão e educação financeira, especialmente na América Latina

A escolha dos países da América Latina para esta pesquisa é fundamentada pela relevância da educação financeira na região, que enfrenta desafios econômicos, sociais e estruturais específicos. A alta desigualdade social, a grande informalidade no mercado de trabalho e a considerável parcela da população desbancarizada tornam a implementação de políticas de educação financeira mais urgente e essencial. Além disso, a América Latina tem um histórico de exclusão financeira, o que exige a adaptação de estratégias às suas particularidades regionais. A análise comparativa com os países membros da OCDE possibilita uma avaliação crítica das políticas de educação financeira adotadas, destacando boas práticas que podem ser ajustadas para um impacto mais eficaz no contexto latino-americano. Dessa forma, a pesquisa visa contribuir para o aprimoramento das políticas de educação financeira na América Latina, considerando suas especificidades e desafios locais.

### 3.3 LIMITAÇÕES DA PESQUISA

A pesquisa será realizada exclusivamente com base em fontes secundárias, o que pode comprometer a qualidade dos resultados devido a algumas limitações. A primeira está relacionada à possibilidade dos dados encontrados estarem desatualizados. As informações disponíveis podem não refletir as mudanças mais recentes nas políticas públicas de educação financeira. Esse problema é agravado pela dificuldade de acessar sites de países internacionais, que nem sempre aparecem nos primeiros resultados da busca, especialmente considerando que a pesquisa é realizada a partir de outro país. Além disso, o acesso restrito a alguns sites governamentais dificulta ainda mais a obtenção de dados oficiais.

Ademais, a falta de experiência pessoal no contexto local dos países estudados dificulta a compreensão de aspectos culturais, sociais e econômicos que influenciam no impacto das políticas públicas implementadas. Somado a impossibilidade de avaliar a partir de dados primários, isto é, a partir da percepção dos indivíduos alcançados pelas iniciativas, pode resultar em uma análise superficial, sem considerar desafios específicos enfrentados por diferentes regiões ou grupos populacionais. Sendo assim, os resultados apontados podem não refletir as necessidades reais da população, pois existem poucos dados sobre a execução real das políticas, os resultados alcançados e a identificação dos pontos fortes e fracos das iniciativas.

## 4 ANÁLISE DE RESULTADOS

Primeiramente, serão apresentadas as políticas públicas para educação financeira nos países membros da OCDE. Em seguida, serão estudadas as políticas públicas para educação financeira em países parceiros da OCDE e em países da América Latina. Por fim, será analisado como as estratégias nacionais em países membros/parceiros da OCDE e da América Latina estão em consonância com as diretrizes e recomendações da OCDE, além de compará-las entre si, identificando as melhores práticas implementadas.

### 4.1 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM PAÍSES MEMBROS DA OCDE

Atualmente, a OCDE conta com 38 países membros. Tais países reconhecem a importância de promover a educação financeira como forma de capacitar suas populações a tomar decisões responsáveis e garantir um desenvolvimento econômico sustentável. Para isso, os países possuem políticas públicas e, em sua maioria, uma estratégia nacional com este objetivo, sendo estas adaptadas a suas realidades socioeconômicas.

A **Áustria** considera que a educação financeira pode melhorar a estabilidade financeira, prevenir o superendividamento, a inadimplência e a falência pessoal. Embora a educação financeira seja uma disciplina voluntária na escola, ela geralmente é integrada como parte do currículo por meio de outras disciplinas, como matemática, economia, ciências sociais ou outras. Desde a educação primária, as crianças aprendem de forma lúdica a pensar sobre suas atitudes em relação ao dinheiro. Em agosto de 2020, o Ministério Federal das Finanças lançou uma ofensiva universal de educação financeira chamada “Adequando a Áustria para o futuro financeiro” para desenvolver uma estratégia nacional (EBF, 2020).

A Associação Austríaca de Banqueiros (ABA), apoia projetos e iniciativas para promover a educação econômica, financeira e jurídica em geral, com intuito de desenvolver competências financeiras e uma melhor compreensão dos produtos financeiros, para que, desde cedo, os jovens aprendam a tomar decisões de forma responsável, evitando o endividamento e a pobreza. No país existe uma cooperação exemplar entre os setores público e privado e a ABA trabalha ativamente neste meio em conjunto com Ministérios, o Banco Nacional, Universidades, Autoridades de Supervisão, Bancos Membros e escolas (EBF, 2020). Cada vez mais os bancos estão envolvidos na educação financeira, a exemplo do Banco Nacional

Austríaco e a Autoridade Austríaca do Mercado Financeiro que mantêm plataformas online que reúnem informações pertinentes ao tema numa linguagem simples e de fácil compreensão.

Na **Bélgica**, não há uma estratégia nacional para promover a educação financeira, pois é uma competência regional. Entretanto, reconhece a educação financeira como uma forma de aumentar a inclusão financeira e de melhorar a tomada de decisão da população ao longo da vida. Como uma entidade federal, a Bélgica é composta por vários sistemas educacionais: Flandres, Bruxelas e Valônia, que têm currículos escolares diferentes. A educação financeira é obrigatória apenas em Flandres nas escolas secundárias, onde é responsabilidade do sistema escolar decidir integrar a educação financeira em outra disciplina ou ensiná-la de forma isolada (EBF, 2020).

No país todas as faixas etárias podem se beneficiar da educação financeira. A Bélgica adotou uma abordagem pragmática e baseada em projetos. Esses projetos fornecem informações sobre pagamentos digitais, bem como para aumentar a conscientização sobre alguns tipos de fraude online, organizado pelo Febelfin (*Fédération Belge du Secteur Financier*), uma organização sem fins lucrativos cujo objetivo é fornecer informações confiáveis e objetivas sobre o setor financeiro na Bélgica (EBF, 2020). O Órgão responsável pela educação financeira é o Ministério da Educação juntamente com a Autoridade de Serviços Financeiros e Mercados.

A **República Tcheca** foi um dos primeiros países da Europa a incluir a educação financeira como parte do currículo do sistema educacional público. Com o objetivo de aumentar o nível de educação financeira da população, o Ministério das Finanças, em cooperação com o Ministério da Educação, é responsável pela estratégia de educação financeira no país. No entanto, a cooperação entre os setores públicos e privados não é coordenada. A educação financeira também é considerada um caminho para uma melhor oferta de produtos financeiros e uma menor necessidade de intervenção estatal para a proteção do consumidor. Os grupos-alvo prioritários são os alunos de ensino fundamental e médio, desempregados, idosos, professores e servidores públicos (MFCR, 2020).

Desde 2009, a educação financeira é uma disciplina obrigatória para as escolas secundárias e, desde 2013, para as escolas primárias. As escolas ensinam aos alunos finanças pessoais por meio de outras disciplinas, principalmente como parte das aulas de educação cívica. Embora as crianças não tenham permissão legal para trabalhar, a maioria dos alunos do

ensino médio tem um emprego de meio período, por essa razão a gestão de suas finanças pessoais se torna um tópico relevante (EBF, 2020).

Na **Dinamarca** não existe uma estratégia nacional para a educação financeira, porém é uma disciplina obrigatória no ensino médio, integrada em outras disciplinas. Vale salientar que os alunos desta etapa de ensino possuem emprego de meio período, o que corrobora com o objetivo do país em melhorar a capacidade dos jovens de administrar seu dinheiro. Existe a cooperação entre organizações governamentais e não governamentais, instituições financeiras/privadas na realização de programas educacionais, materiais didáticos e relatórios anuais sobre o comportamento financeiro de seu público-alvo (EBF, 2020).

O Ministério das Finanças da **Estônia** desenvolveu a Estratégia Nacional de Educação Financeira. No país, a cooperação entre o setor público e as associações privadas é necessária e exemplar graças aos níveis significativos de confiança e proximidade entre as partes interessadas. Vale destacar que os maiores bancos do país possuem recursos para implementarem suas próprias iniciativas. A Associação Bancária Estoniana promove a educação de forma abrangente, em especial para os jovens, organizando treinamentos para os alunos em cooperação com os bancos. A cooperação com os meios de comunicação é efetiva, articulando programas e eventos (EBF, 2020).

O Ministério da Educação é responsável pela implementação da estratégia nacional, mas a educação financeira é uma disciplina voluntária na escola. As escolas ensinam finanças pessoais por meio de outras disciplinas e algumas escolas secundárias podem escolher ensiná-la como uma disciplina independente, tais como empreendedorismo ou economia (EBF, 2020).

A **Finlândia** ainda não implementou sua estratégia nacional para educação financeira, sendo o Banco da Finlândia seu principal autor. Com isso, o país visa aumentar a inclusão financeira através da educação financeira e acelerar o crescimento econômico. O Ministério da Educação e a Agência Nacional Finlandesa de Educação são responsáveis pela educação financeira nas escolas. A educação financeira é obrigatória na escola, sendo integrada em outras disciplinas, além de currículos e materiais de estudo que são oferecidos pelo estado para crianças desde o início do ensino fundamental até os 18 anos. Os formuladores de políticas públicas trabalham em conjunto com o setor financeiro como um todo, incluindo bancos, seguradoras e corretoras, tendo como prioridades ações voltadas a jovens e idosos (EBF, 2020).

Na **França**, a educação financeira é uma disciplina voluntária na escola para alunos do ensino fundamental e médio. As escolas ensinam finanças pessoais por meio de outras disciplinas, como matemática, história, ciências sociais e economia. Como forma de promover a inclusão profissional dos estudantes, as escolas de ensino médio estão particularmente interessadas em expor os alunos a empregos no setor financeiro. O Banco da França é o operador nomeado pelo governo para gerenciar a estratégia nacional de educação financeira, e pretende aumentar a inclusão financeira através da educação financeira (EBF, 2020).

No país, o regulador financeiro desempenha um papel ativo e há uma boa cooperação entre as partes interessadas, entre eles estão os Ministérios, instituições privadas e associações. O principal objetivo da Federação Bancária Francesa sobre a educação financeira é compartilhar conhecimento e entendimento financeiro para a população. Diante disso, foram criados programas educacionais, sites informativos e aplicativos. Além disso, pretendem oferecer atividades extracurriculares para jovens, em torno de conceitos de orçamento, pagamento, crédito e poupança (EBF, 2020).

Na **Alemanha**, foi constatado que as crianças não recebiam educação financeira suficiente na escola, sendo classificada ainda como de má qualidade (EBF, 2020). Diante disso, o Ministério das Finanças e o Ministério da Educação e Pesquisa buscaram o apoio da OCDE para desenvolver uma proposta de Estratégia Nacional para Educação Financeira. O país visa melhorar a compreensão geral das questões financeiras entre todas as gerações de sua população, isto é, o aumento no nível de educação financeira. Com isso, promoveria a participação de indivíduos e famílias no mercado financeiro, apoiando o planejamento da aposentadoria e evitando a pobreza na velhice. (OCDE, 2024b).

A promoção da educação financeira no país é desafiadora, dado que o sistema político é federal e todas as decisões relevantes sobre educação são executadas nos 16 estados. A educação financeira é obrigatória em apenas 3 dos estados. Algumas iniciativas já implementadas são programas educacionais, competições, formação e materiais para professores. A associação bancária executa muitos projetos bem-sucedidos (EBF, 2020).

Atualmente na **Grécia**, existe uma proposta de estratégia nacional para educação financeira criada pela OCDE que, além dos jovens, visa beneficiar pessoas endividadas, idosos, mulheres, micro, pequenas e médias empresas. Iniciativas de educação financeira já são implementadas por parte de organizações governamentais, não governamentais e privadas

(OCDE, 2024c). O país reconhece a importância de promover o tema para melhorar o bem-estar financeiro da população. A Associação Bancária criou um Comitê para intercâmbio de informações e, dessa forma, desenvolve uma variedade de programas, principalmente para os jovens. Além disso, criou material educacional para os alunos, pais e professores. Na escola, a educação financeira é integrada em outras disciplinas (EBF, 2020).

Na **Hungria**, a educação financeira é obrigatória em escolas secundárias técnicas. A estratégia nacional para melhorar a educação financeira foca no conhecimento financeiro para jovens e em promover pagamentos eletrônicos, visando a inclusão financeira, o bem-estar financeiro da população e o consequente funcionamento da economia (EBF, 2020).

Existe uma cooperação admirável entre a Associação Bancária Húngara, o governo, provedores de serviços financeiros e organizações sem fins lucrativos, promovendo programas educacionais, formação para professores e materiais didáticos. O Banco Central da Hungria criou uma fundação que juntamente com o Ministério das Finanças e o Ministério da Inovação e Tecnologia desenvolve e implementa programas e campanhas para melhorar a conscientização financeira (EBF, 2020).

Na **Islândia** não existe uma estratégia nacional para educação financeira, mas as iniciativas implementadas são bem-sucedidas devido a cooperação entre vários parceiros, entre eles estão organizações públicas, privadas, não governamentais e instituições financeiras. Algumas ações incluem distribuição de material didático gratuito às escolas e promover a instrução em sala de aula sobre finanças pessoais. Administrada pelo Ministério da Educação, a educação financeira é uma disciplina obrigatória no ensino médio, geralmente integrada em outras disciplinas (EBF, 2020). A educação financeira é vista como uma forma de melhorar a tomada de decisão dos indivíduos, especialmente os jovens.

Na **Irlanda** não existe uma estratégia nacional para educação financeira, mas reconhecem a importância de melhorar o nível de educação financeira dos consumidores, para que tomem decisões melhores. Existem iniciativas coordenadas por parceiros de setores públicos e privados direcionadas a escolas, faculdades e no local de trabalho, tais como materiais digitais e programas educacionais. O setor financeiro exerce papel fundamental neste cenário, pois a maioria dos bancos do país desenvolvem programas de educação financeira para a população (EBF, 2020).

Na **Itália** há uma vasta gama de iniciativas e programas, incluindo a organização de eventos inovadores, como shows educacionais para alunos e cidadãos. Também existem ações voltadas a públicos específicos como é o caso de plataformas de aprendizagem para atletas, ou treinamento para funcionários e voluntários da Fundação de Educação Financeira que ajudam pessoas de baixa renda em todo o país. Partes interessadas, públicas e privadas, realizam iniciativas por conta própria e frequentemente trabalham juntas (EBF, 2020).

Existe uma estratégia nacional para educação no país coordenada pelo Comitê Nacional de Educação Financeira, sob supervisão do Ministério das Finanças. Os reguladores financeiros também são membros do Comitê. Apesar da educação financeira não ser uma disciplina obrigatória no currículo, as escolas ensinam finanças pessoais por meio de aulas de economia e ciências sociais (EBF, 2020).

Na **Letônia**, os programas de educação financeira alcançam vários grupos. A Associação Financeira da Letônia desenvolve habilidades e conhecimentos para cidadãos e empresas. Os grupos-alvo são os pequenos e médios empreendedores, jovens profissionais e famílias, startups e empresas de alta tecnologia etc. No âmbito educacional, a educação financeira é uma disciplina voluntária na escola, aparecendo principalmente como parte das aulas de Economia no ensino médio. A maioria dos estudantes do ensino médio tem um emprego de meio período e aprender sobre finanças pessoais é relevante (EBF, 2020).

A Estratégia Nacional para Educação Financeira no país foi feita em conjunto pela Comissão de Mercado Financeiro e de Capitais e pelo Ministério da Educação e Ciência. A estratégia visa atingir as metas por meio da melhoria do currículo educacional, promovendo o aprendizado sobre o tema ao longo da vida, ferramentas de teste de conhecimento, bem como projetos de cooperação entre autoridades estaduais e municipais, instituições educacionais, ONGs, associações e participantes do mercado financeiro e de capitais (EBF, 2020).

A **Lituânia** ainda não tem uma estratégia nacional para educação financeira e não é um tópico ensinado na escola. Embora o Ministério da Educação seja responsável pela educação, não existe um órgão responsável pela educação financeira. Sendo assim, os esforços para melhorar os níveis de educação financeira da população dependem de iniciativas de bancos e organizações sem fins lucrativos. Algumas ações bem-sucedidas se concentram em programas educacionais, workshops e comunicações públicas, tais como eventos, comunicados à imprensa

e artigos. Além disso, como forma de atingir os jovens de forma mais eficaz, houve parceria com influenciadores de mídia (EBF, 2020).

Em **Luxemburgo**, a estratégia nacional recomenda incluir educação financeira nos currículos escolares. De acordo com essa recomendação, o Ministério da Educação é responsável por ajudar a equipar alunos e estudantes para administrar suas finanças pessoais. No entanto, a educação financeira é uma disciplina voluntária na escola e as escolas primárias ensinam finanças pessoais através de outras disciplinas (EBF, 2020). Além disso, existem programas educacionais, materiais físicos e digitais e uma plataforma digital para disseminar conceitos sobre a educação financeira.

A Autoridade de Supervisão Financeira de Luxemburgo é o órgão público nacional responsável pela educação financeira, ordenado pelo Ministério das Finanças para implementar a estratégia nacional. O regular financeiro também desempenha um papel ativo (EBF, 2020).

Na **Holanda**, a educação financeira é vista como uma maneira de impactar positivamente na população, promovendo comportamento financeiro responsável, especialmente para grupos vulneráveis, evitando o alto endividamento. No país, ensinar gestão financeira desde cedo é crucial para adolescentes, já que muitos estudantes do ensino médio têm um emprego de meio período e começam a ganhar sua primeira renda. A educação financeira é uma disciplina voluntária na escola, que inclui o ensino de finanças pessoais em várias disciplinas, mas em uma nova proposta visa incluir a educação financeira obrigatoriamente no currículo escolar (EBF, 2020). Ademais, existe uma notória cooperação entre entes públicos e privados para criar programas de educação financeira, sendo estes supervisionados pelo Ministério das Finanças.

A **Noruega**, apesar de não possuir um plano nacional, o nível de educação financeira é relativamente alto entre a população. É um dos países europeus mais avançados no assunto e o nível de confiança e cooperação entre todas as partes interessadas é expressivo. A partir de 2020 a educação financeira se tornou uma disciplina obrigatória no ensino fundamental e médio, integrada em outras disciplinas (EBF, 2020). Para promover a educação financeira existem programas e materiais educacionais.

Na **Polônia**, cerca de 49% dos poloneses consideram que seus conhecimentos financeiros são insuficientes. Diante disso, a Associação Bancária Polonesa fundou o Instituto

Bancário de Varsóvia para realizar educação financeira no país. Sendo assim, existe uma Estratégia Nacional para Educação Financeira no país. No âmbito educacional, a disciplina de educação financeira é obrigatória no ensino secundário, lecionada na disciplina de empreendedorismo. (EBF, 2020).

Os bancos poloneses estão envolvidos na educação financeira tanto por meio de programas conjuntos, criando seus próprios projetos, quanto financiando projetos implementados por outras entidades. Comparados a outros países europeus, os bancos na Polônia são vistos como parte de um setor estável e moderno que desfruta de confiança geral. Iniciativas educacionais são levadas a sério e apreciadas por professores e pais (EBF, 2020). Entretanto, não há uma boa articulação entre entes públicos e privados.

Em **Portugal**, para a Associação Portuguesa de Bancos (APB), iniciativas de educação financeira são a melhor maneira de aumentar a conscientização sobre a importância do conhecimento financeiro para promover um comportamento financeiro apropriado. Quanto maior o conhecimento dos cidadãos e clientes, melhor a qualidade de suas decisões financeiras (EBF, 2020).

As principais iniciativas no país estão focadas em diferentes alvos, tais como: escolas, bibliotecas públicas e programas de formação. Estas iniciativas são geridas pelo Grupo de Projeto de Educação Financeira da APB, no qual os bancos associados participam. Em Portugal, existem muitas outras iniciativas de educação financeira a nível governamental, setorial e empresarial. A nível nacional, o Ministério da Educação desempenha um papel ativo na educação financeira, que é uma disciplina obrigatória na escola. O Plano Nacional de Educação Financeira é a estratégia nacional para a educação financeira, impulsionada pelo Conselho Nacional de Supervisores Financeiros, envolvendo diferentes partes interessadas (EBF, 2020).

Na **República Eslovaca**, em 2008, o Ministério da Educação, Ciência, Pesquisa e Esporte da Eslováquia adotou uma “Estratégia para Educação Financeira e Gestão de Finanças Pessoais”. O regulador financeiro, o Banco Nacional, é o principal *stakeholder* no campo. Por meio de vários programas realizados pelo setor privado e ONGs cooperantes, professores e alunos podem se beneficiar de materiais de qualidade e métodos modernos de aprendizagem (EBF, 2020).

Apesar da Estratégia Nacional e dos vários projetos realizados pelo setor financeiro, o nível de educação financeira não está aumentando. Uma das razões é que a educação financeira não é uma disciplina obrigatória, as escolas ensinam educação financeira por meio de outras disciplinas (EBF, 2020).

A **Eslovênia**, como outros países europeus, é uma sociedade em constante evolução e enfrenta, entre outros, o desafio da digitalização do setor financeiro. Para a Associação Bancária da Eslovênia, o objetivo da educação financeira é conscientizar e transferir conhecimento sobre bancos e finanças, com atenção especial aos jovens (EBF, 2020).

O Ministério das Finanças é o coordenador oficial da educação financeira e o Ministério da Educação é responsável por sua inclusão em disciplinas do currículo escolar. O Banco Central e o setor bancário também desempenham um papel ao ministrar palestras e organizar workshops em escolas. A cooperação entre todos os *stakeholders* permitiu a inclusão disciplina de Economia Doméstica como parte obrigatória do currículo das escolas primárias, pois muitos alunos do ensino médio trabalham meio período e é importante aprenderem a administrar suas finanças pessoais (EBF, 2020).

Na **Espanha**, a educação financeira é um componente fundamental da estratégia de responsabilidade corporativa e social do setor bancário, pois permite que os clientes tomem decisões financeiras de forma informada e responsável. A Associação Espanhola de Bancos atua de diversas maneiras para estender a educação financeira na sociedade espanhola (EBF, 2020).

O Ministério da Educação e o Banco da Espanha criaram o Plano Nacional de Educação Financeira. Este plano nacional atua como uma estrutura com a ajuda da qual todos os *stakeholders*, públicos ou privados, podem coordenar o conteúdo de seus programas. Devido ao baixo nível de educação financeira na Espanha, medidas inovadoras são bem-vindas para educação financeira como parte da vida cotidiana. No âmbito educacional, a educação financeira é uma disciplina voluntária na escola, muitas vezes integrada ao currículo por meio de aulas de matemática e economia (EBF, 2020).

A **Suécia** mostra um envolvimento exemplar de *stakeholders* na educação financeira, onde a maior parte da atividade gira em torno de redes, tais como o governo, a indústria e ONGs.

A Autoridade Sueca de Supervisão Financeira é o órgão público nacional responsável pela educação financeira, sob a direção do Ministério das Finanças (EBF, 2020).

Entretanto, o governo não legisla favoravelmente no campo da educação financeira. A capacidade do setor privado de contribuir e/ou disponibilizar informações financeiras dentro dos programas oficiais de ensino são limitadas, pois o material didático é estritamente regulado e fornecido por canais pré-determinados. O currículo escolar é decidido pela Agência Nacional Sueca para Educação. A Educação financeira é uma disciplina obrigatória na escola (até 18 anos), ensinada em aulas de “artesanato doméstico” (ciência doméstica, economia doméstica), matemática e educação cívica (EBF, 2020).

No **Reino Unido**, o *UK Finance* defende a necessidade de aumentar o padrão de educação financeira em todo o Reino Unido, pois fornece a base para que crianças e jovens adultos tomem decisões bem-informadas e sejam financeiramente resilientes em suas vidas adultas (EBF, 2020). A Capacidade Financeira de Crianças e Jovens é um pilar fundamental da Estratégia Nacional de Bem-Estar Financeiro. Até 2030 o país visa gerar cinco mudanças para a população: 1) promover educação financeira para crianças e jovens; 2) gerar o hábito de poupar; 3) facilitar o crédito e ao mesmo tempo conscientizar sobre o uso responsável; 4) melhorar a qualidade sobre o aconselhamento sobre dívidas; e 5) capacitar a população para tomar melhores decisões financeiras. Para isso, haverá a colaboração e parceria com organizações governamentais, do terceiro setor, educadores, consumidores, serviços financeiros, empregadores e outros (MaPS, 2020).

Para maximizar a entrega de programas de educação financeira, foram identificadas as necessidades de crianças vulneráveis, levando os programas as áreas mais carentes do Reino Unido. Ademais, a inclusão da educação financeira no currículo escolar varia em todo o Reino Unido. A educação financeira em todas as quatro nações (Inglaterra, Escócia, Irlanda do Norte e País de Gales) atualmente não é uma disciplina definida (EBF, 2020).

A **Suíça** enfrenta grandes desafios pela falta de uma estratégia nacional para a educação financeira. Diversos atores públicos e privados, a exemplo do Banco Nacional Suíço, oferecem programas educacionais, mas de forma desordenada e sem um objetivo comum, o que resulta em uma oferta fragmentada, muitas vezes voltada apenas para grupos facilmente acessíveis, como estudantes. De modo geral, indo contra a tendência internacional, a mobilização do setor público é mínima, carecendo de campanhas, projetos piloto em escolas e pesquisas em larga

escala (HOFER, 2023). O país não participa da avaliação do PISA sobre educação financeira, por exemplo.

Embora a Suíça esteja entre os líderes em educação financeira, o nível geral de literacia financeira ainda é baixo. Apenas 50% da população consegue responder corretamente a questões básicas sobre conceitos financeiros, sendo o índice menor entre grupos de baixa renda, menor escolaridade e mulheres. Apesar de o país possuir uma sólida base educacional com a inclusão de finanças no currículo escolar, a educação financeira é tratada de forma geral, sem foco específico, o que limita o impacto nas habilidades financeiras dos alunos (HOFER, 2023).

A **Turquia** iniciou em 2014 a implementação da Estratégia Nacional para Acesso Financeiro, Educação Financeira e Proteção ao Consumidor, com foco em apoiar as metas macroeconômicas de longo prazo do país. A estratégia visa a conscientização, por meio de campanhas e eventos, sobre a importância da poupança, com base em uma pesquisa nacional do Banco Central da Turquia, que apontou a baixa taxa de poupança da população (OCDE, 2015). O Banco Central também participou da Cúpula Internacional de Acesso e Educação Financeira e promoveu iniciativas educativas de grande alcance (OCDE, 2015).

Embora a Estratégia Nacional abranja toda a população, grupos-alvo específicos, como famílias e mulheres, estudantes de ensino fundamental e médio, universidades e acadêmicos, funcionários dos setores público e privado, setor financeiro, pessoas com deficiência, idosos, jovens desempregados, bem como grupos em momentos de aprendizado da vida, como casamento, divórcio, gravidez, perda de emprego, etc., representam o público-alvo da educação financeira. Vale salientar existem organizações, públicas e privadas, responsáveis por atingir cada público-alvo definido (TURQUIA, 2014).

A educação financeira está integrada em diversas áreas nas escolas da Turquia, incluindo matemática, ciências da vida, estudos sociais, tecnologia e design. Uma das iniciativas do Ministério da Educação é o "Projeto de Educação Social e Financeira por meio da Arte", realizado em escolas de ensino fundamental e médio, onde o tema é abordado nas aulas de Artes Visuais e Música, tanto em currículos obrigatórios quanto eletivos, com atividades como o desenvolvimento de materiais didáticos, treinamento de professores e atividades extracurriculares (OCDE, 2015).

Nos **Estados Unidos**, a Comissão de Educação e Literacia Financeira é responsável por criar, implementar e atualizar a Estratégia Nacional para promover a educação financeira no país. O plano nacional atual visa melhorar a literacia financeira de toda a população americana, estabelecendo práticas baseadas em evidências, aplicáveis a diferentes contextos econômicos e grupos sociais. Também é destacada a importância de desenvolver habilidades financeiras em jovens, promovendo a educação financeira de forma coordenada e com o apoio do governo federal (U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY, 2020).

A educação financeira nas escolas dos Estados Unidos tem avançado significativamente nos últimos anos, com um número crescente de estados implementando disciplinas isoladas sobre finanças pessoais como exigência para formação no ensino médio. O tema também pode ser trabalhado em disciplinas eletivas, como economia e empreendedorismo. Em 2025, 50 dos 36 estados exigem algum tipo de educação financeira para a conclusão do ensino médio (STINSON, 2025). Entretanto, ainda existem desafios, tais como a necessidade de mais materiais didáticos culturalmente relevantes e treinamento adequado para os educadores. Segundo Mulhern, Kennedy e Okuda-Lim (2024) muitos professores se sentem despreparados para ensinar educação financeira e carecem de recursos adequados.

Em seu plano nacional intitulado “Faça mudanças que contam”, o **Canadá** objetiva um cenário favorável para a literacia financeira, tornando-a acessível, inclusiva e eficaz para a população canadense. Desde então a educação financeira foi integrada em escolas, locais de trabalho, comunidades e lares em todo o país. Esse progresso é resultado de uma forte colaboração entre organizações governamentais e não governamentais, instituições financeiras/privadas e pesquisadores, com destaque para as 18 redes de educação financeira, que representam mais de 600 organizações trabalhando juntas para promover a educação financeira (FCAC, 2021). No entanto, na escola, a educação financeira é obrigatória no ensino médio em apenas três províncias. Dentre estas, apenas uma oferece a disciplina para o ensino fundamental (PWLCAPITAL, 2025).

A Agência Financeira do Consumidor do Canadá e a Fundação Canadense para Educação Econômica oferecem uma variedade de materiais educacionais para estudantes, pais e professores, incluindo programas educacionais, workshops e recursos online, visando aumentar o conhecimento financeiro e as habilidades dos canadenses. Segundo Dean (2023), apesar dos avanços, desafios persistem, especialmente em regiões remotas e entre educadores

com pouca formação em finanças. A falta de recursos e apoio pode dificultar a implementação eficaz da educação financeira nessas áreas.

O **Japão** possui duas estratégias nacionais de educação financeira, iniciadas em 2005 e 2007, e revisadas em 2013 e 2016, respectivamente. Os objetivos da primeira eram “promover a educação financeira da população, conseqüentemente melhorar a vida dos indivíduos, aprimorar a qualidade dos produtos financeiros oferecidos no mercado e contribuir para o crescimento econômico por meio do aumento do fluxo de capital para as indústrias em crescimento”. O objetivo geral da segunda estratégia, de 2016, é promover a educação financeira nas escolas (OCDE, 2021).

A *Financial Services Agency* (JFSA), e o *Central Council for Financial Services Information* (CCFSI), organização composta por representantes de organizações financeiras e econômicas, mídia, grupos de consumidores, especialistas e o vice-governador do Banco do Japão, são responsáveis por promover a educação financeira no país. Desde a década de 1950 o tema é trabalhado nas escolas, fazendo parte do Currículo Nacional e sendo integrado em outras disciplinas e áreas de conhecimento (OCDE, 2015). Atualmente existe um nível mínimo de conhecimento a ser adquirido ao longo da vida. Para isso, existem conteúdos programados para cada faixa etária, além de seminários e eventos para pais e professores (JFSA, 2014). Além disso, desde 2005, o Japão promove o Torneio de Educação Financeira, se tornando, nesta área, o maior evento no país desde então (IEO, 2025).

O objetivo do Plano de Ativação da Educação Financeira na **Coreia do Sul** é aprimorar a infraestrutura para o fornecimento de educação financeira, oferecendo treinamento de professores, desenvolvimento de incentivos para a adoção da educação financeira nos currículos, aprimorar programas educacionais personalizados, aprimorar o nível dos programas e instrutores e estabelecer um sistema de acompanhamento, gestão e avaliação. De modo geral, a estratégia concentra-se em empoderar os consumidores e expandir a inclusão financeira (OCDE, 2019).

As atividades de educação financeira são coordenadas pelo Conselho de Educação Financeira, um órgão liderado pela Comissão de Serviços Financeiros que coordena as diretrizes políticas, examina como a educação financeira é oferecida por cada instituição e continua a aprimorar o Plano de Ativação da Educação Financeira. No Currículo Nacional, a educação financeira foi inserida em outras disciplinas no ensino fundamental e médio, enquanto

no ensino superior e médio é oferecida através de outros cursos de forma opcional (OCDE, 2019).

A estratégia nacional de educação financeira de **Israel** foi formalizada em 2012, com o lançamento da primeira estratégia coordenada pela Divisão de Mercado de Capitais, Seguros e Poupança do Ministério das Finanças. Esta estratégia visa melhorar a capacidade financeira da população israelense, destacando a importância de aumentar a conscientização financeira e incentivar a tomada de decisões informadas. O objetivo é reduzir as desigualdades financeiras ao longo do tempo, especialmente entre as populações mais vulneráveis. Para isso, a estratégia pretende alterar atitudes e comportamentos financeiros da população, principalmente em relação a hábitos de poupança e uso de produtos financeiros (FAULKNER, 2021).

Entretanto, existem muitas barreiras culturais, religiosas e linguísticas que impactam diretamente nos baixos níveis de educação e inclusão financeira, entre elas está o fato que o islamismo e o judaísmo proíbem a realização de transações que envolvam juros, fazendo com que muitas pessoas não utilizem alguns produtos e serviços financeiros. (ISRAEL, 2022).

Em relação ao sistema educacional, a educação financeira é uma disciplina voluntária nas escolas, mas existem programas-piloto e iniciativas privadas sendo implementadas em escolas e centros comunitários. No entanto, não há um programa nacional específico para o ensino financeiro nas escolas, e os professores geralmente não possuem formação adequada para ministrar tais conteúdos. A estratégia também enfatiza a cooperação com bibliotecas e centros comunitários para disseminação de informações financeiras (FAULKNER, 2021).

Na **Austrália**, a educação financeira é orientada pela Estratégia Nacional de Capacidade Financeira, coordenada, desde 2008, pela Comissão Australiana de Valores Mobiliários e Investimentos (ASIC). Em 2018, na terceira atualização da estratégia, percebeu-se que a mudança de comportamento leva tempo e não será alcançada por meio de uma única intervenção, sendo necessário compreender o contexto em que as pessoas tomam decisões. Sendo assim, foi definido como objetivo melhores resultados financeiros para todos os australianos, com ênfase nas mulheres, jovens, idosos e indígenas (OCDE, 2019).

A introdução da educação financeira nas escolas australianas começou em 2005 através de outras disciplinas. Entretanto, devido a estrutura do sistema escolar, estados e territórios continuam a ter flexibilidade na implementação do novo currículo. A ASIC, através de um

programa educacional, colaborou para que grande parte das escolas incluíssem a educação financeira e de consumo em seus currículos, além de ter criado um portal nacional de educação informativo e oferecer treinamentos para professores (OCDE, 2019).

A **Nova Zelândia** foi um dos primeiros países-membros da OCDE a adotar uma Estratégia Nacional para a Educação Financeira em 2008, sendo esta liderada pela Comissão para a Capacidade Financeira. A estratégia atual, atualizada em 2015, tem como prioridade promover a capacidade financeira. Com validade até o ano de 2025, as intervenções se baseiam em facilitar a conversa sobre dinheiro (tanto com familiares e amigos quanto com provedores financeiros), garantir um aprendizado financeiro eficaz ao longo da vida, planejar e estar preparado para o inesperado, fazer uso inteligente de dívidas, além de poupar e investir. A estratégia é direcionada a todos os neozelandeses (OCDE, 2019).

A educação financeira foi incluída no Currículo da Nova Zelândia em 2007. Porém as escolas têm autonomia para decidirem em que medida irão integrar o tema em suas disciplinas, podendo ser ensinada através de Ciências Sociais, Matemática e Estatística, Inglês, Empreendedorismo, Saúde e Tecnologia (OCDE, 2019).

Em resumo, o quadro a seguir apresenta os países que possuem estratégia nacional e o nível de cooperação entre seus *stakeholders*.

**Quadro 7 – Estratégias Nacionais para Educação Financeira em Países Membros da OCDE**

País	Estratégia Nacional	Nível de Cooperação
Áustria	Sim	Alto
Bélgica	Não	Médio
República Tcheca	Sim	Médio
Dinamarca	Não	Médio
Estônia	Sim	Alto
Finlândia	Não	Médio
França	Sim	Alto
Alemanha	Sim (Em elaboração)	Médio
Grécia	Sim (Em elaboração)	Médio
Hungria	Sim	Alto
Islândia	Não	Médio
Irlanda	Não	Médio
Itália	Sim	Alto
Letônia	Sim	Alto
Lituânia	Não	Baixo
Luxemburgo	Sim	Alto

Holanda	Sim	Alto
Noruega	Não	Alto
Polônia	Sim	Médio
Portugal	Sim	Alto
República Eslovaca	Sim	Alto
Eslovênia	Sim	Alto
Espanha	Sim	Alto
Suécia	Sim	Médio
Reino Unido	Sim	Alto
Suíça	Não	Baixo
Turquia	Sim	Alto
Estados Unidos	Sim	Alto
Canadá	Sim	Alto
Japão	Sim	Alto
Coreia do Sul	Sim	Alto
Israel	Sim	Alto
Austrália	Sim	Alto
Nova Zelândia	Sim	Alto

Fonte: Elaborado pela autora (2025)

Os demais países membros, pertencentes a América Latina – **México, Chile, Colômbia e Costa Rica** –, serão estudados no próximo capítulo.

#### 4.2 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM PAÍSES PARCEIROS DA OCDE

Para se aproximar dos padrões internacionais, os Parceiros-Chave da OCDE aderiram as recomendações da organização e estão elaborando e implementando estratégias nacionais para promover a educação financeira.

A **China** está desenvolvendo uma estratégia nacional com apoio do Banco Popular da China, devido ao rápido desenvolvimento do setor de serviços financeiros, com produtos financeiros mais complexos e vários riscos financeiros sendo transferidos para os consumidores (OCDE, 2019).

O currículo nacional na China é estruturado em três níveis: nacional, regional e escolar. A educação financeira é ensinada do ensino fundamental ao superior em disciplinas como Ética e Sociedade, Ideologia e Ética, História e Sociedade e Ideologia e Política ou História, incluindo o estudo sobre o sistema econômico chinês, orçamento e gestão de dinheiro, serviços

financeiros básicos e riscos e benefícios de produtos financeiros. As escolas ainda podem desenvolver e ensinar outros tópicos de forma autônoma (OCDE, 2019).

Na **Índia**, a Estratégia Nacional de Educação Financeira se tornou uma prioridade para o país, visando educar novos participantes do sistema financeiro. A educação financeira é vista como essencial para o sucesso das políticas nacionais de inclusão financeira, especialmente com a oferta de produtos e serviços financeiros (OCDE, 2015).

A estratégia nacional inclui campanhas de comunicação de massa, focadas em aumentar a conscientização sobre a importância da educação financeira e os benefícios do sistema bancário. Estas campanhas são uma ferramenta chave para informar a população sobre os esforços do governo e como a educação financeira contribui para o bem-estar individual. O Grupo Técnico sobre Inclusão Financeira e Educação Financeira, liderado pelo Vice-Governador do *Reserve Bank of India*, coordena os esforços de todos os reguladores financeiros, promovendo uma abordagem integrada para alcançar a inclusão e educação financeira em todo o país (OCDE, 2015).

Na **Indonésia**, o Banco da Indonésia e a Autoridade de Serviços Financeiros são responsáveis pela educação financeira. A visão e o principal objetivo da estratégia nacional da Indonésia são uma população com alta alfabetização financeira, que possa usufruir de produtos e serviços financeiros adequados para alcançar um bem-estar financeiro sustentável. A última revisão da estratégia incluiu um público-alvo mais amplo, incluindo jovens, pessoas com deficiência, baixa renda, isoladas e de regiões periféricas, trabalhadores migrantes, agricultores e pescadores, além de substituir o termo "donas de casa" por mulheres, além de manter o foco em MPMEs, estudantes, funcionários, profissionais e aposentados (OCDE, 2019).

Desde 2014, a educação financeira tem sido incorporada ao currículo nacional, inicialmente em escolas de ensino médio por meio de projetos-piloto, e atualmente está presente em todos os níveis de ensino, exceto na educação infantil, sendo ensinada principalmente nas disciplinas de Economia e Ciências Sociais, com o apoio do Ministério da Educação e de instituições financeiras. A proteção ao consumidor e a educação financeira também têm sido prioridades na Indonésia, com a Autoridade de Serviços Financeiros desempenhando um papel crucial em evitar perdas desnecessárias para o público, oferecendo informações sobre produtos e serviços financeiros (OCDE, 2019).

A estratégia nacional da **África do Sul** para educação financeira é coordenada pelo Tesouro Nacional e o *National Consumer Financial Education Committee* (NCFEC), composto por representantes do setor financeiro, reguladores, sindicatos, governo e educação. Em 2013, o *Financial Services Board* (FSB) lançou uma plataforma que fornece conteúdo sobre educação financeira, promovendo uma abordagem orientada por estágios de vida. A estratégia inclui iniciativas de mídia como programas de entretenimento educacional e a incorporação de mensagens educativas em novelas de TV e rádio, visando atingir áreas remotas (OCDE, 2015).

A educação financeira nas escolas da África do Sul é integrada em disciplinas como ciências econômicas e matemática. Além disso, o FSB tem colaborado com o Conselho Sul-Africano de Igrejas para oferecer workshops sobre questões financeiras, como o alto custo de funerais luxuosos, que levam muitos sul-africanos a se endividarem. Ademais, o país exige que empresas de serviços financeiros, que assinem os Códigos do Setor Financeiro, destinem uma porcentagem de seus lucros para a educação financeira do consumidor (OCDE, 2015).

O quadro a seguir apresenta os países que possuem estratégia nacional e o nível de cooperação entre os *stakeholders*.

**Quadro 8 - Estratégias Nacionais para Educação Financeira em Países Parceiros da OCDE**

País	Estratégia Nacional	Nível de Cooperação
China	Sim (Em elaboração)	Médio
Índia	Sim	Alto
Indonésia	Sim	Alto
África do Sul	Sim	Alto

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Por mais que não sejam países membros da OCDE, os países citados acima, assim como o **Brasil**, que será estudado a seguir, participam ativamente de suas iniciativas e aderem as diretrizes e recomendações, buscando soluções eficazes e aprovadas globalmente no âmbito da educação financeira.

#### 4.3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA EDUCAÇÃO FINANCEIRA EM PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Apesar do reconhecimento da educação financeira como uma habilidade essencial do século XXI, a educação financeira permanece limitada na América Latina, com uma parcela

significativa da população desconhecendo conceitos financeiros básicos. A região apresenta uma ampla gama de características, com países enfrentando desafios distintos com base em diversos fatores, incluindo sua estrutura econômica, dinâmica comercial, dependência de commodities e potencial energético. Contudo, também compartilham muitas tendências comuns, como vulnerabilidade a choques econômicos externos, desigualdade persistente e problemas de governança (OCDE *et al.*, 2024a). De acordo com a CEPAL (2025), a América Latina é composta por 20 países.

**Figura 3 – Países da América Latina**



Fonte: Guitarrara (2025).

Segundo a Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe – CEPAL (2024a), a América Latina se manteve como a região mais desigual do mundo nos últimos 30 anos. A pobreza permanece elevada na região, representando 26,8% da população total da região em 2024, enquanto a pobreza extrema permaneceu estável, afetando uma em cada dez pessoas (CEPAL, 2024b). A OCDE *et al.* (2024a) destaca que a pobreza reduz drasticamente o acesso a produtos e serviços financeiros na América Latina. Essa exclusão se deve principalmente a critérios financeiros rigorosos, como limites de renda, históricos de crédito e requisitos de garantias, que muitas vezes são inatingíveis para indivíduos pobres, muitos dos quais dependem de trabalho informal.

Trabalhadores informais também enfrentam barreiras de acesso a produtos financeiros, principalmente devido à falta de registros formais de emprego. Embora as taxas de emprego tenham aumentado, mais da metade dos empregados na América Latina permanecem em empregos informais, com baixa remuneração, seguridade social limitada e maior vulnerabilidade para mulheres e jovens. Diante disso, pode-se inferir que a informalidade do trabalho está associada à pobreza na região e é um dos principais impulsionadores da desigualdade de renda (OCDE *et al.*, 2024a).

Quanto aos empréstimos, os latino-americanos ainda recorrem frequentemente a fontes informais. Em média, 42% da população contratou empréstimos, mas apenas 20,1% fizeram em instituições financeiras formais, enquanto que a aderência a poupança foi de 57,2% (OCDE *et al.*, 2024a). No contexto de um golpe e/ou extorsão online, na América Latina cerca de 30% dos usuários digitais relatam ter recebido uma mensagem de texto ou SMS de alguém que não conhecem pedindo dinheiro (Klapper *et al.*, 2025).

Na última década, todos os países da região da América Latina fizeram progressos significativos em termos de acesso financeiro. No entanto, as desigualdades subsistentes deixam algumas regiões e grupos marginalizados e impossibilitados de acessar produtos financeiros essenciais. Aos poucos, a inovação digital vem quebrando essas barreiras. Para isso, a promoção da educação financeira é essencial para compreensão e conscientização financeira da população, inclusive para evitar armadilhas como o superendividamento (OCDE *et al.*, 2024a).

#### **4.3.1 Argentina: *Plan Nacional de Educación Financiera* (PNEF)**

O Governo Argentino implementou medidas durante a pandemia, como programas de transferências de renda e linhas de financiamento, resultando na abertura de 5 milhões de contas bancárias, aumentando o acesso a 91% da população adulta. Contudo, o uso eficaz desses serviços financeiros ainda enfrenta desafios, especialmente entre mulheres, populações rurais e jovens. O problema principal não é o acesso, mas o uso inadequado, o que exige o fortalecimento das capacidades financeiras e maior proteção para grupos vulneráveis contra endividamento e práticas abusivas (ARGENTINA, 2022).

O Plano Nacional de Educação Financeira (PNEF) foi lançado com o objetivo de promover a inclusão financeira na Argentina, buscando estabelecer uma estrutura que alinhe as iniciativas de educação financeira de organizações públicas e privadas. Adotando uma

abordagem baseada nos direitos humanos, o plano visa promover a igualdade de oportunidades e garantir o acesso universal a produtos e serviços financeiros. Seu foco é fortalecer as capacidades financeiras das pessoas, especialmente de grupos sociais vulneráveis, como beneficiários de programas sociais, idosos, jovens, migrantes e MPMEs, além de conscientizá-las sobre o uso responsável e sustentável desses serviços. Reconhecendo que existe maior desigualdade para mulheres e o público LGBTI+, a estratégia incorpora uma perspectiva de gênero e diversidade em todas as suas ações (ARGENTINA, 2022).

Com foco nos jovens, o PNEF visa incorporar conteúdo de educação financeira nos currículos escolares. Em 2018, foi aprovada no país a Lei nº 27.440 sobre Financiamento Produtivo. O artigo 211 desta lei inclui a formação financeira no ensino médio. Algumas províncias adotaram essa lei e aprovaram seus próprios programas, entendendo que a educação nos fundamental e médio é de competência de cada província (ARGENTINA, 2022). Ademais, o programa de educação financeira do Ministério da Educação, Cultura, Ciência e Tecnologia do Governo da Argentina, implementado anteriormente, já buscava promover a educação financeira nas escolas públicas e privadas, dos anos iniciais até o ensino médio. As propostas são adaptadas ao contexto sociocultural de cada comunidade escolar, com atividades práticas como jogos na infância, desenvolvimento de matemática no ensino fundamental e ensino de matemática como disciplina específica no ensino médio (IEF, 2020b).

Além disso, o PNEF visa incentivar o uso de serviços financeiros, promover o planejamento financeiro, estimular o uso de pagamentos digitais, fomentar o crédito responsável e sustentável, combater práticas abusivas e fraudulentas, e fortalecer a educação sobre os direitos do consumidor financeiro (ARGENTINA, 2022).

O Conselho de *Consejo de Coordinación de la Inclusión Financiera* (CCIF) foi criado para conceber, desenvolver e implementar essa Estratégia. O CCIF é o órgão interministerial composto por 14 departamentos do Governo Nacional, podendo incluir também instituições convidadas dos setores público e privado (ARGENTINA, 2022).

#### **4.3.2 Bolívia: Lei de Serviços Financeiros**

Na Bolívia, não há estratégia nacional para educação financeira. A *Autoridad De Supervisión Del Sistema Financiero* (ASFI), de acordo com a Lei n.º 393 de Serviços Financeiros, determina que as instituições financeiras têm a obrigação de criar e implementar

programas de educação financeira para os consumidores. O objetivo é educar sobre as características, usos e riscos dos serviços financeiros, além de informar sobre os direitos e obrigações dos consumidores e esclarecer sobre seus direitos. Esses programas, que devem ser anuais, podem ser oferecidos pelas próprias instituições financeiras ou por meio de unidades acadêmicas especializadas. A ASFI é responsável por regular e supervisionar esses programas, garantindo que sejam implementados de acordo com a legislação vigente, além de controlar os serviços financeiros no país, com autonomia e responsabilidade sobre as entidades financeiras autorizadas (AFI, 2020).

Atualmente, 60 organizações oferecem programas sobre serviços financeiros, direitos dos consumidores e mecanismos de reclamação. O Banco Central da Bolívia, a Autoridade Supervisora do Sistema Financeiro, o Ministério da Educação e o Ministério da Economia e Finanças Públicas também promovem essas atividades. Entre as ações, destacam-se feiras de poupança e crédito, concursos de redação, teatro escolar e workshops sobre pagamentos eletrônicos. A educação econômica e financeira é oferecida nos níveis fundamental, médio e superior. Apesar dos avanços, ainda há necessidade de expandir a educação financeira para áreas rurais e periféricas, promovendo também métodos de pagamento alternativos. Para isso, está sendo desenvolvida uma *Estrategia Nacional de Educación Económica y Financiera*, com a intenção de avaliar os impactos das iniciativas existentes (BCB, 2019).

#### **4.3.3 Brasil: Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF)**

Instituída em 2010 pelo Decreto Federal nº 7.397/2010 e renovada pelo Decreto Federal nº 10.393/2020, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) no Brasil objetiva reunir os esforços de agentes de diversos setores para promover e disseminar a educação financeira no país. Além de ampliar os conhecimentos e compreensão dos cidadãos acerca da educação financeira, na nova concepção da ENEF 2020, ganham destaque as temáticas especializadas, como seguro e previdência (Forte *et al.*, 2020).

Juntamente com a renovação da nova ENEF, para compor a governança, foi instituído o Fórum Brasileiro de Educação Financeira, unindo Banco Central do Brasil, Comissão de Valores Mobiliários, Superintendência Nacional de Previdência Complementar, Superintendência de Seguros Privados, Secretaria Nacional do Consumidor, Secretaria do Tesouro Nacional, Secretaria de Previdência e Ministério da Educação.

Para operar, desenvolver e disseminar a estratégia, foi criada a Associação de Educação Financeira do Brasil (AEF-Brasil), classificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (Oscip), tendo como público-alvo escolas públicas de Ensino Fundamental e de Ensino Médio, e adultos em vulnerabilidade social. A AEF-Brasil é constituída por quatro instituições privadas de grande relevância no mercado financeiro: ANBIMA, B3, CNSeg e FEBRABAN. Esse fator possibilita que haja uma parceria efetiva entre organizações públicas e privadas e, conseqüentemente, mais recursos para execução de projetos (Forte *et al.*, 2020). O selo ENEF e a Semana ENEF são ações fruto desta cooperação.

Dado o aumento do número de brasileiros endividados e inadimplentes, foi instaurado o Programa de Educação Financeira de Adultos, que visou construir tecnologias educacionais para aposentados de baixa renda e outra para mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família. Outro enfoque da ENEF foi a criação de tecnologias educacionais e material didático, como os livros didáticos para os professores e alunos do Ensino Fundamental e do Ensino Médio. A formação de professores se tornou essencial no processo de educação financeira nas escolas (Forte *et al.*, 2020).

Em 2017, a educação financeira foi incluída na Base Nacional Comum Curricular (BNCC), estabelecendo que todos os alunos da Educação Básica devem aprender sobre o tema. A partir dessa inclusão, a educação financeira passou a ser parte obrigatória dos currículos das redes públicas e privadas, tanto urbanas quanto rurais. Ela foi incorporada ao ensino de matemática nos 5º, 6º, 7º e 9º anos do Ensino Fundamental, com possibilidades de ser integrada em outras disciplinas (Forte *et al.*, 2020).

Além destas iniciativas, o “Aprender Valor”, programa gratuito do Banco Central do Brasil (BCB), apoia professores e escolas na educação financeira para estudantes do ensino fundamental em todo o país. A plataforma faz parte do programa “Na Ponta do Lápis”, do Ministério da Educação, que visa promover educação financeira, fiscal, previdenciária e securitária na educação básica (BCB, 2025).

Segundo a ANBIMA (2025), os principais desafios para a educação financeira no Brasil incluem a falta de profundidade nas abordagens de finanças comportamentais, com formatos como redes sociais e cursos curtos que não geram mudanças reais de comportamento. A qualificação dos educadores também é um problema, já que muitos não têm a formação necessária. Além disso, as iniciativas frequentemente não consideram as necessidades específicas de diferentes grupos socioeconômicos e de gênero, além de falharem em adaptar os

conteúdos às realidades da população. Para ser eficaz, a educação financeira precisa de abordagens mais práticas, contínuas e focadas nas necessidades reais dos cidadãos.

#### **4.3.4 Chile: *Estrategia Nacional de Educación Financiera (ENEF)***

O Governo Chileno, por meio do Decreto Presidencial nº 954 de novembro de 2014, criou a *Comisión Asesora para la Inclusión Financiera (CAPIF)*, liderada pelo Ministério da Fazenda por meio de sua Secretaria Técnica. A Comissão é composta pelos Ministérios da Educação, Desenvolvimento Social, Economia, Desenvolvimento e Turismo, e Trabalho e Previdência Social. O Banco Central participa como consultor, enquanto as Superintendências de Bancos e Instituições Financeiras e a Comissão do Mercado Financeiro participam como convidadas permanentes. O Instituto de Previdência Social, o Fundo de Solidariedade e Investimento Social e o Serviço Nacional do Consumidor também participam.

Representantes do setor privado, da sociedade civil e do *BancoEstado* se juntaram ao trabalho dos grupos técnicos representativos da Comissão. Assim, num contexto colaborativo, somaram-se ao trabalho associações representativas de cooperativas, microfinanças, setor bancário, administradoras de fundos de investimento, fundos de compensação e administradoras de fundos de pensão, além de fundações que atuam na área de Educação Financeira. Para 2016 e 2017, foi priorizado o desenvolvimento da *Estrategia Nacional de Educación Financiera (ENEF)*, coordenada pela *Comisión Asesora para la Inclusión Financiera (CAPIF)*.

A promoção da Educação Financeira é uma prioridade para o Governo Chileno, visando “uma cidadania que entende e gerencia conceitos e produtos financeiros e previdenciários, tomando decisões que melhoram seu bem-estar presente e futuro” (CAPIF, 2016, p.14), por meio da mobilização de atores públicos, privados e da sociedade civil. Os públicos-alvo prioritários são estudantes e mulheres, focando naquelas que são atendidas por programas de desenvolvimento social e apresentam maior vulnerabilidade econômica.

Atualmente, o conteúdo de educação financeira é ministrado nas disciplinas de História, Geografia e Ciências Sociais do primeiro ano do Ensino Médio e na disciplina de Matemática no quarto ano do Ensino Médio (Keim e Lara, 2024). Outras estratégias utilizadas para atingir os estudantes são: apresentações de especialistas ou professores, visitas presenciais ou virtuais a instituições financeiras e previdenciárias, uso de materiais de apoio escritos, uso de materiais de apoio audiovisuais, premiações ou reconhecimentos e jogos educativos (CAPIF, 2016).

Entretanto, apesar dos esforços, a execução da Estratégia Nacional tem sido ineficaz e a educação financeira tem sido negligenciada em relação a outras prioridades governamentais, com falta de coordenação e continuidade entre as iniciativas, o que impede a avaliação de resultados. Os bancos desempenham um papel ativo, mas que não há cooperação suficiente entre os setores público e privado (Keim e Lara, 2024).

A governança da ENEF tem se reunido de forma esporádica, desestimulando a colaboração entre instituições. A falta de impacto pode ser notada nas iniciativas que ainda se concentram em jovens e na população em geral, com pouca atenção às mulheres, apesar da prioridade estabelecida pela estratégia. Além disso, os estudantes enfrentam dificuldades em gerenciar seu orçamento e poupança, com pouca retenção de informações sobre educação financeira nas escolas, onde as experiências educacionais são escassas e insatisfatórias (Keim e Lara, 2024).

#### **4.3.5 Colômbia: *Estrategia Nacional De Educación Económica Y Financiera De Colombia (ENEFF)***

Em 2017, o Governo Nacional da Colômbia, com apoio técnico do Banco Mundial, promoveu a Estratégia Nacional de Educação Econômica e Financeira (ENEFF) visando melhorar a forma como as informações e conhecimentos chegam até a população, para contribuir com o desenvolvimento de atitudes, comportamentos ou competências, o que impactará na tomada de decisões econômicas e financeiras responsáveis e informadas em diferentes fases da vida. A estratégia também incentiva a cultura de planejamento e poupança. Os grupos prioritários focam em estudantes de anos iniciais até o nível superior, a população economicamente ativa, população socioeconomicamente vulnerável e microempresários (CIEEF, 2017).

O quadro regulamentar colombiano contém disposições que promovem a educação econômico-financeira no campo da educação formal e para o trabalho e desenvolvimento humano. A justificativa legal tem origem na Lei Geral de Educação de 1994, que inclui as ciências econômicas entre as áreas obrigatórias do ensino médio. Além disso, o Ministério da Educação Pública diretrizes e normas com o objetivo de desenvolver competências essenciais, tais como gestão de recursos e tomada de decisão responsável (CIEEF, 2017).

Para garantir que há um nível de educação financeira adequado, foi criado o *Sistema Administrativo Nacional de Educación Económica y Financiera* (SANEFF) sendo coordenado

pela *Comisión Intersectorial para la Educación Económica y Financiera* (CIEEF). Além disso, em 2014, o Ministério da Fazenda elaborou, em colaboração com instituições públicas e privadas, tais como o *Banco de la República* e o *Banco de Desarrollo de América Latina* (CAF), o "Meu Projeto, Minha Vida e Meu Futuro", com o objetivo de elaborar um guia para professores e promover a educação econômica e financeira nas escolas do país (CIEEF, 2017). Em 2025, o Governo Nacional promoveu o programa educacional '*Nueva Pangea*' beneficiando mais de cem mil estudantes de 1.618 instituições educacionais em 645 municípios da Colômbia, o objetivo é fortalecer a educação financeira nas áreas e territórios rurais (COLOMBIA, 2025)

De acordo com o último mapeamento, atualizado pelo *Banco de la República* em 2016, existem 113 instituições desenvolvendo mais de 132 iniciativas de educação econômica e financeira no país. As ferramentas e canais utilizados se concentram em materiais educacionais, palestras, seminários e portais/sites, como o '*Pesos Pensados*' que dissemina conteúdos no âmbito da educação financeira e direciona para outras plataformas públicas correlatas. Ademais, já existe uma boa cooperação entre as partes interessadas, sendo fortalecidas por ações como o Fórum Anual de Educação Econômica e Financeira (CIEEF, 2017).

#### **4.3.6 Costa Rica: *Estrategia Nacional de Educación Financiera* (ENEF)**

O Ministério da Economia, Indústria e Comércio promove e lidera a *Estrategia Nacional de Educación Financiera* (ENEF) por meio da Lei nº 10.627/2025 denominada "Lei-Quadro para a Promoção da Educação Financeira dos Habitantes da República". A lei cria um marco regulatório para promover a educação financeira para o desenvolvimento da população nas diferentes fases da vida, com o objetivo de melhorar as condições relacionadas ao endividamento, à pobreza, à desigualdade e à qualidade de vida.

Além disso, visa promover uma melhor compreensão de conceitos e produtos financeiros e previdenciários, bem como o desenvolvimento de habilidades e competências em finanças pessoais. Isso melhorará o bem-estar financeiro, a qualidade de vida pessoal e familiar e o desenvolvimento de pequenos negócios e do empreendedorismo, contribuindo para a redução das disparidades socioeconômicas no país (MEIC, 2025).

O público-alvo se volta a Pequenas e Médias Empresas, empreendedores, crianças, jovens, adultos, funcionários públicos e a população vulnerável, tais como a população deslocada ou refugiada, população indígena e idosos. Para financiar as ações desenvolvidas, foi

firmado um acordo entre os setores público e privado, envolvendo a cooperação de instituições financeiras, bancárias, cooperativas e outras organizações correlacionadas (MEIC, 2025).

Parceiros estratégicos promoveram com sucesso a estratégia de educação por meio de atividades virtuais e presenciais, como palestras, workshops, cursos entre outras. Eles utilizaram ferramentas tecnológicas e outros meios viáveis para transmitir a mensagem de educação financeira a grupos-alvo de qualquer lugar.

A *Alianza Empresarial Para El Desarrollo* (AED), em parceria com o *Ministerio de Educación Pública* (MEP), promove a educação nas escolas desde 2008, ofertando disciplinas eletivas e workshops no ensino médio e uma disciplina isolada no currículo nacional no 9º ano do ensino fundamental (Finanças Pessoais e Familiares para a Vida Cotidiana). Além disso, existe uma especialização de nível médio (Técnico em Bancos e Finanças) e houve a inserção do tema no currículo de Educação para Adultos. A formação de professores em conteúdos e metodologias de ensino também é uma ação prioritária (AED, 2025).

#### **4.3.7 Cuba: *Estrategia Nacional de Educación Financiera* (ENEF)**

Em alinhamento com a Agenda 2030 da ONU, foi aprovada, em 2020, a Política para o Desenvolvimento dos Sistemas de Pagamentos em Cuba. Esta política destaca a importância de um programa abrangente para o desenvolvimento da educação e cultura econômica e financeira, com o objetivo de engajar todos os setores na promoção do acesso bancário e da inclusão financeira na sociedade cubana. Tal plano exige um trabalho conjunto e de cooperação entre instituições, empresas e cidadãos (BCC, 2023).

O Banco Central de Cuba (BCC) é responsável por promover a inclusão e a educação financeira, proteger os direitos dos clientes de serviços financeiros e coordenar suas ações com os órgãos competentes. Como órgão líder do Sistema Bancário e Financeiro (SBF), o BCC foi encarregado da coordenação e execução da criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF). Por meio da Resolução nº 115/2021, o BCC estabeleceu a formação do Grupo Líder da ENEF, com a missão de elaborar e apoiar a implementação dessa estratégia (BCC, 2023).

A ENEF objetiva influenciar de forma positiva o comportamento financeiro das pessoas, com o propósito de gerenciar suas finanças pessoais e/ou negócios de forma consciente e responsável. Sua missão é facilitar a compreensão de conceitos, serviços e produtos

financeiros, promovendo assim, a inclusão financeira responsável, além de habilidades e atitudes que permitam melhorar o bem-estar individual e social (BCC, 2023).

Serão beneficiados os funcionários de instituições bancárias, estudantes do ensino fundamental, médio e superior, professores, servidores públicos, micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), pessoas com deficiência (PCDs), idosos e mulheres. As ações focam na comunicação, divulgação e promoção da ENEF, com destaque para a criação da Semana da Educação Financeira e de um portal único para a ENEF. Além disso, busca-se sensibilizar sobre a importância da perspectiva de gênero e sua relação com a educação financeira, incorporar conteúdos sobre cultura financeira nos programas de estudo e promover a educação financeira em centros educacionais de todos os níveis, utilizando diversas modalidades, canais e metodologias. Também serão capacitados professores, gestores e famílias, com o objetivo de ampliar o conhecimento sobre educação financeira (BCC, 2023).

#### **4.3.8 República Dominicana: *Plan Estratégico de Educación Económica y Financiera (ENEFF)***

O Grupo de Trabalho de Educação Econômica e Financeira é responsável por implementar o *Plan Estratégico de Educación Económica y Financiera* (ENEFF), sendo formado por treze instituições públicas e privadas do sistema financeiro (associações, bancos, ministérios etc.).

A ENEFF tem como objetivo melhorar a capacidade da população de tomar decisões financeiras e econômicas responsáveis, visando aumentar o bem-estar individual e contribuir para o desenvolvimento socioeconômico do país. Para alcançar esse objetivo, as ações propostas buscam promover o acesso e uso responsável de produtos e serviços financeiros, aprimorar as habilidades financeiras da população, incluir a Educação Econômica e Financeira nos currículos escolares de diferentes níveis e criar uma estrutura de governança que favoreça a cooperação entre as instituições envolvidas. O foco está em grupos de baixa renda, baixo nível de escolaridade, sem conta bancária, estudantes, residentes em áreas rurais, trabalhadores do setor informal e MPMEs (BCLRD, 2017).

#### **4.3.9 Equador: *Estrategia Nacional de Educación Financiera (ENEF)***

No Equador, a educação financeira é um direito constitucional, garantido pelo Código Orgânico Monetário e Financeiro, que assegura o acesso à informação adequada sobre produtos

e serviços financeiros. A Lei Orgânica de Defesa do Consumidor e o Código de Direitos dos Usuários do Sistema Financeiro reforçam esse direito, enquanto a Lei Orgânica da Juventude cria programas voltados para os jovens. A Superintendência de Bancos e a Superintendência de Economia Popular e Solidária são responsáveis por implementar e regular os programas de educação financeira. Como parte da função de transparência e controle social, essas entidades têm o dever de garantir o acesso à educação financeira para todos os cidadãos (EQUADOR, 2024).

Entretanto, o país carecia de um marco regulatório abrangente para alinhar as regulamentações existentes sobre educação financeira, o que dificulta a supervisão, o ensino e a avaliação dos Programas de Educação Financeira (PEF). Além disso, muitos programas são direcionados aos mesmos segmentos da população, gerando duplicação de esforços e metodologias. A ausência de conteúdo específico de educação financeira nos currículos do sistema educacional formal também contribui para esses desafios (EQUADOR, 2024).

Com a parceria entre o setor público e privado, foi implementada a *Estrategia Nacional de Educación Financiera* (ENEF), visando integrar os esforços de todos os envolvidos na promoção da inclusão financeira. Para desenvolver, coordenar, monitorar e supervisionar a implementação da ENEF foi criada a *Comisión Asesora de Educación Financiera* (CAEF), presidida pelo Ministério da Educação, com a participação de 19 instituições públicas e privadas (EQUADOR, 2024).

A ENEF tem como missão criar um plano para a implementação eficaz da educação financeira no país, levando em consideração os diversos stakeholders e beneficiários. O objetivo é fortalecer o conhecimento, atitudes, habilidades e comportamentos da população, promovendo uma gestão financeira responsável que favoreça o bem-estar econômico de indivíduos, famílias, empresas e comunidades.

A estratégia abrange uma ampla gama de públicos, incluindo os atores públicos e privados que regulam, fiscalizam e oferecem educação financeira, com foco tanto nas populações urbanas quanto rurais, em todas as fases da vida, da infância à terceira idade. A ENEF destaca a atenção a grupos vulneráveis, como mulheres, migrantes e outras populações prioritárias previstas na Constituição do Equador (EQUADOR, 2024). Na área educacional, a Estratégia Nacional prioriza a inclusão da disciplina de educação financeira no currículo nacional em todas as etapas de ensino, de forma integrada e transversal (EQUADOR, 2024).

#### 4.3.10 El Salvador: *Estrategia Nacional de Educación Financiera* (ENEF)

Em 2019, para enfrentar os desafios de inclusão financeira e educação no país, El Salvador criou o *Consejo Nacional de Inclusión y Educación Financiera* (CNIEF) por meio do Decreto Executivo nº 18. Coordenado pelo *Banco Central de Reserva de El Salvador* (BCR) e composto por dez instituições, o CNIEF ficou responsável por formular, implementar e monitorar uma política nacional de inclusão financeira e uma estratégia nacional de educação financeira (AFI, 2023). A *Estrategia Nacional de Educación Financiera* (ENEF) foi lançada em 2022, alinhada aos compromissos internacionais do país, como a Declaração Maya e a Agenda 2030 da ONU (EL SALVADOR, 2022).

O BCR e 20 instituições financeiras assinaram um Acordo de Cooperação Técnica sobre Inclusão e Educação Financeira. O acordo visa coordenar os esforços das instituições na criação de programas de educação financeira e no fornecimento de uma sala de aula virtual para capacitar facilitadores (AFI, 2023).

O plano de ação da ENEF é composto por 81 atividades, organizadas em três áreas estratégicas. Primeiramente, a ENEF visa reduzir as disparidades de gênero, idade, área geográfica e renda na inclusão e educação financeira, priorizando determinados segmentos da sociedade, incluindo a comunidade escolar; micro, pequenas e médias empresas; população assalariada; comunidades de imigrantes; e grupos vulneráveis (mulheres em situação de pobreza, jovens em situação de risco social e beneficiários de programas de transferência de renda). Também serão abordados temas transversais, abrangendo ações que promovem a igualdade de gênero, a não discriminação e o uso de moedas digitais, como o Bitcoin. Por fim, buscam tornar a educação financeira mais acessível e relevante para a população e para as partes interessadas, enfatizando a importância dessas iniciativas. Além disso, houve a criação de plataformas digitais interativas e para disseminação de conteúdo (AFI, 2023).

De modo geral, a ENEF pretende capacitar a população a administrar, planejar e maximizar seus recursos de forma responsável, com o objetivo de capacitá-la financeiramente e, conseqüentemente, melhorar seu bem-estar pessoal e familiar, além de melhorar a compreensão de produtos e serviços financeiros, promovendo seu uso. Nesse sentido, o enfoque na comunidade escolar se faz necessária para capacitar, desde cedo, os jovens, gerando impactos positivos para os estudantes, professores, famílias, funcionários das escolas, entre outros. (EL SALVADOR, 2022).

O Ministério da Educação, Ciência e Tecnologia está incorporando a educação financeira no currículo escolar. A partir de 2025, será introduzida a disciplina "Finanças e Economia" no ensino médio em escolas públicas, com foco em gestão financeira, produtividade e tomada de decisões responsáveis (MINEDUCYT, 2024).

#### **4.3.11 Guatemala**

A Guatemala não possui políticas específicas de educação financeira, mas sua Estratégia Nacional para Inclusão Financeira (ENIF) inclui um tema transversal sobre educação financeira. Estão em andamento trabalhos para a assinatura de um acordo-quadro de cooperação com o Ministério da Educação para fortalecer os componentes do Currículo Básico Nacional (AFI, 2024).

A *Superintendencia de Bancos de Guatemala* (SIB) desenvolve e implementa um *Programa de Educación Financiera* para promover o acesso a recursos educacionais que contribuem para uma tomada de decisões bem informada. No âmbito da ENIF, as instituições envolvidas na educação financeira incluem o SIB, o Banco da Guatemala, o Ministério da Economia e o Ministério da Educação (AFI, 2024).

#### **4.3.12 Haiti: *Plan National d'Éducation Financière* (PNEF)**

O *Plan National d'Éducation Financière* (PNEF) no Haiti é um elemento central da *Stratégie Nationale d'Inclusion Financière* (SNIF), correspondendo ao seu quarto pilar. O PNEF é uma iniciativa do governo haitiano, liderada pelo *Banque de la République d'Haiti* (BRH), em parceria com o Ministério da Economia e Finanças e o Ministério da Educação Nacional e Formação Profissional (BRH, 2024).

O PNEF do Haiti, para o período de 2020 a 2025, tem como principais objetivos desenvolver as competências financeiras da população, fortalecer instituições que promovam a inclusão financeira, melhorar a literacia financeira, manter uma comunidade informada e responsável e garantir que os consumidores estejam cientes de seus direitos e obrigações em relação aos serviços financeiros. O plano se baseia em seis eixos estratégicos, com foco em grupos-alvo agricultores, mulheres, jovens, trabalhadores migrantes e suas famílias, pessoas que vivem em zonas rurais e microempresários. A PNEF também visa sensibilizar a população sobre riscos e oportunidades financeiras, onde as mulheres são um componente transversal nessas ações (BRH, 2022a).

Para implementar o plano, foi elaborado um plano de ação e uma estratégia de comunicação, contando com parcerias internacionais para garantir a sinergia das ações. As iniciativas de divulgação incluem conferências, fóruns e workshops, abordando temas como o uso adequado de produtos financeiros e outros conceitos econômicos, em colaboração com diversas instituições do ecossistema financeiro (BRH, 2022a). O Haiti organiza regularmente campanhas de educação financeira, com foco no engajamento dos jovens nas mídias sociais e oferece cursos de economia e finanças para jornalistas, visando melhorar a disseminação de informações econômicas e financeiras e o entendimento das políticas monetárias. Além disso, o BRH também treina executivos bancários e outros parceiros (BRH, 2024).

Em 2022, através da parceria entre o Ministério da Educação Nacional e Formação Profissional, o BRH e a *Aflatoun International*, a Educação Social e Financeira foi integrada nos currículos escolares, visando fortalecer as habilidades de gestão financeira de alunos e estudantes haitianos, preparando-os para melhor administrar suas finanças pessoais e familiares (BRH, 2022b).

#### **4.3.13 Honduras: *Programa de Educación Financiera (PEF)***

A Comissão Nacional de Bancos e Seguros de Honduras (CNBS) é responsável pela estabilidade e capacidade financeira do sistema financeiro do país, além de garantir a transparência e os direitos dos usuários financeiros. Também atua na prevenção de lavagem de dinheiro e financiamento do terrorismo, promovendo a educação e inclusão financeira no país. Em 2022, foi publicado pela CNBS um Programa Nacional de Educação Financeira, liderado pela Diretoria de Educação Financeira, Inclusão e Gestão de Gênero, com base em políticas públicas, como as Normas para Fortalecimento da Transparência e Cultura Financeira e os Padrões para o Fortalecimento da Educação Financeira. A CNBS participa de campanhas como a Semana Global do Dinheiro e o Dia Mundial da Poupança, e disponibiliza dados sobre o impacto da educação financeira em seu portal interativo (AFI, 2024).

Ademais, o país possui uma Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (2025-2030), tendo como objetivo estratégico aumentar a literacia financeira entre a população, especialmente em grupos vulneráveis, através de campanhas nacionais de educação financeira e da integração da educação financeira no sistema educacional. A ENIF tem como público-alvo as mulheres, jovens, populações rurais e agrícolas, micro, pequenas e médias empresas

(MPMEs), além de subgrupos transversais, como idosos, povos indígenas, afrodescendentes e pessoas com deficiência (CNBS; AFI, 2025).

#### **4.3.14 México: *Estrategia Nacional de Educación Financiera* (ENEF)**

A Estratégia Nacional de Educação Financeira do México foi lançada em 2017, coordenada pelo Comitê de Educação Financeira, presidido pelo Vice-Ministro das Finanças e Crédito Público e composto por representantes de entidades públicas dos setores financeiro e educacional. O objetivo principal da estratégia é promover a inclusão e o bem-estar financeiro da população mexicana, com ênfase na conscientização e no uso adequado dos serviços financeiros, visto que o nível de educação e conscientização financeira é insuficiente (OCDE, 2019).

A estratégia busca integrar a educação financeira nos currículos de ensino básico e secundário, criar um site que reúna todos os programas de educação financeira existentes, além de desenvolver ferramentas de transparência para facilitar a comparação de produtos e serviços financeiros. O Comitê também se responsabiliza por definir as diretrizes da política pública, coordenar campanhas e avaliar a eficácia das iniciativas (OCDE, 2019). Além disso, a estratégia visa desenvolver, em coordenação com iniciativas privadas e não governamentais, programas de educação financeira que atendam as necessidades de cada público específico da população e das empresas (MÉXICO, 2017).

O público-alvo da estratégia abrange a população em geral, com foco em grupos vulneráveis, como mulheres, jovens, crianças, populações rurais, migrantes e MPMEs. Além disso, existem ações de acordo com cada fase da vida dos indivíduos. No âmbito educacional, a Estratégia incentiva a promover habilidades financeiras desde a infância. Para isso a autonomia curricular foi aplicada nas escolas, permitindo que 20% delas incluíssem a educação financeira no currículo durante o ano letivo de 2017-2018, refletindo a crescente importância do tema nas escolas do país (OCDE, 2019). A Estratégia Nacional pretende realizar formações de forma continuada com os professores para capacitá-los a educar financeiramente os estudantes (MÉXICO, 2017).

Entretanto, ainda existem diversas barreiras para alcançar a visão da Estratégia Nacional, tais como a inexistência de ferramentas que mensurem o nível de educação financeira dos jovens mexicanos. Acerca da população adulta, percebe-se que a compreensão de conceitos básicos sobre educação e o sistema financeira ainda é baixo, assim como é perceptível a falta

de conhecimentos sobre medidas de proteção ao consumidor e ao hábito de poupar. Além disso, uma das principais barreiras continua sendo a desconfiança nas instituições financeiras (MÉXICO, 2017).

#### **4.3.15 Nicarágua**

A economia da Nicarágua enfrenta uma grave crise, com violência, desemprego e queda na confiança de consumidores e empresas desde 2018. O país, o mais pobre da região depois do Haiti, enfrenta altos custos sociais e econômicos, com perspectivas de crescimento negativas. A educação financeira tem sido impulsionada, mas muitos bancos fecharam devido à crise. Apenas 14% da população tem acesso a serviços bancários formais, e a maior parte da renda é informal, gerando instabilidade. Além disso, a gestão financeira é difícil devido à baixa renda e ao alto índice de empréstimos (IEF, 2020a).

O país não possui políticas públicas específicas para promover a educação financeira, porém, em sua Estratégia Nacional para Inclusão Financeira (ENIF) é um dos eixos priorizados. A estratégia visa desenvolver habilidades financeiras em todos os segmentos da população, capacitando-os a tomar decisões informadas e gerenciar melhor suas finanças. Isso inclui a implementação de uma campanha nacional de educação financeira, a criação de um site de inclusão financeira e a avaliação da integração de temas de educação financeira nos currículos escolares, em colaboração com o Ministério da Educação, o Centro Nacional de Estudos da Educação e o Instituto Nacional de Estatística (BNC, 2017).

O Banco Central da Nicarágua e bancos privados já oferecem programas de educação financeira, focados em finanças domésticas, gestão orçamentária, capital de giro para pequenas empresas e o uso de métodos de pagamento digitais. A campanha nacional buscará revisar e integrar esses programas para cobrir esses temas de forma abrangente (BNC, 2017).

#### **4.3.16 Panamá: *Estrategia Nacional de Educación Financiera* (ENEF)**

Atualmente, no Panamá, está sendo implementada a *Estrategia Nacional de Educación Financiera* (ENEF), elaborada em colaboração com a Superintendência de Bancos, a Autoridade de Proteção ao Consumidor e Concorrência, o Ministério do Desenvolvimento Social, o Ministério da Educação, a Autoridade de Micro, Pequenas e Médias Empresas, a Superintendência do Mercado de Valores Mobiliários, a Superintendência de Seguros e Resseguros do Panamá e o Ministério da Economia e Finanças. O objetivo é promover a

educação financeira entre a população e construir uma cultura financeira no país que contribua para a gestão adequada dos recursos e para a tomada de decisões financeiras informadas (AFI, 2020).

Essa estratégia é voltada para grupos prioritários, como estudantes, empreendedores, micro e pequenos empresários e trabalhadores de populações vulneráveis, com foco na melhoria das capacidades financeiras de toda a população para alcançar maior bem-estar financeiro. Em 2020, a Superintendência de Bancos do Panamá (SBP) lançou um portal de Educação Financeira, que oferece curso virtual gratuito sobre poupança, orçamento e crédito, além de recursos como minisséries educativas, informações sobre direitos do consumidor financeiro e uma seção infantil. Para populações vulneráveis, foram realizados cursos presenciais por instrutores treinados, incluindo um simulador de negócios para microempresários. Em 2023, a SBP e o Ministério da Educação lançaram um Plano Piloto de Educação Financeira nas escolas, oferecendo cursos, workshops e webinars. (SBP, 2025).

#### **4.3.17 Paraguai**

O Paraguai não possui políticas específicas de educação financeira formalmente estabelecidas, mas diversas instituições públicas e privadas, como o Banco Central, o Ministério da Economia e o Ministério da Educação, dedicam recursos à área. O Banco Central organiza eventos e oferece um Portal de Educação Financeira com apoio de entidades públicas e privadas. Desde 2012, houve a implementação de um currículo de Educação Financeira e Econômica para o terceiro ano do ensino médio, e em 2018 a educação financeira foi instituída como disciplina curricular nos ensinos fundamental e médio (AFI, 2024; IEF, 2021) Apesar disso, o Paraguai ainda não participa ativamente de campanhas de educação financeira em nível global ou regional.

#### **4.3.18 Peru: *Plan Nacional de Educación Financiera (PLANEF)***

A Estratégia Nacional de Inclusão Financeira (ENIF) do Peru reconhece os baixos níveis de capacidade financeira e a falta de confiança no sistema financeiro como barreiras para o acesso a serviços financeiros. Em resposta, a ENIF criou um Grupo Técnico Temático (GTT) sobre Educação Financeira, liderado pela *Superintendencia de Banca, Seguros y AFP* (SBS) e o *Ministerio de Educación* (Minedu), com a missão de desenvolver o *Plan Nacional de Educación Financiera* (PLANEF).

A estratégia de educação financeira é transversal às outras ações da ENIF, contribuindo para alcançar os objetivos gerais do programa. O GTT trabalhará em estreita colaboração com outros membros da *Comisión Multisectorial de Inclusión Financiera* (CMIF) para garantir a implementação integrada das prioridades do PLANEF. A visão do PLANEF é melhorar o bem-estar financeiro da população, promovendo uma gestão financeira eficiente e permitindo melhores decisões financeiras para todos os segmentos da sociedade (SBS, 2017).

O PLANEF estabelece alguns grupos-alvo como prioridade. Para os estudantes, desde a educação básica até o ensino superior, o objetivo é que recebam formação adequada para gerir suas finanças pessoais. A educação financeira será integrada aos currículos escolares, com foco inicial em professores e diretores de escolas, capacitando-os para ensinar esses temas de forma eficaz. Além disso, a educação financeira será estendida às universidades e centros técnicos, com o objetivo de preparar os alunos para lidar com suas finanças pessoais e tomar decisões financeiras informadas (SBS, 2017).

O Peru foi o primeiro país da América Latina a incluir educação financeira no ensino médio, por meio do Desenho Curricular Nacional, aprovado em 2008. Em 2016, o *Minedu* aprovou o novo Currículo Nacional para a Educação Básica, que incorporou a competência "Gerenciar recursos econômicos com responsabilidade" como parte do currículo. Além disso, a competência "Gerir projetos de empreendedorismo econômico e social" também foi incluída, complementada por habilidades em matemática e compreensão de leitura (SBS, 2021).

O plano também contempla iniciativas voltadas a grupos vulneráveis, como idosos, populações de grupos étnicos, beneficiários de programas sociais, microempresários e mulheres, para melhorar suas habilidades de gestão financeira. Programas específicos serão desenvolvidos para cada um desses grupos, com materiais e mensagens adaptadas às suas necessidades. As ações serão complementadas por campanhas de mídia, tanto tradicionais quanto digitais, para alcançar uma maior parte da população. Por fim, um Fórum de Educação Financeira será criado para promover a troca de ideias entre as partes interessadas, garantindo uma implementação coordenada do plano no país (SBS, 2017).

O PLANEF foi desenvolvido como uma ferramenta de gestão pública para coordenar as ações de educação financeira do ENIF, alinhando-se às políticas de inclusão financeira do FMI. Sua implementação envolverá uma colaboração entre os setores público e privado, além da sociedade civil, contando com uma liderança eficaz e apoio executivo adequado. O sucesso

do PLANEF dependerá da participação ativa de uma ampla gama de partes interessadas, incluindo instituições financeiras, empresas, ONGs, o governo e os próprios consumidores (SBS, 2017).

#### **4.3.19 Uruguai**

Embora o Uruguai não possua estratégias nacionais de inclusão e educação financeira coordenadas por um comitê, o país tem políticas públicas sobre esses temas. Uma política nacional de inclusão financeira é liderada pelo Ministério da Economia e Finanças (MEF), enquanto o Banco Central do Uruguai (BCU) conduz um programa nacional de educação econômica e financeira. Este programa conta com a colaboração do sistema de educação pública, do MEF, do Ministério da Educação e Cultura, da Universidade da República e de diversos outros atores públicos e privados do setor financeiro (Grifoni *et al.*, 2020).

O programa BCU Educa, lançado em 2012, visa promover a educação e cultura financeira da população, incluindo temas no currículo escolar e oferecendo materiais didáticos. O BCU realiza também um levantamento de capacidades financeiras, em colaboração com o Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF), cujos resultados orientarão o conteúdo do programa. No ensino médio, o currículo diversificado e a formação técnica profissional incluem matemática financeira, mas não abordam temas como planejamento financeiro, essenciais para a tomada de decisões financeiras pessoais. Além disso, esses conteúdos não são obrigatórios em todas as trajetórias educacionais, limitando seu alcance (UDELAR, 2025).

#### **4.3.20 Venezuela**

O uso de cartões bancários na Venezuela é restrito, o que gera desconfiança nos bancos e incentiva a poupança informal. Com o menor salário médio da região, hiperinflação e escassez de produtos, o consumo caiu drasticamente, e muitos recorrem ao comércio ilegal, onde os preços são elevados e inacessíveis. A dívida pública e privada são altas, e o investimento é praticamente inexistente, pois tanto os investidores estrangeiros quanto os cidadãos não têm capacidade de investir devido à crise. Além disso, a educação financeira é limitada, a maioria da população não utiliza produtos financeiros, e não há uma cultura de poupança ou investimento (IEF, 2020c).

O Banco Central da Venezuela implementou medidas para disseminar o conhecimento econômico e financeiro, como a criação da Biblioteca Ernesto Peltzer, especializada na área

econômica, e o Programa de Cooperação Interinstitucional, que capacita acadêmicos em universidades e centros de pesquisa. A Rede Venezuelana de Conhecimento Econômico integra a comunidade acadêmica e científica, enquanto seminários, concursos como *La Economía en la Escuela* e palestras sobre a reconversão monetária reforçam a educação financeira. O concurso "Economia na Escola" incentiva alunos do ensino fundamental a desenvolver projetos educacionais (IEF, 2020c).

No âmbito educacional, algumas universidades do país oferecem cursos voltados para empreendedorismo, desenvolvimento de habilidades para o mercado de trabalho e conceitos financeiros básicos para auxiliar na tomada de decisões econômicas. No entanto, a inclusão desses tópicos nos currículos de outros níveis de ensino, especialmente no Ensino Fundamental e Médio, é limitada. Isso é evidenciado pela revisão curricular e pela escassez de conteúdos específicos de educação financeira nessas etapas (Monasterio-Pérez *et al.*, 2022).

Em suma, o quadro abaixo reúne os países que possuem estratégia nacional e o nível de cooperação entre os *stakeholders*.

**Quadro 9 – Estratégias Nacionais para Educação Financeira em Países da América Latina**

<b>País</b>	<b>Estratégia Nacional</b>	<b>Nível de Cooperação</b>
Argentina	Sim	Alto
Bolívia	Não	Médio
Brasil	Sim	Alto
Chile	Sim	Médio
Colômbia	Sim	Alto
Costa Rica	Sim	Alto
Cuba	Sim	Alto
República Dominicana	Sim	Alto
Equador	Sim	Alto
El Salvador	Sim	Alto
Guatemala	Não	Médio
Haiti	Sim	Alto
Honduras	Sim	Médio
México	Sim	Alto
Nicarágua	Não	Médio
Panamá	Sim	Alto
Paraguai	Não	Baixo
Peru	Sim	Alto
Uruguai	Não	Médio
Venezuela	Não	Baixo

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

#### 4.4 COMPARATIVO ENTRE ESTRATÉGIAS E ADERÊNCIA ÀS DIRETRIZES DA OCDE

Diante do exposto, alinhado com as recomendações e diretrizes da OCDE, foram identificados três eixos temáticos que são comuns aos países pesquisados e que serão comparados a seguir: cooperação entre *stakeholders*, educação financeira na escola e ações voltadas a grupos vulneráveis.

##### 4.4.1 Cooperação entre *stakeholders*

A OCDE recomenda que, ao elaborar e implementar uma estratégia nacional, os países envolvam a cooperação com as partes interessadas relevantes, tais como órgãos públicos, privados e sem fins lucrativos. Dessa forma, para garantir o acesso à educação financeira para toda população, as medidas devem ser tomadas de forma coordenada, de maneira que evite a duplicação de esforços, o uso ineficiente de recursos ou conflitos de interesses (OCDE, 2020).

Compilando as informações dos quadros 7, 8 e 9, pode-se ter uma visão geral de como os países estão seguindo tal recomendação, independente se possuem ou não uma Estratégia Nacional.

**Quadro 10 – Nível de cooperação dos *stakeholders* nos países pesquisados**

Nível de cooperação	Países
Baixo	Lituânia, Suíça, Paraguai, Venezuela.
Médio	Alemanha, Bélgica, Dinamarca, Grécia, Finlândia, Islândia, Irlanda, República Tcheca, Polônia, Suécia, China, Bolívia, Chile, Honduras, Uruguai, Nicarágua, Guatemala.
Alto	Áustria, Estônia, França, Hungria, Itália, Letônia, Luxemburgo, Holanda, Noruega, Portugal, República Eslovaca, Eslovênia, Espanha, Reino Unido, Turquia, Israel, Estados Unidos, Canadá, Japão, Coreia do Sul, Austrália, Nova Zelândia, Índia, Indonésia, África do Sul, Argentina, Brasil, Colômbia, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, El Salvador, Haiti, México, Panamá, Peru.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

À primeira vista, pode ser observado que os países, em sua maioria, têm promovido a cooperação entre os setores públicos e privados. Os países que possuem alto nível de cooperação, com exceção da Noruega, já implementam uma Estratégia Nacional de Educação

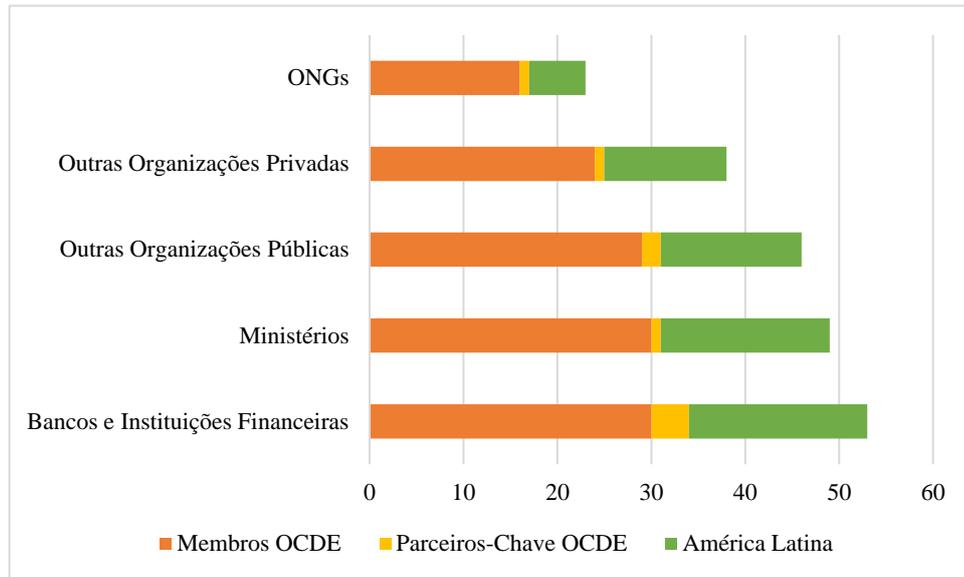
Financeira, direcionando os esforços e recursos para os objetivos estabelecidos em seu planejamento.

A Noruega, por mais que não possua uma Estratégia Nacional (EN), já possui uma população altamente educada financeiramente devido ao compromisso das partes interessadas em promover a educação financeira. Também se nota que, apesar do Haiti ser considerado o país mais pobre da América Latina, foi elaborado e implementado com sucesso uma Estratégia Nacional, mostrando que, mesmo em contextos difíceis, a colaboração interinstitucional pode gerar impactos positivos. Ademais, Israel também se destaca por seu nível de cooperação, mesmo diante de barreiras culturais, religiosas e linguísticas.

Por outro lado, os países que foram classificados com nível médio de cooperação, são aqueles que estão em fases iniciais de implementação, como a Alemanha, Grécia e China, ou aqueles que ainda não possuem uma Estratégia Nacional, mas já executam ações na área de educação financeira. Há casos específicos como o da Polônia e Honduras, que apesar de existir uma EN, carece de cooperação entre as organizações, onde se observa a centralização das ações nas instituições bancárias, o que limita a abrangência das iniciativas. A situação no Chile e na Suécia ilustra como uma EN, mesmo bem estruturada, pode se tornar ineficaz quando não há uma boa coordenação entre os setores público e privado, comprometendo a capacidade de alcançar resultados efetivos.

Por fim, os países que possuem baixo nível de cooperação são aqueles que não possuem uma Estratégia Nacional e que há pouca ou nenhuma mobilização do setor público e privado para promover a educação financeira. A Suíça, por sua vez, exemplifica um país com grandes recursos e infraestrutura, mas que não consegue traduzir isso em uma estratégia coesa e articulada, o que impede o avanço de iniciativas efetivas na área. Em contrapartida, a situação socioeconômica da Venezuela limita a destinação de recursos para a área educacional de forma geral, dificultando ainda mais a implementação de iniciativas de educação financeira.

A análise dos atores envolvidos nas ações de educação financeira destaca a importância da colaboração entre diversos setores para alcançar resultados eficazes. O gráfico 1 revela que bancos e instituições financeiras lideram a participação, seguidos por ministérios e outras organizações públicas e privadas. Em comparação, as ONGs têm uma participação menor, o que reforça a necessidade de uma abordagem integrada para tornar a educação financeira mais ampla e acessível.

**Gráfico 1 – Participação de organizações em iniciativas de educação financeira**

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Fica claro que os bancos desempenham um papel central ao usar seus recursos, expertise e relacionamento com os consumidores para promover a educação financeira. Com programas e plataformas digitais, eles impactam positivamente a saúde financeira da população, tornando as informações mais acessíveis e capacitando os consumidores.

#### 4.4.2 Educação financeira na escola

Nos países estudados, a Educação Financeira (EF) é abordada no currículo escolar nacional de três formas: 1) voluntária, geralmente integrada em outra(s) disciplina(s); 2) obrigatória, incluída formalmente ao currículo e/ou como disciplina isolada; e 3) como tema transversal, fazendo parte do ensino de diversas áreas de conhecimento (saúde, tecnologia, meio ambiente etc.). Em sua maioria, o ensino é inserido desde a infância, com ensino direcionado a cada fase da vida.

**Quadro 11 – Abordagem da Educação financeira na escola em países que possuem EN**

Abordagem na Escola	Países
EF Voluntária	Áustria, Estônia, França, Grécia, Itália, Letônia, Luxemburgo, Holanda, República Eslovaca, Espanha, Coreia do Sul, Israel, Austrália, Índia, África do Sul, Argentina, Chile, Costa Rica, Cuba, República Dominicana, Equador, Honduras, México, Panamá.

<b>EF Obrigatória</b>	República Tcheca, Alemanha, Hungria, Polônia, Portugal, Eslovênia, Suécia, Reino Unido, Estados Unidos, Canadá, Colômbia, El Salvador, Haiti, Peru.
<b>EF como Tema Transversal</b>	Turquia, Japão, Nova Zelândia, China, Indonésia, Brasil.

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

A educação financeira como disciplina voluntária é geralmente integrada a outras disciplinas, como matemática, estudos sociais ou economia, e não constitui um componente curricular obrigatório, possibilitando decidir em que medida e de que forma o tema será trabalhado em sala de aula. Essa abordagem é adotada por diversos países da Europa, Ásia, América Latina, Oceania e Oriente Médio. Embora ofereça flexibilidade, esse formato pode resultar em desigualdade no acesso, pois a oferta e a profundidade do conteúdo dependem da iniciativa das escolas ou redes de ensino.

Pode-se notar que os países latino-americanos tendem a adotar esse modelo com maior frequência, o que pode limitar o alcance universal da EF entre estudantes, especialmente em contextos de maior vulnerabilidade socioeconômica. Para mudar este cenário, as estratégias implementadas recentemente pretendem inserir o tema no currículo nacional em todas as etapas de ensino, tais como a Argentina, Cuba, República Dominicana, Equador, Honduras e México.

A abordagem obrigatória, por sua vez, insere a educação financeira no currículo nacional, muitas vezes como disciplina isolada ou como parte de matérias obrigatórias, garantindo que todos os alunos recebam conteúdos estruturados sobre o tema. Entretanto, países como Hungria, Polônia, Canadá, Colômbia e El Salvador apenas possuem componentes curriculares obrigatórios no Ensino Médio.

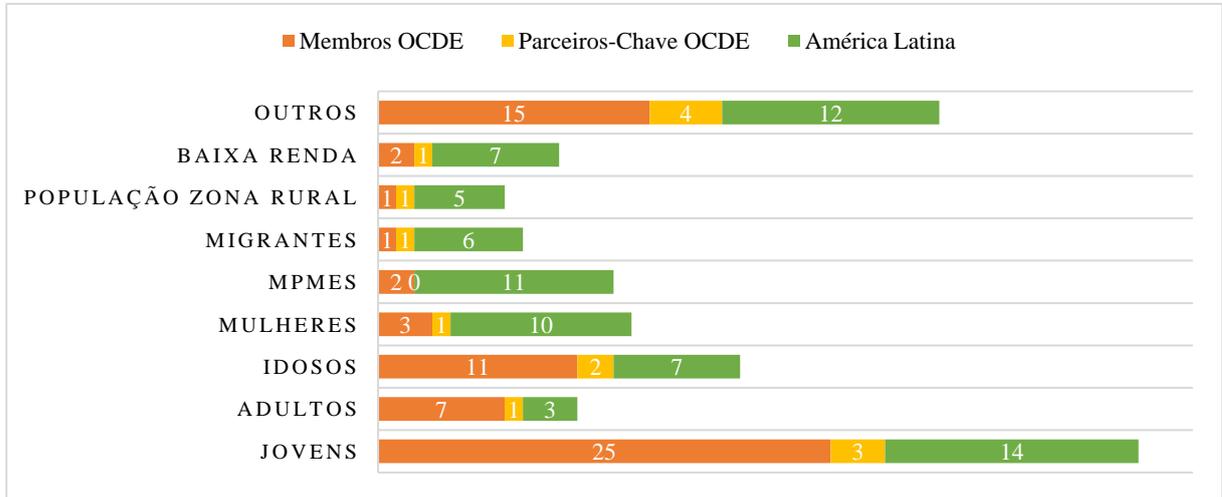
Finalmente, a educação financeira como tema transversal integra o tema em múltiplas áreas do conhecimento, sem estar necessariamente vinculada a uma disciplina específica ou a um momento único da formação escolar. Países como Turquia, Japão, China, Indonésia e Brasil adotam este formato.

#### **4.4.3 Ações voltadas a grupos específicos**

A análise dos dados apresentados evidencia que as estratégias nacionais de educação financeira dos países membros e parceiros da OCDE, bem como dos países da América Latina,

contemplam de forma significativa públicos específicos, em consonância com as diretrizes internacionais estabelecidas pela OCDE.

**Gráfico 2 – Público-alvo das Estratégias Nacionais**



Fonte: Elaborado pela autora (2025).

Entre esses públicos, destacam-se os jovens, que representam o grupo mais abrangido, com menção em 42 iniciativas, sendo 25 desenvolvidas por países membros da OCDE, 3 por parceiros-chave e 14 por países latino-americanos. Tal ênfase confirma a recomendação da OCDE de priorizar a educação financeira desde as primeiras etapas da vida.

Observa-se que adultos e idosos recebem atenção relevante, embora em menor escala nos países da América Latina, quando comparado aos países membros da OCDE. Essa diferença indica que há espaço para ampliar ações voltadas a essas faixas etárias, considerando que as diretrizes internacionais destacam a importância de promover a capacitação financeira ao longo de todo o ciclo de vida.

No contexto latino-americano, verifica-se um desempenho expressivo na atenção dedicada a mulheres e micro, pequenas e médias empresas (MPMEs). Essa priorização reflete a adequação das estratégias à realidade socioeconômica da região, incentivando a independência financeira das mulheres e o crescimento e sustentabilidade dos negócios. Além disso, destaca-se a abordagem adotada por Argentina, Brasil, El Salvador e Peru, que direcionam ações não apenas para a população de baixa renda, mas especificamente para beneficiários de programas de transferência de renda, cuja maioria é composta por mulheres.

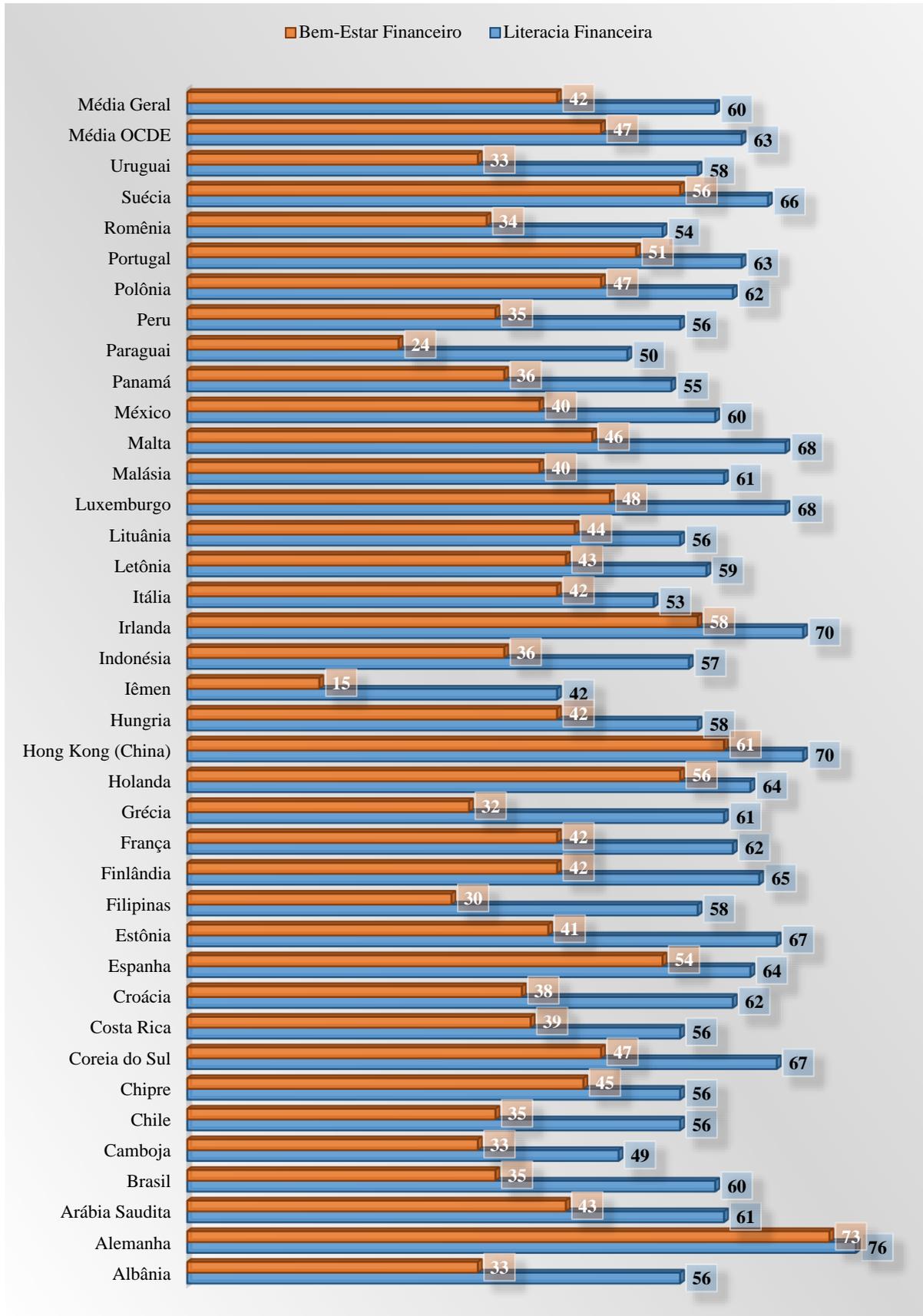
Apesar desses avanços, nota-se que migrantes e populações residentes em zonas rurais permanecem com baixa representatividade nas estratégias nacionais, tanto na América Latina quanto entre os países membros da OCDE. Ademais, existem ações voltadas a diferentes grupos vulneráveis, como indígenas, pessoas com deficiência, desempregados, empregados, comunidade escolar, servidores públicos, endividados e grupos étnicos. A inclusão desses públicos demonstra sensibilidade às especificidades nacionais e regionais, ampliando o alcance social das estratégias.

#### 4.5 COMPARATIVO ENTRE ESTRATÉGIAS NACIONAIS DE PAÍSES DA OCDE E PAÍSES DA AMÉRICA LATINA

Para evidenciar as disparidades entre os níveis de educação financeira e bem-estar financeiro entre países vinculados a OCDE e países latino-americanos, a Pesquisa Internacional de Literacia Financeira de Adultos, conduzida pela OCDE (2023), reuniu informações sobre os conhecimentos, comportamentos e atitudes financeira da população adulta com idade entre 18 e 79 anos em mais de 30 países e economias. Também é destacado o nível de bem-estar financeiro (Gráfico 3).

Os dados demonstram que todos os países participantes da América Latina ficaram abaixo da média da OCDE, inclusive o Chile, Costa Rica e México, que são membros efetivos da organização. Contudo, ainda apresentam desempenho próximos a média, com exceção do Paraguai que obteve a menor nota em literacia financeira e, conseqüentemente, em bem-estar financeiro. O Uruguai ocupa a segunda menor nota em bem-estar financeiro, mas mantém um bom índice de literacia financeira entre a população. Tais fatores sugerem que países que possuem iniciativas estruturadas para educação financeira possuem maior capacidade e resiliência financeira.

Gráfico 3 – Nível de Literacia Financeira x Bem-Estar Financeiro da População Adulta (%)



Fonte: Adaptado de OCDE (2023). Tradução Livre.

Sendo assim, o quadro 12 reúne boas práticas e experiências bem sucedidas entre os países da OCDE que podem ser aplicadas ao contexto dos países da América Latina.

**Quadro 12 – Sugestões de boas práticas de países da OCDE aplicadas à países da América Latina**

<b>País</b>	<b>Pontos de melhoria</b>	<b>Abordagem indicada</b>
<b>Brasil</b>	Qualificação para professores	<ul style="list-style-type: none"> <li>Fortalecer o programa do BCB para ampliar a formação para professores, tal qual o Banco Central da Hungria;</li> <li>Treinamento para professores (Austrália).</li> </ul>
	Iniciativas para população endividada	<ul style="list-style-type: none"> <li>Aconselhamento sobre dívidas (Reino Unido).</li> </ul>
	Iniciativas específicas para grupos vulneráveis	<ul style="list-style-type: none"> <li>Levar programas de educação financeira a áreas remotas e vulneráveis (Reino Unido);</li> <li>Promover cooperação com organizações sem fins lucrativos que alcance a população de baixa renda (Itália);</li> <li>Iniciativas de mídia com programas educacionais ou incorporação de mensagens educativas em novelas de TV e rádio (África do Sul).</li> </ul>
<b>Brasi/ Chile</b>	Intervenções estruturadas e contínuas	<ul style="list-style-type: none"> <li>Estabelecer comunicação efetiva com meios de comunicação em massa para articulação de programas e eventos (Estônia);</li> <li>Eventos inovadores, tais como shows educacionais (Itália).</li> </ul>
<b>Chile/ Honduras</b>	Cooperação entre o setor público e setor privado	<ul style="list-style-type: none"> <li>Cooperações com associações bancárias para promover programas de educação financeira (Estônia, França, Grécia, Áustria, Hungria, Eslovênia).</li> </ul>
<b>Cuba/ México/ Panamá</b>	Promoção da educação financeira	<ul style="list-style-type: none"> <li>Material educacional para alunos, pais e professores (Grécia, República Eslovaca, Luxemburgo, Austrália).</li> </ul>
<b>República Dominicana/ México/ Peru/ El Salvador</b>	Ações para Inclusão Financeira	<ul style="list-style-type: none"> <li>Disseminar informações sobre bancos, produtos e serviços financeiros (Eslovênia);</li> <li>Incentivo a poupança (Turquia);</li> <li>Incentivo a investimentos (Nova Zelândia);</li> <li>Campanhas sobre educação financeira e benefícios do sistema bancário (Índia).</li> </ul>
<b>Equador/ Honduras/ Costa Rica/ Argentina/ Colômbia</b>	Ensino da Educação Financeira em todas as etapas e séries de ensino	<ul style="list-style-type: none"> <li>Inclusão a educação financeira no currículo do ensino fundamental e médio (República Tcheca);</li> <li>Inclusão do tema desde cedo nas escolas (Holanda);</li> <li>Disciplina de educação financeira como condição para formação (Estados Unidos);</li> <li>Abordagem de aprendizado ao longo da vida (Letônia/ Japão/ Nova Zelândia/ África do Sul);</li> <li>Desenvolvimento de incentivos para adoção de educação financeira (Coreia do Sul).</li> </ul>
<b>Haiti/ México</b>	Riscos e oportunidades financeiras	<ul style="list-style-type: none"> <li>Ações para facilitar o crédito e conscientizar sobre o uso (Reino Unido);</li> <li>Campanhas de conscientização sobre produtos e serviços financeiros (Turquia/ Indonésia).</li> </ul>

Fonte: Elaborado pela autora (2025).

No caso do Brasil, para promover a qualificação de professores, pode se espelhar em estratégias da Hungria e Austrália, que investem na capacitação docente. Para população endividada, pode-se criar estratégias para aconselhamento e conscientização, similares ao do Reino Unido. Já a implementação de programas de educação financeira em áreas remotas e vulneráveis, segue exemplos exitosos de países como Reino Unido e Itália, que utilizam canais de comunicação em massa e organizações sem fins lucrativos para alcançar populações de baixa renda.

A cooperação entre o setor público e privado, destacada em países como Chile e Honduras, também se alinha com a experiência de diversos países Europeus, que utilizam parcerias com associações bancárias para promover a educação financeira. Da mesma forma, a promoção da educação financeira, recomendada para Cuba, México e Panamá, pode ser inspirada nas práticas da Grécia, República Eslovaca, Luxemburgo e Austrália, que utilizam matérias físicos ou digitais para disseminar informações.

Outro ponto importante é a inserção da educação financeira em todas as etapas de ensino, sugerida para países como Equador, Honduras, Costa Rica e Argentina, o que remete à abordagem de países como República Tcheca e Holanda, que já implementam a educação financeira desde a educação básica, podendo seguir também uma perspectiva de aprendizado pra cada fase da vida, como observado na Letônia, Japão e Nova Zelândia. Além disso, a educação financeira para a inclusão financeira em países como República Dominicana, Peru e El Salvador é uma estratégia que visa ampliar o acesso a serviços financeiros para todos, algo que pode ser inspirado em modelos da Eslovênia, Turquia e Nova Zelândia. Ademais, o Haiti e o México podem adotar a abordagem do Reino Unido e Turquia para conscientizar a população sobre riscos financeiros,

Portanto, infere-se que, embora iniciativas de educação financeira estejam sendo adotadas em algumas regiões, ainda há um considerável distanciamento dos níveis alcançados pelos países da OCDE. Nesse contexto, a comparação com as boas práticas bem-sucedidas observadas nestes países, como a inserção da educação financeira no currículo escolar, a cooperação entre instituições e a promoção da educação e inclusão financeira, oferece um caminho para o fortalecimento das políticas de educação financeira na América Latina. A adaptação dessas estratégias pode não apenas melhorar os índices de literacia financeira, mas também promover um aumento significativo no bem-estar financeiro da população.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo analisou as estratégias nacionais de educação financeira implementadas nos países latino-americanos à luz das diretrizes da OCDE. Através de uma revisão bibliográfica, foi discutido como as práticas latino-americanas estão alinhadas com os padrões internacionais estabelecidos pela organização. Além disso, foram explorados conceitos fundamentais de educação financeira, a importância das políticas públicas nesse contexto e as diretrizes e recomendações da OCDE para o desenvolvimento de estratégias nacionais de educação financeira.

O mapeamento das estratégias nacionais de educação financeira possibilitou a análise de três fatores essenciais na elaboração de uma EN: a cooperação entre *stakeholders*, educação financeira na escola e ações voltadas a grupos específicos. Além disso, a análise revelou que nos países membros da OCDE apenas 8 países, representando 21% do total, não possuem uma estratégia nacional de educação financeira. Nestes países o nível de cooperação entre *stakeholders* é predominantemente alto, refletindo a eficácia das abordagens no desenvolvimento e implementação dessas estratégias.

Em relação aos países parceiros-chave da OCDE, todos possuem estratégias nacionais implementadas e, de maneira similar, apresentaram um alto nível de cooperação entre as partes interessadas. No caso dos países da América Latina, embora 70% deles possuam estratégias nacionais, há uma variação maior no nível de cooperação, mas mantendo uma boa coordenação entre os diferentes setores. De maneira geral, os países tem aderido de modo exemplar a recomendação de desenvolver e implementar estratégias nacionais, apesar de muitas delas precisarem de ajustes para atingir o nível de cooperação desejado para o alcance eficaz dos objetivos estabelecidos.

Os países latino-americanos têm avançado em termos de cooperação entre o setor público e privado, com destaque para iniciativas que envolvem bancos e instituições financeiras. No entanto, a falta de uma coordenação eficaz entre os diferentes setores tem sido um obstáculo em alguns casos, como no Chile e Honduras, o que compromete a eficácia de suas estratégias. Por outro lado, países como Haiti têm mostrado que é possível implementar estratégias eficazes mesmo em contextos desafiadores.

No que diz respeito à educação financeira nas escolas, os países latino-americanos frequentemente adotam o modelo voluntário, o que pode resultar em desigualdade no acesso aos conteúdos, principalmente em um contexto com maior vulnerabilidade socioeconômica. No entanto, há uma tendência crescente de incluir a educação financeira no currículo escolar, o que é um passo positivo para garantir que todos os estudantes, de escolas públicas ou privadas, tenham acesso a esse tipo de educação.

Acerca da atuação voltada para grupos específicos, os países da América Latina ao priorizar jovens, mulheres e MPMEs, demonstram uma adaptação das estratégias à realidade socioeconômica da região, alinhando-se às diretrizes da OCDE. Destaca-se as ações direcionadas especificamente para mulheres de baixa renda e que são beneficiárias de programas de transferência de renda. Apesar disso, a inclusão de grupos como migrantes e população da zona rural ainda é escassa e representa uma área a ser melhorada nas políticas educacionais de educação financeira, tanto em países da América Latina, quanto da OCDE.

A pesquisa também apontou que a adaptação das boas práticas observadas nos países da OCDE, pode ser uma estratégia eficaz para melhorar os índices de literacia financeira e o bem-estar financeiro na América Latina, revelados na Pesquisa de Literacia Financeira de Adultos. A implementação de estratégias, em cooperação com múltiplas instituições, focadas em disseminar informações por meio de diversos canais, campanhas de conscientização, promoção do ensino desde a infância e treinar pais e professores podem ser benéficas para a realidade da América Latina, reduzindo os desafios enfrentados por esses países.

Ao avaliar as contribuições deste estudo algumas limitações devem ser reconhecidas, como a dependência de dados secundários, que podem estar desatualizados e não refletir a realidade. Além disso, por falta de dados, a análise não se aprofundou no impacto real das políticas implementadas, levando em consideração aspectos culturais, sociais e econômicos.

Diante disso, sugere-se que estudos futuros busquem complementar esta abordagem por meio da realização de estudos empíricos, coletando dados primários com grupos específicos da população, como mulheres de baixa renda, alvo de programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família no Brasil. Tais estudos podem contribuir para aprimorar as estratégias nacionais de educação financeira, adaptando-as melhor às necessidades de grupos vulneráveis e promovendo um aprendizado financeiro mais acessível e relevante para esses públicos.

## REFERÊNCIAS

- ALIANZA EMPRESARIAL PARA EL DESARROLLO (AED). **Alianza para la Educación Financiera de Jóvenes**. 2025. Disponível em: <https://www.aedcr.com/recurso/caso-buenas-practicas/alianza-para-la-educacion-financiera-de-jovenes>. Acesso em: 26 jul. 2025.
- ALLIANCE FOR FINANCIAL INCLUSION (AFI). **EDUCACIÓN FINANCIERA EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE**. 2020. Disponível em: [https://www.afi-global.org/wp-content/uploads/2024/10/AFI\\_CEMC\\_FI\\_CS\\_SP.AW\\_digital.pdf](https://www.afi-global.org/wp-content/uploads/2024/10/AFI_CEMC_FI_CS_SP.AW_digital.pdf). Acesso em: 30 de ju. 2025.
- ALLIANCE FOR FINANCIAL INCLUSION (AFI). **LA EDUCACIÓN FINANCIERA EN AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE (V.2)**. 2024. Disponível em: [https://www.afi-global.org/wp-content/uploads/2024/09/Financial-Education-in-Latin-America-and-the-Caribbean-v.2\\_SP\\_hv.pdf](https://www.afi-global.org/wp-content/uploads/2024/09/Financial-Education-in-Latin-America-and-the-Caribbean-v.2_SP_hv.pdf). Acesso em: 30 jul. 2025
- ALLIANCE FOR FINANCIAL INCLUSION (AFI). **La educación financiera toma protagonismo en El Salvador**. 2023. Disponível em: <https://www.afi-global.org/opinion/financial-education-takes-center-stage-in-el-salvador/>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- ARGENTINA. **Plan Nacional de Educación Financiera**. 2022. Disponível em: [https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/pnef\\_2022\\_1.pdf](https://www.argentina.gob.ar/sites/default/files/pnef_2022_1.pdf). Acesso em: 28 jul. 2024.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DAS ENTIDADES DOS MERCADOS FINANCEIRO E DE CAPITAIS (ANBIMA). **Educação financeira: um retrato das iniciativas no Brasil 2024 – 2025**. 2025. Disponível em: [https://www.anbima.com.br/data/files/9B/54/F2/61/48B5791010999579B82BA2A8/relatorio\\_ANBIMA\\_mapa\\_iniciativas\\_educacao\\_financeira.pdf](https://www.anbima.com.br/data/files/9B/54/F2/61/48B5791010999579B82BA2A8/relatorio_ANBIMA_mapa_iniciativas_educacao_financeira.pdf). Acesso em: 26 jul. 2025.
- ATKINSON, A.; MESSY, F. **Promoting Financial Inclusion through Financial Education: OECD/INFE Evidence, Policies and Practice**. OECD Working Papers on Finance, Insurance and Private Pensions, No. 34. Paris, OECD Publishing, 2013. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/5k3xz6m88smp-en>. Acesso em: 21 jul. 2025.
- BANCO CENTRAL DE BOLIVIA (BCB). **El Banco Central de Bolivia promueve la educación económica y financeira**. Nuestra Economía, Año 3, nº 34, 2019. Disponível em: <https://www.bcb.gob.bo/?q=content%2Ffel-banco-central-de-bolivia-promueve-la-educaci%C3%B3n-econ%C3%B3mica-y-financiera>. Acesso em: 30 jul. 2025.
- BANCO CENTRAL DE CUBA (BCC). **ESTRATEGIA NACIONAL DE EDUCACIÓN FINANCIERA (ENEF)**. 2023. <https://www.bc.gob.cu/storage/manual-regulaciones/September2023/Ymcng2gIek31jTEJqWq3.pdf>. 28 jul. 2025.
- BANCO CENTRAL DE LA REPÚBLICA DOMINICANA (BCLRD). **PLAN ESTRATÉGICO DE EDUCACIÓN ECONÓMICA Y FINANCIERA (ENEFF)**. Santo Domingo, 2017. Disponível em: [https://cdn.bancentral.gov.do/documents/sefbcrd/documents/Informe\\_Plan\\_Estrategico\\_sefBCRD.pdf](https://cdn.bancentral.gov.do/documents/sefbcrd/documents/Informe_Plan_Estrategico_sefBCRD.pdf). Acesso em: 28 jul. 2025.
- BANCO CENTRAL DE NICARAGUA (BNC). **Seminario 2017: Inclusión y educación financiera Experiencia internacional y desafíos en Nicaragua**. Managua, 2017. Disponível

em:

[https://www.bcn.gov.ni/sites/default/files/conferencias/seminario2017/Memoria\\_Seminario\\_IF\\_2017.pdf](https://www.bcn.gov.ni/sites/default/files/conferencias/seminario2017/Memoria_Seminario_IF_2017.pdf). Acesso em: 04 ago. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **Aprender Valor**. 2025. Disponível em: <https://aprendervalor.bcb.gov.br/site/aprendervalor>. Acesso em: 26 jul. 2025.

BANCO CENTRAL DO BRASIL (BCB). **O que é cidadania financeira? Definição, papel dos atores e possíveis ações**. 2018. Disponível em: [https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos\\_cidadania/Informacoes\\_gerais/conceito\\_cidadania\\_financeira.pdf](https://www.bcb.gov.br/content/cidadaniafinanceira/documentos_cidadania/Informacoes_gerais/conceito_cidadania_financeira.pdf). Acesso em: 21 jul. 2025.

BANCO MUNDIAL. **Financial education programs and strategies: approaches and available resources**. 2014. Disponível em:

<https://documents.worldbank.org/pt/publication/documents-reports/documentdetail/901211472719528753/financial-education-programs-and-strategies-approaches-and-available-resources>. Acesso em: 14 jul. 2025.

BANCO MUNDIAL. **The importance of financial education for the effective use of formal financial services**. Washington, D.C.: World Bank, 2023. Disponível em:

<https://documents1.worldbank.org/curated/en/099346003072335535/pdf/IDU06db1d7f504f4e04bdc086250f256d40d4253.pdf>. Acesso em: 11 jul. 2025.

BANQUE DE LA RÉPUBLIQUE D'HAÏTI (BRH). **Allocution du Gouverneur Jean Baden Dubois au Groupe de Travail des Banques Centrales Francophones sur l'Éducation Économique et Financière du Public**. Rabat, 2022a. Disponível em:

<https://www.brh.ht/allocution-du-gouverneur-jean-baden-dubois-au-groupe-de-travail-des-banques-centrales-francophones-sur-leducation-economique-et-financiere-du-public/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

BANQUE DE LA RÉPUBLIQUE D'HAÏTI (BRH). **Allocution du Gouverneur Jean Baden Dubois à l'Atelier National d'Orientation Et d'Intégration de l'Éducation Sociale et Financière dans les Curricula d'Enseignement en Haïti**. Karibe, 2022b). Disponível em:

<https://www.brh.ht/allocution-du-gouverneur-jean-baden-dubois-a-latelier-national-dorientation-et-dintegration-de-leducation-sociale-et-financiere-dans-les-curricula-denseignement-en-haiti/>. Acesso em 30 jul. 2025.

BANQUE DE LA RÉPUBLIQUE D'HAÏTI (BRH). **Stratégie nationale d'inclusion financière (10 ans après)**. 2024. Disponível em:

<https://www.brh.ht/publications/publications-speciales/>. Acesso em: 30 jul 2025

BUFALO, Daniela Cristina Lourenço; PINTO, Rafael Ângelo Bunhi. **Políticas públicas de educação financeira: do processo histórico às ações práticas em Instituições de Ensino Superior**. Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior (Campinas), v. 28, p. e023023, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1414-40772023000100036>. Acesso em: 23 jul. 2025.

CANADIAN FOUNDATION FOR ECONOMIC EDUCATION (CFEE). **A complete guide for financial literacy and capability**. 2025. Disponível em: <https://cfee.org/program/money-and-youth/>. Acesso em: 04 jul 2025.

CARVALHO, Juliana Maria. **Cidadania no Brasil: conquistas na teoria e desafios na prática**. Educação Pública, 2013. Disponível em: <https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/13/40/cidadania-no-brasil-conquistas-na-teoria-e-desafios-na-praacadutetica>. Acesso em: 23 jul. 2025.

CHIAVENATO, Idalberto. **Recursos humanos: o capital humano das organizações**. 9º ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

COLOMBIA, Presidencia de la República de. **Gobierno impulsa ‘Nueva Pangea’, una estrategia de educación financiera para más de 100 mil estudiantes**. 2025. Disponível em: <https://www.presidencia.gov.co/prensa/Paginas/Gobierno-impulsa-Nueva-Pangea-una-estrategia-de-educacion-financiera-para-250319.aspx>. Acesso em: 09 jul 2025.

COMISIÓN ASESORA PARA LA INCLUSIÓN FINANCIERA (CAPIF). **Estrategia Nacional de Educación Financiera Chile**. Santiago, 2016. Disponível em: <https://bibliotecadigital.mineduc.cl/handle/20.500.12365/2167>. Acesso em: 23 jul. 2025.

COMISIÓN INTERSECTORIAL PARA LA EDUCACIÓN ECONÓMICA Y FINANCIERA (CIEEF). **Estrategia Nacional de Educación Económica y Financiera de Colombia (ENEEF)**. Bogotá, 2017. Disponível em: <https://www.banrep.gov.co/es/publicaciones-investigaciones/estrategia-nacional-educacion-economica-financiera>. Acesso em: 09 jul 2025.

COMISIÓN NACIONAL DE BANCOS Y SEGUROS DE HONDURAS (CNBS); Alliance for Financial Inclusion (AFI). **ESTRATEGIA NACIONAL DE INCLUSIÓN FINANCIERA (ENIF) HONDURAS 2025 -2030**. 2025. Disponível em: <https://www.cnbs.gob.hn/inclusion-financiera/wp-content/uploads/2025/06/Presentacion-ENIF-2025-2030-Final-1.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **A América Latina e o Caribe diante das armadilhas do desenvolvimento: transformações indispensáveis e como administrá-las**. Síntese (LC/SES.40/4), Santiago, 2024a. Acesso em: 11 jul. 2025.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Anuario Estadístico de América Latina y el Caribe, 2024 (LC/PUB.2024/26-P)**. Santiago, 2025. Disponível em: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/81296-anuario-estadistico-america-latina-caribe-2024-statistical-yearbook-latin>. Acesso em: 26 jul. 2025.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E O CARIBE (CEPAL). **Social Panorama of Latin America and the Caribbean**. Santiago, 2024b. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/items/e1403b62-ae38-461c-af18-00c8ed1610b3>. Acesso em: 11 jul. 2025.

COMISSÃO EUROPEIA (EC). **Financial literacy**. 2025. Disponível em: [https://finance.ec.europa.eu/consumer-finance-and-payments/financial-literacy\\_en](https://finance.ec.europa.eu/consumer-finance-and-payments/financial-literacy_en). Acesso em: 04 ago. 2025.

DEAN, Stephanie. **Improving Financial Literacy Education for Canadian Youth in Remote Regions: Professional Development and Support for Teachers.** Canadá, 2023. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/financial-consumer-agency/programs/research/2022-building-better-financial-futures-challenge/improving-financial-literacy-education-canadian-youth.html>. Acesso em: 04 jul 2025.

EL SALVADOR, Governo de. **Estrategia Nacional de Educación Financiera: El Salvador.** 2022. Disponível em: <https://www.bcr.gob.sv/2022/10/24/gobierno-de-el-salvador-realiza-lanzamiento-de-la-estrategia-nacional-de-educacion-financiera/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

EQUADOR. Acuerdo Interinstitucional No. 1 con el Ministerio Educación, Consejo de Educación Superior y la Secretaría de Educación Superior, Ciencia, Tecnología e Innovación (SENESCYT). **Estrategia Nacional de Educación Financiera (ENEF). 2024.** Disponível em: <https://www.lexis.com.ec/noticias/registro-oficial-del-dia-estrategia-nacional-de-educacion-financiera-senescyt>. Acesso em: 28 jul. 2025.

EUROPEAN BANKING FEDERATION (EBF). **Financial literacy playbook for Europe.** 2020. Disponível em: <https://www.ebf.eu/wp-content/uploads/2020/11/EBF-Financial-Literacy-Playbook-for-Europe.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2025.

FAULKNER, A. **Financial Literacy around the World: What We Can Learn from the National Strategies and Contexts of the Top Ten Most Financially Literate Nations.** *The Reference Librarian*, 63(1–2), 1–28, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1080/02763877.2021.2009955>. Acesso em: 11 jul. 2025.

FINANCIAL CONSUMER AGENCY OF CANADA (FCAC). **Make Change that Counts: National Financial Literacy Strategy 2021-2026.** 2021. Disponível em: <https://www.canada.ca/en/financial-consumer-agency/programs/financial-literacy/financial-literacy-strategy-2021-2026.html#toc0>. Acesso em: 04 jul 2025

FINANCIAL SERVICES AGENCY OF JAPAN (JFSA). **Developments of Financial Education in Japan.** International Conference “Financial System Stability, Regulation and Financial Inclusion”. 2014. Disponível em: [https://www.fsa.go.jp/frtc/kenkyu/event/20140312/s3\\_2.pdf](https://www.fsa.go.jp/frtc/kenkyu/event/20140312/s3_2.pdf). Acesso em: 04 jul 2025.

FORTE, Cláudia M. J. *et al.* **Estratégia nacional de educação financeira (ENEF): em busca de um Brasil melhor.** 1. ed. São Paulo: Riemma Editora, 2020. Disponível em: <https://meubolsoemdia.com.br/pdf/ENEF-BR.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2025.

G20/OCDE. **G20 policy note on financial well-being.** Paris, OECD Publishing, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/7332c99d-en>. Acesso em: 21 jul. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4º ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antonio Carlos. **Pesquisa qualitativa básica.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2025.

GRIFONI, A.; MEJÍA, D.; MORAIS, S.; ORTEGA, S.; ROA, M. J. **Estrategias nacionales de inclusión y educación financiera en América Latina y el Caribe: retos de implementación.** Caracas: OCDE y CAF, 2020. Disponível em: <https://scioteca.caf.com/handle/123456789/1605>. Acesso em: 14 jul. 2025.

GUITARRARA, Paloma. **América Latina**. Brasil Escola, 2025. Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/geografia/america-latina.htm>. Acesso em: 28 jul. 2025.

HOFER, Andrea. **Finanzbildung in der Schweiz**. Iconomix, 2023. Disponível em: <https://www.iconomix.ch/de/aktuell/finanzbildung-in-der-schweiz/>. Acesso em: 02 jul 2025.

INSTITUT D'ESTUDIS FINANCERS (IEF). **Educación financiera en Nicaragua**. 2020a. Disponível em: <https://www.iefweb.org/educacion-financiera-en-nicaragua>. Acesso em: 04 ago. 2025.

INSTITUT D'ESTUDIS FINANCERS (IEF). **La Educación financiera en Argentina**. 2020b. Disponível em: <https://www.iefweb.org/ca/la-educacion-financiera-en-argentina/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

INSTITUT D'ESTUDIS FINANCERS (IEF). **La educación financiera en Paraguay**. 2021. Disponível em: <https://www.iefweb.org/ca/la-educacion-financiera-en-paraguay/>. Acesso em: 04 ago. 2025.

INSTITUT D'ESTUDIS FINANCERS (IEF). **La educación financiera en Venezuela**. 2020c. <https://www.iefweb.org/la-educacion-financiera-en-venezuela/>. Acesso em: 04 ago. 2025.

INTERNATIONAL ECONOMICS OLYMPIAD (IEO). **Japanese Financial Literacy Tournament: Best practices**. 2025. Disponível em: [https://ieo-official.org/experience/japanese\\_olympiad](https://ieo-official.org/experience/japanese_olympiad). Acesso em: 04 jul 2025.

ISRAEL, Bank of. **The Interministerial Team to Formulate a National Program to Increase Financial Inclusion Report**. 2022. Disponível em: <https://www.boi.org.il/en/communication-and-publications/press-releases/the-interministerial-team-to-formulate-a-national-program-to-increase-financial-inclusion-report>. Acesso em: 08 jul 2025.

KEIM, Dominique; LARA, M. Gabriela. **Brechas de la educación financiera: ¿Qué proyectos colaborativos podrían contribuir a cerrarlas?** Proyecto Mesas de Diálogo para Fomentar la Educación Financiera en Mujeres y en Etapa Escolar. Centro de Políticas Públicas UC y Banco Falabella, 2024. Disponível em: <https://politicaspUBLICAS.uc.cl/publicacion/brechas-de-la-educacion-financiera-que-proyectos-colaborativos-podrian-contribuir-a-cerrarlas/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

KLAPPER, Leora; SINGER, Dorothe; STARITA, Laura; NORRIS, Alexandra. 2025. **The Global Findex Database 2025: Connectivity and Financial Inclusion in the Digital Economy**. Washington, DC: World Bank. Disponível em: <https://doi.org/10.1596/978-1-4648-2204-9>. Acesso em: 21 jul. 2025.

KIYOSAKI, Robert T. **Pai rico, pai pobre**: edição comemorativa de 20 anos. Rio de Janeiro: Alta Books, 2018.

LA UNIVERSIDAD DE LA REPÚBLICA (UDELAR). **Alfabetización financiera en Secundaria y Udelar**. 2025. Disponível em: <https://cienciassociales.edu.uy/departamento-de-economia/extension/educacion-financiera/>. Acesso em: 04 ago. 2025.

LUSARDI, Annamaria; MITCHELL, Olivia S. **Financial literacy and retirement planning in the United States**. *Journal of Pension Economics & Finance*, Cambridge, United Kingdom, v. 10, n. 4, p. 509-525, 2011. Disponível em: [https://www.nber.org/system/files/working\\_papers/w17108/w17108.pdf](https://www.nber.org/system/files/working_papers/w17108/w17108.pdf). Acesso em: 23 jul. 2025.

MANUEL, Constantino João. **A EXTREMA POBREZA EM ANGOLA: CONSEQUÊNCIA DA AUSÊNCIA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA NO SISTEMA DE ENSINO**. *Revista Primeira Evolução*, São Paulo, Brasil, v. 1, n. 57, p. 65–71, 2025. Disponível em: <https://primeiraevolucao.com.br/index.php/R1E/article/view/687>. Acesso em: 13 jul. 2025.

MARIANO, Aline Freitas Gutemberg. **Política pública de educação financeira: o contexto e os desafios no desenvolvimento social**. 2022. Disponível em: [https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/21443?locale=pt\\_BR](https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/21443?locale=pt_BR), Acesso em: 23 jul. 2025.

MASLOW, Abraham H. **A dynamic theory of human motivation**. *Psychological Review*, v. 50, p. 370-396, 1943. Disponível em: <http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/ps000137.pdf>. Acesso em: 21 jul. 2025.

MESQUITA, Anna Luiza Soares; CORREIA, José Jonas Alves; AMURIM, Aldir Dias de; GOMES FILHO, Antoniel dos Santos. **A Influência da Educação Financeira no Consumo de Bens e Serviços**. ID on line. *Revista de psicologia, [S. l.]*, v. 14, n. 52, p. 729–745, 2020. Disponível em: <https://idonline.emnuvens.com.br/id/article/view/2753>. Acesso em: 14 jul. 2025.

MÉXICO, Gobierno de. **Estrategia Nacional de Educación Financiera**. Secretaría de Hacienda y Crédito Público, 2017. Disponível em: <https://www.gob.mx/shcp/documentos/estrategia-nacional-de-educacion-financiera>. Acesso em: 09 jul 2025.

MICHAELIS. **Dicionário Brasileiro da Língua Portuguesa**. São Paulo: Melhoramentos, 2025. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/busca?r=0&f=0&t=0&palavra=m%C3%A9todo>. Acesso em: 05 ago. 2025.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. 26º ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

MINISTERIO DE ECONOMÍA, INDUSTRIA Y COMERCIO (MEIC). **Educación Financiera**. 2025. Disponível em: <https://www.meic.go.cr/meic/direcciones/apoyo-al-consumidor/educacion-al-consumidor/educacion-financiera/>. Acesso em: 26 jul. 2025.

MINISTERIO DE EDUCACIÓN, CIENCIA Y TECNOLOGÍA (MINEDUCYT). **Finanzas y Economía**. 2024. Disponível em: <https://www.mined.gob.sv/finanzas-y-economia/>. Acesso em: 29 jul. 2025.

MINISTERSTVO FINANCÍ ČESKÉ REPUBLIKY (MFCR). **NÁRODNÍ STRATEGIE FINANČNÍHO VZDĚLÁVÁNÍ 2.0**. 2020. Disponível em: <https://financnigramotnost.mfcr.cz/cs/pro-odborniky/strategicke-dokumenty#strategie-2.0>. Acesso em: 30 jun. 2025.

MONASTERIO-PÉREZ, J., BRICEÑO-MARCANO, M., & MORENO-MEZA, G. **INCLUSIÓN DE CONTENIDOS DE EDUCACIÓN FINANCIERA EN LOS PROGRAMAS ACADÉMICOS DEL SISTEMA EDUCATIVO VENEZOLANO**. *INVESTIGACIÓN Y POSTGRADO*, 37(1), 37–65, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.56219/investigacinypostgrado.v37i1.20>. Acesso em: 04 ago. 2025.

MONEY AND PENSIONS SERVICE (MaPS). **The UK Strategy for Financial Wellbeing (2020-2030)**. 2020. Acesso em: [https://maps.org.uk/en/our-work/uk-strategy-for-financial-wellbeing?utm\\_source=chatgpt.com#What-is-the-UK-Strategy-for-Financial-Wellbeing](https://maps.org.uk/en/our-work/uk-strategy-for-financial-wellbeing?utm_source=chatgpt.com#What-is-the-UK-Strategy-for-Financial-Wellbeing). Acesso em: 06 ago. 2025.

MULHERN, Christine; KENNEDY, Kate E.; OKUDA-LIM, Zhan. **Implementation of Nevada's Financial Literacy Mandate: A Mixed-Methods Study**. Santa Monica, CA: RAND Corporation, 2024. Disponível em: [https://www.rand.org/pubs/research\\_reports/RRA3185-1.html](https://www.rand.org/pubs/research_reports/RRA3185-1.html). Acesso em: 02 jul. 2025.

NEGRI, A. L. L. **Educação Financeira para o Ensino Médio da Rede Pública: uma proposta inovadora**. Dissertação (Mestrado em educação). Centro Universitário Salesiano de São Paulo: UNISAL, Americana. 73 fls. 2010. Disponível em: [https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-104679/educacao-financeira-para-o-ensino-medio-da-rede-publica---uma-proposta-inovadora#google\\_vignette](https://www.livrosgratis.com.br/ler-livro-online-104679/educacao-financeira-para-o-ensino-medio-da-rede-publica---uma-proposta-inovadora#google_vignette). Acesso em: 14 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS NO BRASIL (ONU Brasil). **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. 2025. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 25 jul 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE) *et al.* **Latin American Economic Outlook 2024: Financing Sustainable Development**. Paris: OECD Publishing, 2024a. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/c437947f-en>. Acesso em: 11 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Recommendation of the Council on Financial Literacy, OECD/LEGAL/0461**. OECD Legal Instruments, 2020. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0461#adherents>. Acesso em: 28 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD/INFE High-level Principles on National Strategies for Financial Education**. Paris: OECD Publishing, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/12e3989f-en>. Acesso em: 28 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Strengthening Financial Literacy in Germany: Proposal for a National Financial Literacy Strategy**. Paris: OECD Publishing, 2024b. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/81e95597-en>. Acesso em: 30 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Recommendation of the Council on High-Level Principles on Financial Consumer Protection, OECD/LEGAL/0394**. OECD Legal Instruments, 2022. Disponível em: <https://legalinstruments.oecd.org/en/instruments/OECD-LEGAL-0394>. Acesso em: 30 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Financial Literacy in Greece: Relevance, Actors and Initiatives**. Paris: OECD Publishing, 2024c. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/0e7d8a4e-en>. Acesso em: 30 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **National Strategies for Financial Education: OECD/INFE Policy Handbook**. Paris: OECD Publishing, 2015. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/a8916d0e-en>. Acesso em: 01 jun. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Evaluation of National Strategies for Financial Literacy**. Paris: OECD Publishing, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/91e310db-en>. Acesso em: 04 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD/INFE Report on Financial Education in APEC Economies**. Policy and practice in a digital world. Paris: OECD Publishing, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/67dcc865-en>. Acesso em: 04 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **The OECD: Better policies for better lives**. 2025a. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/about.html>. Acesso em: 14 jul 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Improving Financial Literacy: Analysis of Issues and Policies**. Paris: OECD Publishing, 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/9789264012578-en>. Acesso em: 14 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **International Network on Financial Education**. 2025b. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/networks/infe.html>. Acesso em: 23 jul 2025

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **PISA 2022 Results (Volume IV): How Financially Smart Are Students?** Paris: OECD Publishing, 2024d. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/5a849c2a-en>. Acesso em: 23 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD/INFE survey instrument to measure digital financial literacy**. Paris: OECD Publishing, 2024e. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/548de821-en>. Acesso em: 14 jul. 2025

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **Members and partners**. 2025c. Disponível em: <https://www.oecd.org/en/about/members-partners.html>. Acesso em: 30 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO (OCDE). **OECD/INFE 2023 International Survey of Adult Financial Literacy**. OECD Business and Finance Policy Papers, No. 39. Paris, OECD Publishing, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1787/56003a32-en>. Acesso em: 21 jul. 2025.

ORGANIZACIÓN INTERNACIONAL DEL TRABAJO (OIT). **Lista de materiais de capacitação en educación financiera**. 2025. Disponível em: <https://www.ilo.org/es/resource/training-material/lista-de-materiales-de-capacitacion-en-educacion-financiera>. Acesso em: 11 jul 2025.

PARCERIA GLOBAL PARA INCLUSÃO FINANCEIRA (GPFI). **Global Standard-Setting Bodies and Financial Inclusion: The Evolving Landscape**. 2016. Disponível em: <https://www.gpfi.org/publications/global-standard-setting-bodies-and-financial-inclusion-evolving-landscape>. Acesso em: 11 jul. 2025.

PARCERIA GLOBAL PARA INCLUSÃO FINANCEIRA (GPFI). **Implementation Guide for the G20 High-Level Principles for Digital Financial Inclusion**. 2022. Disponível em: <https://www.gpfi.org/publications/implementation-guide-g20-high-level-principles-digital-financial-inclusion>. Acesso em: 11 jul 2025.

PINTO, Rafael Ângelo Bunhi; XAVIER, Silvana Maria Gabaldo; MOTA, Giane A. Sales da Silva. **Políticas públicas em educação e avaliação: políticas de Estado ou políticas de governo?** In: Congresso Internacional de Educação. Sorocaba: Universidade de Sorocaba, 2018. p. 355-373. Disponível em: <https://educacao.uniso.br/assets/docs/producaocientifica/II-congresso-internacional-de-educacao/anais.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

PWLCAPITAL. **High School Financial Education in Canada: a teacher's thoughts. 2025**. Disponível em: <https://pwlcapital.com/high-school-financial-education-in-canada-a-teachers-thoughts/>. Acesso em: 07 ago. 2025.

SOUZA, C. **Políticas públicas: uma revisão da literatura**. Sociologias, 8 (16), 20-45, 2006, Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>. Acesso em: 23 jul. 2025.

STINSON, Rivan. **Personal finance becomes the newest 'adulting' lesson for high-schoolers**. The Washington Post, 2025. Disponível em: <https://www.washingtonpost.com/business/2025/05/11/high-school-personal-finance-classes-financial-literacy>. Acesso em: 02 jul 2025.

STRÖMBÄCK, C., *et al.* **Does self-control predict financial behavior and financial wellbeing?** Journal of Behavioral and Experimental Finance, 14, p. 30-38, 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.jbef.2017.04.002>. Acesso em: 14 jul. 2025.

SUPERINTENDENCIA DE BANCA, SEGUROS Y AFP (SBS). **Plan Nacional de Educación Financiera**. 2017. Disponível em: <https://www.sbs.gob.pe/Portals/3/PLANEF.pdf>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SUPERINTENDENCIA DE BANCA, SEGUROS Y AFP (SBS). **Política Nacional de Inclusión Financiera**. 2021. Disponível em: <https://www.sbs.gob.pe/inclusion-financiera-principal/politica-nacional-de-inclusion-financiera>. Acesso em: 30 jul. 2025.

SUPERINTENDÊNCIA DE BANCOS DO PANAMÁ (SBP). Portal “Tu Balboa Com Sentido”. **Estrategia Nacional de Educación Financiera: Compromiso de Todos**. 2025. Disponível em: <https://tubalboaconsentido.gob.pa/enef-compromiso-de-todos/>. Acesso em: 30 jul. 2025.

TURQUIA. **FINANCIAL ACCESS, FINANCIAL EDUCATION, FINANCIAL CONSUMER PROTECTION: STRATEGY AND ACTION PLANS**. Ankara, 2014. Disponível em: <https://www.afi-global.org/publication/turkey-financial-access-financial-education-financial-consumer-protection-strategy/>. Acesso em: 06 ago. 2025.

U.S. DEPARTMENT OF THE TREASURY. **U.S. National Strategy for Financial Literacy 2020**. Disponível em: <https://home.treasury.gov/policy-issues/consumer-policy/financial-literacy-and-education-commission>. Acesso em: 02 jul. 2025.